



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 148 TERÇA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 2016



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

Hélio Lopes de Azevedo
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 137ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE SETEMBRO DE 2016	6
1.1 – ABERTURA	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	8
1.2.2 – Oradores	
SENADOR LASIER MARTINS – Comentários sobre os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e preocupação com o desempenho das escolas do Rio Grande do Sul	8
SENADOR PAULO PAIM – Críticas à tentativa de reforma previdenciária e trabalhista	9
SENADOR HUMBERTO COSTA – Espanto com a exoneração do Advogado-Geral da União para supostamente limitar a Operação Lava Jato	13
SENADOR JORGE VIANA – Regozijo pela melhora do desempenho dos estudantes acreanos no Ideb; e outro assunto	14
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Alegria com a posse da Ministra Carmen Lúcia na Presidência do Supremo Tribunal Federal; e outro assunto	18
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Insatisfação com os resultados do Ideb e defesa da rediscussão de todo sistema educacional do País	20
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Elogio às providências tomadas pelos governos federal e estadual para a regularização fundiária no Estado do Mato Grosso	25
SENADOR ROBERTO MUNIZ – Registro de PEC subscrita por S. Ex ^a que estabelece a realização de eleições gerais em 2022	29
SENADOR ZEZE PERRELA – Defesa da necessidade de uma reforma política profunda no País	31
SENADOR CIDINHO SANTOS, como Líder – Apoio a medidas que visem à desburocratização e facilitem o empreendedorismo no País; e outro assunto	34
SENADOR ALVARO DIAS – Defesa de medidas para propiciar ao setor agrícola brasileiro condições adequadas para maior competitividade nos mercados internacionais	36
SENADOR HÉLIO JOSÉ – Destaque à necessidade de prevenção do suicídio e apoio à campanha Setembro Amarelo	38
SENADOR GILBERTO PISELO – Discurso de posse de S. Ex ^a	39
SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO – Elogios à gestão do Sr. Paulo Câmara no Governo de Pernambuco e satisfação com os resultados do estado no Ideb	40
SENADORA ROSE DE FREITAS, como Líder – Necessidade de o Brasil fazer a reforma na previdência social..	41
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item 1	
Projeto de Lei do Senado nº 204/2016-Complementar, do Senador José Serra, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação. Apreciação adiada..	48
1.3.2 – Item 4	
Proposta de Emenda à Constituição nº 48/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Vicentinho Alves, que acrescenta o § 13 ao art. 37 da Constituição Federal para dispor sobre a convalidação de atos administrativos.	
Transcorrida a primeira sessão de discussão, em primeiro turno	49
1.3.2.1 – Item 8	
Projeto de Lei da Câmara nº 210/2015 (nº 1.628/2015, na Câmara dos Deputados), que altera as Leis nºs 11.350, de 2006, e 11.977, de 2009, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Leitura da Emenda nº 2-PLEN. Aprovado, com emendas , após Requerimento nº 683/2016 e Parecer nº 764/2016-PLEN , proferido pelo Senador Flexa Ribeiro, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos	58



Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 210/2015 (Parecer nº 765/2016-CDIR). Aprovada. À sanção	64
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
1.4.1 – Requerimentos	
Nº 685/2016, do Senador Humberto Costa, de informações a Sra. Advogada-Geral da União	65
Nº 682/2016, do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão no período de 6 a 13 de novembro próximo.....	65
Nº 686/2016, do Senador Humberto Costa, de convocação da Advogada-Geral da União, Sra. Grace Maria Fernandes Mendonça	65
Nº 687/2016, do Senador Humberto Costa, de convocação do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Sr. Eliseu Lemos Padilha.....	66
1.4.2 – Apreciação de requerimento	
Nº 681/2016, do Senador Roberto Muniz. Aprovado	66
1.4.3 – Oradores	
SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Necessidade de perseguir as metas do novo Plano Nacional de Educação; e outros assuntos.....	66
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Regozijo pelos 73 anos de criação do Território Federal do Amapá.....	69
1.5 – ENCERRAMENTO	70

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 137^a SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Avisos do Tribunal de Contas da União	
Nº 772/2016, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.068/2016 (TC 010.209/2015-0), em resposta ao Requerimento nº 378/2015, do Senador Cássio Cunha Lima	71
Nº 774/2016, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.194/2016 (TC 017.054/2009-0), em resposta ao Requerimento nº 377/2016, do Senador Ricardo Ferraço.....	71
2.1.2 – Comunicações	
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Serviços de Infraestrutura (Ofício nº 58/2015). Será feita a substituição solicitada.....	72
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Ofício nº 59/2015)	73
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Ofício nº 60/2015).....	74
2.1.3 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro dos avanços obtidos na área da Educação no Estado do Pará.....	75
2.1.4 – Documento encaminhado à publicação	
SENADOR ALVARO DIAS	77
2.1.5 – Mensagem do Presidente da República	
Nº 87/2016 (nº 482/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JUA-REZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	85
2.1.6 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 337/2016-Complementar, do Senador Cristovam Buarque, que dispõe sobre instrumento de cooperação federativa para transferência à União de competências educacionais de Estados, Distrito Federal e Municípios.....	98
Nº 338/2016, do Senador Lasier Martins, que altera a Lei nº 7.474, de 8 de março de 1986, para determinar que as medidas de segurança aos ex-presidentes da República também se aplicam aos presidentes afastados segundo o art. 86, §1º, da Constituição Federal, e dá outras providências	104
Nº 339/2016, do Senador Randolfe Rodrigues, que dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas de natureza jurídica de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes	108
2.1.7 – Proposta de Emenda à Constituição	
Nº 46/2016, tendo como primeiro signatário o Senador Aécio Neves, que modifica o art. 86 da Constituição Federal, para explicitar a possibilidade de responsabilização do Presidente da República por atos praticados em mandato anterior	133
2.1.8 – Requerimentos	
Nº 680/2016, do Senador Paulo Paim, de oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211/2016.....	141
Nº 681/2016, do Senador Roberto Muniz, de autorização para desempenho de missão no período de 27 a 29 do corrente	143



Nº 682/2016, do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão no período de 6 a 13 de novembro próximo.....	146
Nº 684/2016, do Senador Humberto Costa, de informações ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil	147
Nº 685/2016, do Senador Humberto Costa, de informações à Advogada-Geral da União	151
Nº 686/2016, do Senador Humberto Costa, de convocação da Advogada-Geral da União, Sra. Grace Maria Fernandes Mendonça	156
Nº 687/2016, do Senador Humberto Costa, de convocação do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Sr. Eliseu Lemos Padilha.....	158
Nº 688/2016, do Senador Lindbergh Farias, de autorização para desempenho de missão em 17 e 18 de outubro próximo	160

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Projeto de Lei da Câmara nº 210/2015

Requerimento nº 683/2016.....	162
Emenda nº 2-PLEN.....	164
Redação final (Parecer nº 765/2016-CDIR).....	165

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO	168
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	171
5 – LIDERANÇAS	172
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	175
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	197
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	202
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	255



137ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 12 de Setembro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Humberto Costa, Cristóvam Buarque, Telmário Mota, Roberto Muniz, José Medeiros, Cidinho Santos, Raimundo Lira, Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues e da Srª. Fátima Bezerra.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 10 minutos e encerra-se às 20 horas e 33 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

137ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Período: 12/09/2016 07:00:00 até 12/09/2016 20:40:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PV	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X
PR	MT	Cidinho Santos	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PSDB	PB	Deca	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PMDB	AM	Eduardo Braga	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PDT	RO	Gilberto Pisolo	X

Emissão 12/09/2016 20:36:25



Partido	UF	Nome Senador	Presença
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PMDB	DF	Hélio José	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PSDB	SP	José Aníbal	X
PSD	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
-	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PSDB	ES	Ricardo Ferrão	X
PP	BA	Roberto Muniz	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Morais	X
PTB	MG	Zezé Perrella	X

Compareceram 63 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do sumário**)

Queria cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras, todos os que nos acompanham pela Rádio e TV Senado e agradecer também aos servidores da Casa.

Temos pelo menos uma proposta de sessão deliberativa hoje e amanhã, tendo em vista esse calendário diferenciado, por conta de um período eleitoral.

Queria, já sem demora, convidar, para fazer o uso da tribuna, o Senador Lasier Martins, em permuta com o Senador Telmário Mota.

Senador Lasier, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Srs. Senadores, Senadoras, telespectadoras, telespectadores, ouvintes, agradeço, em primeiro lugar, a permuta concedida pelo meu correligionário Telmário Mota.

Eu bem que gostaria, Sr. Presidente, de estar com a voz melhor para expressar a desolação com os resultados do Ideb, mas, lá no Sul, com a variedade de temperatura, sempre estamos sujeitos a essas variações e a rouquidões.

Eu queria comentar, com toda objetividade, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, resultado esse revelado no meio da semana passada, que demonstra o quanto seguimos atrasados em termos de ensino básico, tanto no fundamental como no médio.

Tenho aqui em mãos o resultado que é divulgado pelo Ministério da Educação, através do Sistema de Avaliação da Educação Básica, do Saeb, que leva em conta a taxa de aprovação escolar e o desempenho dos alunos em dois exames oficiais. Então, o Saeb e a Prova Brasil são realizados a cada dois anos, no 5º e no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio, e os resultados são divulgados de dois em dois anos.

Temos resultados realmente desoladores. Quando a gente sabe que o futuro deste País depende intrinsecamente da educação, seguimos muito atrasados.

O ensino fundamental tem apresentado alguma pequena melhora nas séries iniciais. No entanto, os resultados, especialmente no que diz respeito ao ensino médio, são péssimos. A maioria das unidades da Federação não alcançou a meta. Repito: a maioria das unidades da Federação não alcançou a meta.

No Rio Grande do Sul, meu Estado, os resultados são contraditórios. O início do ensino fundamental apresenta alguma evolução. Para 2015, a meta para a 5ª série era de 5,6, e o resultado obtido pelas crianças foi de 5,7, portanto ligeiramente acima da média. Daí para frente, porém, é um desastre. Para a 9ª série, a meta era de 5,1, e o resultado, porém, foi de 4,3, ou seja, bem abaixo, repetindo o mau desempenho de anos anteriores.

No ensino médio, a situação é ainda pior. No Rio Grande do Sul, o resultado de 2015 é ligeiramente pior ao de 2007, isto é, com o passar do tempo, piora a situação, mesmo que a meta seja bastante baixa. Naquele ano, a meta era de 3,8, com um resultado de 3,7. Em 2015, a meta era de 4,6, e o resultado foi de 3,6. É deprimente o resultado que estamos constatando também no meu Rio Grande do Sul, que, na década de 70...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Isso é no Rio Grande ou em Porto Alegre? No Estado?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – No Estado.

No ano de 1970, Senador Jorge Viana, o Rio Grande do Sul era o primeiro do País em educação. Hoje, estamos em oitavo lugar, com a ameaça de cair ainda mais. Por isso, esses resultados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Desculpe-me interrompê-lo, mas é que eu também, hoje, vou falar sobre isso. No meu caso, quando assumi o Governo do Acre, em 1999, o Acre estava nos últimos lugares em qualquer indicador, seja econômico, social ou escolar. Agora, sem falsa modéstia, por mais que tenhamos tido problemas, em consequência de trabalho feito, nós, hoje, somos os primeiros colocados na maioria dos indicadores na Região Norte toda e já disputamos com os Estados do Sul.

Daqui a pouco, vou apresentar os números de Rio Branco e do Acre.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu gostaria muito de conhecer a fórmula para levar para o nosso Rio Grande do Sul, porque nos deprime muito essa situação. O Rio Grande do Sul tem perdido investimentos, tem perdido talentos. Os chamados “cérebros privilegiados” têm abandonado o nosso Estado, e a educação encontra-se também nesse declínio.

De qualquer modo, não há o que celebrar de modo geral. Se está bem num setor, como são as terceiras



e quintas séries, as mais altas estão em pior situação. Isso levou o Ministro da Educação – e ainda bem que vem da palavra do Ministro essa constatação –, em entrevista à revista *Veja*, a dizer: “Com esse desastre, não há o que comemorar mesmo.” E que sente frustração e vergonha. “É claro que um país com essa defasagem não conseguirá dar um salto.”

Este é o fato que queremos realçar aqui: se não melhorar a educação, não adianta nos iludirmos com outras medidas apresentadas. É hora de parar com tudo e pensar seriamente na educação. É hora de um grande balanço, para começar tudo de novo, praticamente do zero, porque os currículos, o sistema, a remuneração dos professores, enfim, está tudo errado. É possível fazer alterações, mas a educação só vai se tornar a prioridade número um na agenda política nacional se realmente tomar essa atitude e vier a público.

Sr. Presidente, considerando também a falta de voz, disfônico como estou, eu queria fazer esse registro e quero ouvi-lo mais tarde sobre esse tema, porque os últimos governos, tanto o governo da União como os últimos governos do Rio Grande do Sul, têm sido frustrantes nesse particular na educação. São muito bons em *marketing*, mas muito ruins na promoção, principalmente, da educação pública.

Então, o propósito, a esperança é de que o novo Governo recém-investido reverta esse quadro de tanto atraso e, por enquanto, de poucas perspectivas, porque, se não houver uma determinação, uma reação a esse quadro, nós não teremos futuro. A educação é fundamental. Nada melhora mais uma pessoa do que a educação. A educação é que vai nos dar competitividade junto aos países mais adiantados. A educação é que nos dá o livre arbítrio e nos dá emancipação diante de todos. A pessoa educada, a pessoa bem informada é uma pessoa independente e não é o que estamos vendo neste Brasil.

Sr. Presidente, era o registro que eu queria fazer. E quero ouvi-lo sobre a fórmula do seu Estado de Roraima...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Acre.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perdão, do Acre, onde V. Ex^a já tem uma fórmula mais próspera. Quem sabe lá nós podemos copiá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Lasier, e acho que termos esse acompanhamento é fundamental no nosso País. É uma concorrência boa, que eu sempre defendo, de termos uma avaliação de a quantas anda o crescimento ou o decrescimento do nível do ensino, da educação, em nosso País. Daqui a pouco, devo falar sobre esse tema também.

Neste momento, convido para fazer uso da tribuna, o Senador Paulo Paim, também do Rio Grande do Sul.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, Senador Lasier, Senadores e Senadoras, tenho visto, em alguns órgãos de imprensa, que eu estaria contra a reforma trabalhista e a reforma previdenciária. Eu queria dizer, Sr. Presidente, com muita sinceridade: eles não estão mentindo, não, estão falando a verdade. Sou mesmo contra a reforma trabalhista e também contra a reforma previdenciária.

Um jornal nacional – não vou citar o nome – chegou a dizer que sou o inimigo número um da reforma previdenciária e, principalmente, da reforma trabalhista. Eu queria dizer aqui, da tribuna: pode me botar, sim, como inimigo número um da reforma trabalhista, se for para mexer no décimo-terceiro do trabalhador, se for para mexer nas férias do trabalhador, se for para mexer nas horas extras do trabalhador, se for para mexer na licença-maternidade, na licença-paternidade, no Fundo de Garantia, se for para mexer nos adicionais de insalubridade, nas aposentadorias especiais.

Tenho muito orgulho. Ficarei triste se disserem que não estou fazendo esse combate. Farei o combate, sim. E até gostei, quando vi no jornal. Confesso que gostei. Eu ficaria triste, se alguém dissesse: “Olha, o Paim não está mais defendendo a CLT, os direitos dos trabalhadores, não está mais defendendo que não se pode terceirizar a atividade-fim.” Pode dizer que sou contra mesmo terceirizar a atividade-fim. É a área em que há mais acidente, em que mais morrem pessoas, em que o salário é menor. Eu ficaria triste se disserem que estou concordando com o trabalho escravo. Sou contra, sim. Sou contra. O trabalho escravo tem que ser proibido. Não se tem apenas que normatizar, tem que se proibir.

Então, queria deixar claro, Sr. Presidente, que, quando forem tirar direito dos trabalhadores – podem saber que sou contra –, virei à tribuna para defender que mantenham os direitos dos trabalhadores. Não adianta nem botar editorial. Até nem posso me queixar, porque, ao mesmo tempo em que botaram um editorial, falando isso, eu mantive a minha posição muito clara, e o mesmo jornal publicou também um artigo



de minha autoria, chamado "A Primavera dos Trabalhadores", em que falo exatamente o que estou repetindo aqui, neste momento, da tribuna.

Em relação à Previdência, a mesma coisa: não vou concordar, não, em querer que a pessoa se aposente somente com 65 anos. Pode dizer que eu sou contra. Ora, vamos pegar uma trabalhadora ou um trabalhador que começa com 16 anos. Para se aposentar com 65, ele vai ter que contribuir praticamente 50 anos – 50 anos de contribuição –, enquanto, pela lei hoje, com 35 anos de contribuição, o homem se aposenta, e a mulher, com 30 anos.

Caso queira que alguém se aposente aos 65, 70 anos, como eles estão dizendo, ou que seja próximo a isso, vão ser quase 50 anos de contribuição, porque o filho do trabalhador não fica estudando até os 30 para depois contribuir por 35 e chegar a 65. Ele começa a trabalhar com 16, 18 anos. Então, podem dizer que sou contra. Podem dizer que sou contra, porque, de fato, sou contra.

Se é moderno retirar o PIB da política do salário mínimo... O salário mínimo nós tiramos de US\$70, US\$80 e levamos para US\$300, com uma política construída viajando o Brasil todo, de inflação mais PIB. Aí nós conseguimos assegurar, sim, que o salário mínimo chegasse a cerca de US\$300. Agora, estão dizendo que vão tirar o PIB. Sou contra. Se isso é modernidade, se isso é avanço, podem saber que não concordo.

A história brasileira mostra, Sr. Presidente, que, ao longo de nossas vidas, todas as tentativas de flexibilizar direito dos trabalhadores não geraram emprego, não geraram um emprego, e ainda arrocharam o salário do nosso povo e da nossa gente. Eles argumentavam que o Projeto nº 5.483 ia contribuir para aumentar o nível de emprego. Não aumentou um emprego. Lembro que o economista João Saboia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dizia: "A CLT não é culpada pelo crescimento do trabalho informal do Brasil." Jorge Souto Maior, Juiz do Trabalho, disse, em 2007, que direito trabalhista não é custo para as empresas e que flexibilizar as relações de emprego só diminui empregos e salários e não aquece a economia. O que aquece a economia é diminuir taxa de juros. O que aquece a economia é investir no mercado interno e haver uma política ostensiva no mercado externo. O que aquece a economia é distribuir renda, segundo o princípio básico do próprio capitalismo. Se a população tem poder de compra, ela naturalmente tem que ir ao comércio; se ela compra, alguém vende; se alguém vende, alguém produz; e, se produziu, gerou emprego.

Quero deixar claro, Sr. Presidente, que, quando tiraram a estabilidade e criaram o Fundo de Garantia, disseram também que isso ia gerar emprego. Não gerou emprego nenhum. Quando também inventaram o banco de horas, disseram que isso ia gerar emprego. Não gerou emprego nenhum. Disseram que, se retirassem a contribuição sobre a Previdência e a passassem sobre o faturamento, isso ia gerar emprego. Não gerou emprego nenhum. É só pegar as estatísticas da época.

Agora querem aprovar terceirizado, legislado não valendo, e valendo somente a negociação. Isso vai gerar emprego? Não vai. Mexer no seguro-desemprego vai gerar emprego? Não vai. Mexer nas férias vai gerar emprego? Não vai. Querer que todos se aposentem aos 65 anos vai na contramão da história. Se as pessoas não se aposentam, ficam ocupando os postos de trabalho. E onde colocar os 2,5 milhões de jovens que surgem todo ano para trabalhar, se aqueles que estão trabalhando têm que ficar até 65, 70 anos? Então, isso vai na contramão, Sr. Presidente.

Se tínhamos um problema de desemprego, nos últimos três, quatro, cinco meses só está aumentando. É só olhar os números. O desemprego aumenta a cada dia que passa. Não é mexendo na CLT. A CLT – eu sempre alertei da tribuna – continua sendo muito mais moderna do que o discurso que eles dão de que, se mexer na CLT, vai gerar emprego. Não vai gerar emprego. O que gera emprego é se o cara produz e tem para quem vender. Ele não vai produzir se ele não tem para quem vender. E isso é uma questão de economia interna, é poder de compra. Então, não venham com um discurso sem-vergonha desse que não tem o mínimo sentido. É só ver a realidade, os dados e os números que nós estamos colocando.

Vamos lembrar que nós, no governo Lula e Dilma, geramos mais de 20 milhões de novos empregos. E não foi mexendo em nenhum direito do trabalhador. Qualquer economista sabe disso, não é mexendo na CLT, não é mexendo na Previdência, retirando direitos que vão gerar emprego.

Sr. Presidente, eu queria ainda aproveitar este momento e dizer que viajei muito pelo Rio Grande do Sul, fui a inúmeras regiões, fui a Santa Rosa, fui a Passo Fundo, fui a Caxias do Sul, fui ao Vale dos Sinos, e é unanimidade, centrais sindicais, federações, confederações, todos juntos com a mesma posição e a mesma certeza: não aceitando reforma da Previdência e, muito menos, a reforma da CLT.

A CLT foi algo consagrado com muito sangue, com muita luta, com muita peleia, durante décadas e décadas. A CLT teve lá a marca, sim – eu nunca neguei –, de Getúlio, de Leonel Brizola, de João Goulart, todos gaúchos. Nós a ampliamos depois, inclusive na Constituinte, em matéria de direito dos trabalhadores. Nem a ditadura teve a ousadia de mexer na CLT.

Agora, o discurso da modernidade é o seguinte: ser moderno, segundo alguns, é retirar direito do



trabalhador. Eu nunca vi isso. Eu estou perplexo, confesso. Ser moderno é retirar direito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu ia entrar nessa agora. Eles estão achando que 12 horas é uma forma de melhorar para o trabalhador. Falam em 80 horas, umas loucuras totalmente. Eu nunca vi, eu nunca vi.

Pega qualquer analista e economista que vai me dizer que isso vai gerar emprego. Se eu trabalho mais, significa o quê? Que eu vou ocupar mais horas dentro da empresa e o outro não pode entrar, ou seja, não há espaço para outro, não há o princípio básico de duas pessoas ocuparem o mesmo espaço. Não existe isso. Só quem não conhece uma fábrica, uma loja, um banco, não conhece nada, ou mesmo a área rural. Não há como dois pegarem a mesma enxada, ou o mesmo trator, ou a mesma produção. É uma coisa meio maluca. Eu fico estarrecido com o que eu estou ouvindo ultimamente em matéria de fonte geradora de emprego.

Pelo contrário, se nós partíssemos do princípio de turno de seis horas para todos, que é exatamente a metade do que eles dizem, ora, se para 12 horas eu preciso de um, se eu botar turno de seis horas, eu preciso de dois. Daí sim eu gerei emprego. Não sei, eu queria que alguém me mostrasse aqui ou nas comissões. Eu estou disposto a fazer esse debate no sentido de mostrar que mexer na CLT e arrochar salário... Gera emprego? É brincadeira! Eu acho que é alguma piada de mau gosto que alguém soltou – não vou culpar o jornalista, mas alguém o fez – de forma inadequada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi o próprio Ministro? Pois é! Aí fica mais feia a coisa. Como é que nós temos que achar que o negociado acima da lei também gera emprego? Como é que gera emprego isso?! Eu acho que até o meu piá – piá, não, mas um neto eu tenho, de dez anos – sabe que isso é uma bobagem.

Enfim, Sr. Presidente, quanto mais eu ando pelo Rio Grande e por este País, mais me convenço de que a lambança está feita. Eu avisei – e não só eu –: “vão fazer uma lambança tão grande, e essa lambança não vai terminar antes de 2018.”

Eu defendo as Diretas Já, sempre defendi e vou continuar defendendo. Sou por uma assembleia constituinte exclusiva para fazer a reforma política. Fui favorável ao plebiscito e sou favorável às Diretas Já.

A lambança é enorme, e quem vai pagar a conta – e está pagando a conta – é o povo brasileiro.

Nem vou entrar nas piciuinhas de que cada semana ou cada mês cai um ministro. A briga entre eles mesmos está aí, pegando fogo; está em toda a imprensa. Eu só vou reafirmar o que eu disse: esse *impeachment* não é o melhor caminho. O melhor caminho seria, então, eleições gerais, deixar o povo eleger. Achavam que não dava? Então, vamos fazer eleições gerais. Deixa o povo eleger, pelo voto soberano, quem vai dirigir o País.

Eu disse desta tribuna, no dia em que votaram o *impeachment*: “Adianta chegar ao poder dessa forma e depois não poder ir a um campo de futebol – disse e estou repetindo agora –, não poder ir ao supermercado, não poder levar os filhos ao colégio, não poder entrar numa farmácia, não poder ir ao teatro, não poder ir ao cinema, não poder ir ao final da Olimpíada ou da Paraolimpíada?” Porque será vaiado. É isso o que está acontecendo. Que força vai ter para incrementar, para valorizar, para apostar no mercado de produção, apostar num mercado que gere emprego? Vai ficar na mão do sistema financeiro. É só ver as propostas que estão circulando na Casa.

Sr. Presidente, por fim, eu quero deixar registrado – só vou usar os últimos cinco minutos – que eu escrevi um artigo chamado “A primavera brasileira”. Estamos chegando na primavera agora, dia 21 de setembro. Um jornal publicou matéria com o título “A primavera brasileira”; outro, com o título “Diretas Já”, que, segundo eu, naturalmente, é a alternativa para o País.

Sr. Presidente, as manifestações nas capitais, apesar do espancamento do nosso povo, nos últimos dias, tendo à frente os movimentos sociais e populares, pedindo a saída do Presidente Michel Temer, atestam que a crise, como nós já alertávamos, está longe de terminar. Talvez tenhamos aí o início daquilo que eu chamo de uma primavera brasileira por democracia, eleições diretas para Presidente, contra as reformas, principalmente as reformas previdenciária e trabalhista que o Governo atual quer passar meio na marra.

Se a voz das ruas e das mídias sociais ampliar a mobilização, fazendo o bom combate no campo das ideias, levando até a opinião pública o verdadeiro motivo, a síntese do que foi a saída da Presidenta Dilma, poderemos assistir a um levante não só de resistência, mas de transformações sociais, políticas e econômicas.

A democracia clara que foi golpeada, e todos sabemos, tanto que alguns votaram pela perda do mandato e, em seguida, absolveram, porque sabiam que ela não cometeu crime de responsabilidade. Daí, acho que a consciência doe.



A democracia foi golpeada no seu cerne com o objetivo de sufocar os sonhos e as esperanças de um projeto popular que veio das ruas, das urnas, por quatro vezes, livre e democraticamente. Há 13 anos, víhamos mantendo pelas urnas um projeto para o País.

O que surpreende é que essa maioria eventual cassou o mandato da Presidenta, e, num segundo momento, como eu dizia, já divididos e constrangidos, mantiveram seus direitos políticos, porque sabiam que não houve crime. Como não houve crime, tentaram atenuar o crime cometido, ou seja, Dilma foi cassada e absolvida. Isso prova que estávamos certos.

As reformas que o Governo Temer está apregoando constam do documento – como eu já disse aqui da tribuna por mais de 100 vezes, eu acho – chamado “Uma ponte para o futuro”, amplamente divulgado já no fim do ano passado. Entre as medidas que tramitam no Congresso, está o PL 30, que trata da terceirização da atividade-fim. Repito: fui contra. Sou Relator e sou contra, porque entendo que isso vai destruir grande parte dos direitos dos trabalhadores.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais alerta que, em cada dez acidentes de trabalho, oito são de empresas terceirizadas. A cada cinco mortes em ambiente de trabalho, quatro são de empresas terceirizadas. Os terceirizados trabalham, em média, três horas a mais do que aqueles que não o são. Os terceirizados ficam menos tempo no emprego. Os terceirizados ganham em média 30% a menos do que aquele que não é terceirizado.

Aí, repito, no artigo, o negociado acima do legislado vem na esteira de acabar com a CLT, e todos sabemos disso.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria ainda destacar neste artigo – estou aqui comentando apenas parte dele, porque é longo – que não é com a retirada das conquistas da nossa gente que o País vai encontrar o seu rumo, que é o do crescimento e o do desenvolvimento. A Grécia fez isso e quebrou; os Estados Unidos foram, depois recuaram; Portugal foi e, depois, recuou; a Espanha foi e, depois, recuou.

O Brasil necessita reavivar o movimento, iniciado por tantos Senadores e Senadoras, que vai na linha das Diretas Já e de uma reforma política eleitoral e partidária, mediante uma Constituinte exclusiva.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, a crise que estáposta só será resolvida com o povo nas ruas, e digo: ordeiramente, sem aceitar provocações, transformando o nosso País, de Sul a Norte, em uma bela e democrática primavera brasileira. E, quem sabe, com um novo Governo, possamos, de fato, diminuir a taxa de juros, discutir a taxação de grandes fortunas, fazer uma reforma tributária, em que os ricos paguem, porque, hoje, quem paga são os pobres.

Sr. Presidente, não há alternativa para evitar a sangria e a fragmentação do País. Por isso, eu reafirmo aqui aquilo que venho falando desde março: Diretas Já! Eleições já!

Sei que, lá de cima, Ulysses, Covas, Brizola, nenhum deles é a favor de golpe. Tenho certeza disso. E eu pego uma frase que Ulysses Guimarães disse: “É preciso estar com a rua, e não somente na rua.” Até porque alguns não podem nem sair à rua porque são vaiados, principalmente quem está dirigindo o País hoje.

Como eu sou daqueles que quer o melhor para a Nação, Sr. Presidente, para o País, repito: se não caminhamos para as Diretas Já – eu disse isto em março do ano passado e repito agora –, nós teremos muita dificuldade. A crise só vai terminar em 2018.

Era isso, Sr. Presidente.

Peço a V. Ex^a que considere na íntegra os meus três pronunciamentos sobre as agendas que fiz no Sul, debatendo democracia, esse ataque à CLT, que é o tal de negociado sobre o legislado; debatendo o trabalho escravo, a questão da terceirização da atividade-fim; debatendo com todos os setores, Sr. Presidente, a importância das Diretas Já e relatando, claro, o que aconteceu aqui no Senado, já que eu vivi esse momento. Vivi na época do Collor e vivi agora, com uma tristeza enorme, o que aconteceu aqui nesta Casa quando a Presidenta foi afastada sem ter cometido crime nenhum.

E o povo, Sr. Presidente – permita que eu diga isto –, está assustado com este Governo. Eu queria que estivesse indignado, mas, mais do que indignado, o povo está assustado: “Paim, o que é isso? Vão tirar a nossa aposentadoria? Vão tirar a aposentadoria por invalidez?” E não sou eu que diz; são eles que dizem.

Há medida provisória na Casa. Quem tem auxílio-doença está sendo também perseguido. Estão chamando todos para lá. Vão tirar também? E o salário mínimo? Dizem os trabalhadores rurais que são milhões. “Nós vamos perder a inflação mais o PIB?” Aposentar somente com 65/70 anos?

Eu não sei onde está a cabeça deste Governo. Eles mesmos parecem quererem – e alguém me disse que é proposital – que o povo vá para as ruas e vá para cima deles. É demais! É só ver!

Há outro projeto que querem votar hoje: um é uma paralela de terceirização; o outro é o 204. Fiquei



abismado na audiência pública hoje pela manhã com Maria Lúcia Fattorelli, Sr. Presidente, que deu dados e números, que esse projetinho 204, de 2016, foi adotado na Grécia. Eu só vou resumir e aqui termino. É um crime de lesa-pátria. É um assalto ao povo brasileiro se passar esse PL 204, de 2016, que vou querer discutir no momento adequado aqui, na sessão de hoje.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Espero que não dê quórum, porque, aqui, o meu medo é dar quórum. Deu quórum, uma maioria eventual atropela.

Eu nunca vi, Senador Requião – estou aqui há 30 anos –, em uma quinta-feira, depois de um feriado, nem Câmara nem Senado dar quórum. E houve quórum, para atropelar mesmo e aprovar o que bem entendessem.

O Sr. Roberto Requião (PMDb - PR) – Pixuleco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Infelizmente.

É isto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento o colega Paulo Paim e convido para fazer uso da tribuna o Líder Humberto Costa. Depois sou eu o orador inscrito. Aí, Paim, se puder assumir, para que eu possa fazer uso da tribuna... *(Pausa.)*

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, nós começamos esta semana com mais um escândalo patrocinado por Michel Temer e pelo grupo que o cerca. Mais um Ministro caiu, o quarto em menos de quatro meses. E caiu pelo mesmo motivo que os demais: a operação Lava Jato.

No entanto, diferentemente dos seus colegas, o Advogado-Geral da União, Fábio Medina Osório, não deixou o primeiro escalão deste Governo ilegítimo por envolvimento em denúncias ou investigações. Ao contrário, ele saiu justamente porque quis investigar, porque quis aprofundar, dentro do Executivo, o papel da AGU na reparação dos danos provocados ao Erário público. E aí, o que aconteceu? Foi demitido; demitido por um colega, demitido pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, que é o grão-vizir de Michel Temer, e tomou como acinte e ameaça esse gesto do seu colega de Ministério de querer avançar sobre os investigados.

Disse o Ministro demitido, que chefiava a Advocacia-Geral da União, que o Governo Temer quer abafar a Lava Jato porque tem medo de ser engolido, engolfado pela operação. Vejam bem: não sou eu que estou dizendo. Não é um criminoso delator que está afirmado. É o ex-Advogado-Geral da União, Ministro de primeira linha do Governo Temer, que disse com todas as letras: “o Governo quer abafar a Lava Jato porque teme a operação.”

É uma narrativa que se fecha agora oficialmente, porque, meses atrás, todos tivemos conhecimento das gravações em que alguns dos mais próximos a Michel Temer foram flagrados fazendo inconfidências, dizendo que era necessário estancar a sangria, que era preciso paralisar os avanços da operação.

Esse “sinceridão”, aliás, custou o cargo de Ministro do Planejamento a um dos mais próximos de Temer, que passou apenas doze dias à frente daquela Pasta.

Agora, vem o Advogado-geral da União para dizer, de forma clara, transparente e aberta que este Governo golpista que está aí quer realmente empastelar a Operação Lava Jato. Sua ação para aprofundar as investigações lhe custou o próprio cargo. Foi demitido sumariamente porque contrariou os interesses do Palácio do Planalto, que não pensa em outra coisa...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...senão meter uma amarra na Polícia Federal, no Ministério Público e no Judiciário para proteger todos os aliados envolvidos, entre eles o próprio Presidente da República, que todos sabemos estar sendo delatado nas colaborações premiadas em curso na operação.

Então, cadê as panelas? Cadê a luta contra a corrupção que muitos diziam travar, marchando atrás de um pato amarelo, por um Brasil melhor?

Este Senado cassou, há algumas semanas, o mandato de uma Presidenta legitimamente eleita, contra a qual nada pesava que lhe manchasse a honra. Essa mulher foi destituída do cargo ao qual chegou por meio do voto e, ato contínuo, efetivou-se no lugar dela essa figura diminuta, que é Michel Temer, brindado, agora, com uma imunidade de investigação penal até o fim do seu mandato – se é que vai concluir. Que bela troca foi feita! A pretexto de se combater a corrupção, entronizou-se na cadeira de Presidente da República alguém delatado e absolutamente comprometido com o desmantelamento da Operação Lava Jato. Acho que agora



está mais claro para todo mundo quem são os verdadeiros patos dessa história.

Quero dizer que a nossa Bancada do PT, juntamente com outros partidos, vai apresentar um conjunto de requerimentos de convite para o Sr. Fábio Medina Osório, para que venha aqui explicar as suas palavras, as suas entrevistas; de convocação do Sr. Eliseu Padilha, Ministro da Casa Civil, e da Sra Grace Mendonça, nova Ministra da AGU, que é classificada pelo seu antecessor como – abre aspas – “a assessora que não consegue encontrar um HD”. Vejam vocês: o Advogado-Geral da União acusa a sua sucessora de ter feito corpo mole, de ter sentado sobre o dossié referente aos inquéritos que tramitavam no Supremo Tribunal Federal e que a AGU precisava ter em cópia. Ela usou a justificativa de que não conseguia encontrar um HD externo para copiar os arquivos. Agora, ela foi agraciada com a chefia da Pasta.

É um escárnio, é um menoscabo com a inteligência alheia, é uma história calhorda que precisa ser explicada, detalhadamente, neste Senado pelos agentes envolvidos.

Nós queremos que o ex-Advogado-Geral da União venha reiterar aqui o que disse à imprensa: que Michel Temer quer abafar a Lava Jato porque tem medo dela. E o Ministro Eliseu Padilha, que está na cozinha do Presidente, é uma espécie de *alter ego* seu e precisa explicar por que exonerou um colega que, segundo o próprio demitido, estava fazendo a coisa certa.

Já a nova Ministra, a mesma que não conseguiu achar um HD externo no mercado, vai ter que dizer se foi presenteada com um cargo novo para deletar da pauta do Governo qualquer investigação referente à Lava Jato.

Esses fatos precisam ser imediatamente explicados, e todos os envolvidos com prevaricação e obstrução à Justiça, punidos. Esses fatos são extremamente graves.

Eu espero, sinceramente, que o Ministério Público e a Polícia Federal abram os procedimentos cabíveis para a apuração rigorosa desse episódio que escancara o compromisso deste Governo golpista com o encobrimento de malfeitos e com o empastelamento de operações anticorrupção, que é o caso da Lava Jato.

Vamos, inclusive, entrar com uma representação junto ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, para que ele apure o comportamento do Chefe da Casa Civil e dessa nova chefe da Advocacia-Geral da União.

Eu tenho certeza de que ele vai fazê-lo, porque ele não mandou investigar se Lula, Dilma e José Eduardo Cardozo teriam feito de instrução à Justiça num caso em que o delator, ele próprio, responde a várias acusações sobre corrupção? E, logo depois, o Ministério Público, sem provas, denunciou por obstrução à Justiça o ex-Presidente Lula e o Dr. José Eduardo Cardozo.

Enfim, aqui há muito mais razões para que se faça uma investigação. Aqui é uma pessoa ilibada que está denunciando a tentativa de encobrir investigações do Governo Federal sobre o comprometimento de agentes públicos, de Parlamentares, de funcionários com atos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato.

Eu tenho certeza absoluta de que o Dr. Rodrigo Janot, como tem agido assim todas as vezes, vai pedir abertura de inquérito para investigar essas duas pessoas que compõem o Ministério do ilegítimo Presidente golpista Michel Temer.

Se havia alguma dúvida de que esse golpe tinha a função de salvar os investigados, agora não resta qualquer dúvida. Essa confirmação foi dada diretamente por quem devia se ocupar, dentro do Governo, dessas investigações e acabou demitido em razão de ter tentado dar sequência a esse trabalho.

É um escândalo de proporções graves que está apenas começando. Eu tenho certeza de que vai se somar aos tantos outros fatos que têm ferido de morte este Governo ilegal, imoral e ilegítimo que aí está.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Humberto Costa.

Queria pedir a V. Ex^a, Senador Humberto Costa, para, se puder, assumir a Presidência, pois eu falaria agora como orador inscrito.

(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Costa.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra, na condição de orador inscrito, o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente desta Casa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Humberto Costa, colegas Senadores e Senadoras, o pronunciamento que V. Ex^a fez foi muito firme, trazendo muitas preocupações sobre o momento e a conjuntura que o País vive, conjuntura política que tem reflexos imediatos na economia e reflexos também especialmente na vida de nosso povo.

Não vou repetir, V. Ex^a é nosso Líder. Tivemos uma reunião hoje, compartilhamos as preocupações. Temos



que adotar algumas medidas porque há muitas pessoas influentes neste País, algumas que comandaram o processo do golpe, do *impeachment*, representantes legítimos da elite brasileira, que, desapegadas do Brasil, acham que é o momento de abrir a caixinha de maldades. Ou seja, o nosso povo vive um problema grave depois de ter vivido uma fase de tanta prosperidade nos últimos 12, 13 anos, com crescimento econômico, inclusão social, resgate do respeito do País diante do mundo. Entramos numa crise há dois anos, resultado ainda de um processo eleitoral conturbado, somado a uma crise econômica externa. Mergulhamos numa crise política e tivemos um *impeachment*, ou um golpe falseado de *impeachment*, capitaneado por uma parte da elite que mais se beneficiou nestes últimos anos do País.

Eu digo aqui que a sociedade precisa ficar atenta. Mudou muito, nos últimos cem dias, a opinião pública nacional. Lamentavelmente, os institutos não mergulharam ainda, e nem sei se vão mergulhar. Num primeiro momento, eles deixaram de fazer pesquisa. Porém, acho que há hoje uma preocupação crescente da sociedade brasileira sobre para onde a economia está indo, por qual Estado brasileiro está se fazendo opção, um Estado que tira o orçamento social, que foi uma conquista de todos nós nos últimos anos, porque uma elite não aceita que a maioria do povo tenha acesso àquilo que é básico.

Volto a dizer: fico olhando, lendo, observando e lamentando que uma parte importante da grande imprensa brasileira use de dois pesos e duas medidas.

Nessa matéria mesmo, que é capa da *Veja*, sobre a saída do Ministro Osório, a denúncia que ele fez é da maior gravidade. Ele está afirmado que pessoas da cúpula do Governo tiraram-no da Advocacia-Geral da União para poder abafar a história da Lava Jato. É muito grave. E aí eu vi, no próprio Jornal Nacional, a matéria seca. Parece até que censuraram a *Veja*, que era o instrumento mais poderoso usado, que era reproduzido nos jornais, nos noticiários de televisão, quase que diariamente ou semanalmente, para danificar o nosso governo, danificar a Presidente Dilma, danificar o Presidente Lula.

A impressão que eu tenho, pela agenda apresentada ao País, é que esse setor da elite que comandou essa crise política resolveu abrir sua caixinha de maldades, implementar políticas que eles não passariam pelas urnas nem de longe, e dizendo que estão fazendo isso para salvar o País. Salvar o País ou pôr o País no século passado? O País, nosso Brasil, como dizia Nelson Rodrigues, parece que não é muito popular no Brasil. Não pode dar certo, tem que dar errado.

Falei para V. Ex^a ainda há pouco. Assisti ontem ao filme *Aquarius*. Fiquei impressionado com a direção, com o roteiro, com os artistas. É inacreditável. Eu comprehendi melhor agora por que alguns têm ódio do filme *Aquarius*, mas não tenho dúvida de que a ampla maioria que assiste ao filme *Aquarius* sai fascinada. É um filme que faz a gente pensar, refletir o País, refletir as relações que nós estabelecemos nos diferentes setores da sociedade. Ele se passa inteiramente num prédio na praia de Boa Viagem, da sua terra, Senador Humberto Costa. É inacreditável o filme, surpreendente o tempo inteiro, emocionante e atualíssimo. Acho que qualquer um que goste de cinema, que queira pensar um pouco o momento que o Brasil está vivendo, tem que assistir ao filme *Aquarius*. Eu fiquei muito contente de tê-lo assistido ontem. Ele realmente nos faz pensar na vida, nas relações que estamos vivendo, no momento político que o Brasil atravessa, por mais que não trate disso. E é exatamente por não tratar disso que ele mergulha nas causas e também nas consequências desse modelo de sociedade que nós perigosamente estamos querendo consolidar no Estado brasileiro.

Mas eu fiz essa fala mais para comentar um pouco o tema de V. Ex^a, Senador Humberto. Eu vim aqui hoje para fazer um registro sobre o resultado do Ideb – V. Ex^a foi Ministro da Saúde no governo do Presidente Lula. Quando eu assumi o Governo do Acre... Aliás, vou mais atrás: quando eu assumi a Prefeitura de Rio Branco, em 1993, eu tinha, como secretário, Arnóbio Marques – Binho Marques –, que depois virou Governador, e foi sempre o meu Secretário de Educação – na prefeitura, quatro anos; no governo, oito. Depois, ele assumiu o governo e, nos últimos quatro anos do meu mandato, ele acumulou Vice-Governador e Secretário de Educação. E os indicadores da educação de Rio Branco e no Acre não é que eram ruins, não; eles eram vergonhosos. Nós disputávamos os últimos lugares neste País em vários indicadores.

Nós éramos o Estado mais violento, mais violento do que Alagoas ou qualquer outro Estado do Brasil. Tínhamos os piores indicadores de saúde e de educação, e péssimos indicadores econômicos.

Agora, por mais que entendamos que há muito a ser feito, eu fico tranquilo quando vem a notícia de que vão sair os números do Ideb, que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Quando vão sair, eu falo: Opa! Quero ver a posição do Acre. Só que agora eu não vou mais, Senador Humberto Costa, Presidente, olhar no final da lista. Meus olhos vão para o topo da lista. Foi-se o tempo, felizmente, que olhávamos se éramos o último ou o penúltimo, porque não tínhamos com quem concorrer de tão ruins que eram os nossos indicadores.

Chegou agora o Prof. Cristovam, que já me viu fazendo outras falas sobre o Ideb em outros anos. Eu estava falando, Senador Cristovam, que agora, desde que assumimos a prefeitura com o Binho, depois o governo



comigo, o Governador Binho, o Governador Tião Viana, o Prefeito Raimundo Angelim, agora o Prefeito Marcus Alexandre, quando vem o resultado do Ideb, já não pegamos a lista e fazemos como antigamente, ou seja, para olhar se seríamos o último ou o penúltimo. Agora, olhamos da metade da lista para cima para vermos em que posição nós estamos.

Isso foi fruto de política pública, tão somente isso. Lembro bem que, na prefeitura, o Binho falou: Jorge, precisamos fazer um plano decenal de educação. Plano decenal, pensar dez anos. Não podia, naquela época, haver reeleição, e não estávamos interessados em reeleição. Éramos os últimos colocados...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... e queríamos fazer um plano decenal para o Município de Rio Branco, com a ajuda do Toinho Alves e com o Binho Marques coordenando.

Lembro que, naquela época, era mais barato pegar os 4.700 alunos que eu tinha na prefeitura, era tão somente isso, e matriculá-los na escola particular mais cara de Rio Branco... Senador Cristovam, veja só, quando eu assumi a prefeitura, era mais barato pegar todos os alunos da rede pública municipal e matriculá-los, se fosse possível, na escola particular mais cara de Rio Branco do que manter aquele ensino de péssima qualidade e caríssimo. E eu falei: também do ponto de vista econômico tem que ser viável. Vamos fazer o plano decenal.

Os alunos, Senador Cristovam, repetiam as primeiras séries. Mas como isso podia acontecer? No básico, não tem como uma criança reprovar porque não faz prova. Mas eles tinham que repetir. Fizemos uma pesquisa para fundamentar, com base no plano decenal, e chegamos à uma conclusão óbvia. A pergunta que eu fazia para o Binho: quem são nossas crianças? E fomos fazer uma pesquisa para saber quem eram as nossas crianças, quem eram os seus pais, quem eram as suas famílias, onde moravam. E sabem qual a conclusão? Os pais eram analfabetos e paupérrimos. Além disso, na casa em que a criança vivia não havia papel, nem lápis e nem caneta. A primeira vez que as crianças das nossas escolas municipais, no ano de 1993, tinham contato com papel e lápis era quando chegavam à escola. Por isso elas tinham que repetir.

A primeira coisa que fazemos para os nossos filhos, para os nossos netos é proporcionar essa intimidade com o papel, com a escrita, com o riscar, com o desenhar e com o pintar. Até para isso nós não atentamos.

O nosso País fez um plano – e sei que V. Ex^a, lá atrás, como Ministro, deu a sua contribuição –, mas o certo é que, independentemente de o que falta ser alcançado, há algumas coisas interessantes acontecendo no Brasil.

Essa pactuação de cuidarmos melhor das nossas crianças já mudou em muitos Estados. O meu é um deles. Na época do meu governo, nós construímos escolas infantis e passamos para as prefeituras. Mas foram dezenas! Quem é que faz isso hoje? Governo? Construir escolas infantis e passar para as prefeituras? Nós fizemos isso.

E qual é o resultado, Senador Cristovam? O nosso indicador do Ensino Fundamental, de 1º ao 5º ano, no Acre, era de 3.4, em 2005; do Ensino Fundamental, da 6º a 9ª séries, 3.5; e do Ensino Médio, 3.2. Hoje é de 5.7. Alguém pode dizer que ainda está baixo. Mas nós estamos permanentemente acima da média nacional e da meta estabelecida – permanentemente. Todos os anos superamos a meta prevista para aquele ano. Então, isso nos conforta, porque há um caminho, é possível, há jeito.

Eu vi ainda agora o Senador Lasier tratando do mesmo tema. Ele falou que, algumas décadas atrás, o Estado mais avançado em educação era o Estado do Rio Grande do Sul. E ele falou que agora os indicadores do Rio Grande do Sul estão diminuindo em vez de melhorarem. Olhem a situação em que vemos o Estado que mais teve Presidentes da República, que mais avanços tinha até do ponto de vista econômico, hoje passando pelo que passa.

Meu Estado segue sendo um Estado pobre, um Estado que tem carência de infraestrutura, mas que teve uma sequência de bons governos, sem falsa modéstia, e de compromisso com a educação. Vejam que o Governador Binho foi Secretário de Educação por quatro anos na Prefeitura; depois, foi por oito anos Vice-Governador, e Governador por quatro anos. Não tenho medo de dizer – podem andar em qualquer Estado – que, se bobearem, as melhores bibliotecas do Brasil estão no Acre. Não há igual. Se você entrar numa biblioteca nossa, é inacreditável! Em Rio Branco, em Cruzeiro do Sul, há bibliotecas. O padrão de escolas que nós fizemos: fizemos cinco plantas com características regionais e começamos a construir aquelas escolas. Estabelecemos também um padrão de espaço físico. Com a mexida no salário, nas prioridades, no currículo, estabelecendo um plano, inclusive, depois, com parceria com o Banco Mundial, o resultado está vindo. O resultado veio.

É claro que temos ainda um problema que está afetando o Brasil fortemente, no Ensino Médio, um problema gravíssimo. E o Ideb deste ano mostrou que nós tivemos uma piora e nos distanciamos da meta.



Então, o Ensino Médio também lá se refletiu não muito bem, mas em toda a parte do Ensino Fundamental, especialmente no Ensino Fundamental de 1^a à 5^a séries, nós conseguimos um progresso muito grande. E eu acho que este é o caminho também: não permitir que nossas crianças sigam sendo crianças mal alfabetizadas, sem nenhuma perspectiva de se tornarem um cidadão na sua plenitude do ponto de vista da educação. Sem isso, vão ser que tipo de cidadão?

Ouço o Senador Cristovam para concluir depois. Mas acho que é fundamental e só quero passar o exemplo para estimular. Estamos às vésperas das eleições municipais. É pelo Município que se começa. Não adianta ficar atrás apenas de fazer obras na educação. Tem que parar, sentar, estabelecer um plano decenal. Que não se pense apenas na próxima eleição. Que se pense que aquela é a área mais importante. É como se a educação fosse as mãos – eu falo como ex-prefeito – da sociedade do presente e do futuro. Segurar ali, trabalhar. “Ah! Mas o Estado não vai fazer. Ah! Mas a União ainda não fez.”, mas o prefeito pode fazer muita coisa. Foi assim que comecei as mudanças no Acre: sendo prefeito.

E parabenizo o Governador Tião Viana, que está levando adiante, com muito sacrifício, por conta da crise econômica, e o Prefeito Marcos Alexandre. Eles hoje recebe, o prêmio de um trabalho feito, no caso nosso do Acre, há mais de 16 anos.

O mesmo ocorreu no Ceará com o trabalho lá feito. O Acre também é um *case*, e é uma pena que não foi tão divulgado quanto o do Ceará, mas estamos nessa disputa boa, interessante, importante, que é a de fazer o nosso País seguir em frente pela educação, para ter as grandes mudanças que só a educação promove.

Senador Cristovam, ouço V. Ex^a com muita satisfação.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Jorge Viana, queria simplesmente parabenizar o trabalho de uma sucessão de governadores e prefeitos em Rio Branco e no Acre. Eu acompanho o trabalho desde o seu tempo de prefeito, seu tempo de governador, o do Binho, o do Tião, e vocês estão mostrando...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O Angelim e Marcus Alexandre, que é o atual Prefeito.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É, mas falando como governador. Vocês estão mostrando ao Brasil que é possível melhorar. Seria bom que a gente tivesse, em todos os Estados, governadores como vocês e que se sucedessem com o mesmo compromisso. Mas, no Rio Grande do Sul mesmo, pode haver um retrocesso, e pode não acontecer em outros Estados o que aconteceu no Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Aqui está havendo um problema. Brasília já avançou tanto...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Aqui, por exemplo, e está regredindo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Regredindo. Gravíssimo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Por isso defendo tanto que a gente tem de colocar a União para zelar pela educação das crianças brasileiras, não importa o Estado nem a cidade onde elas vivam. Tem que agarrar a experiência do Acre e levar para o resto do Brasil. E aí não é o governador do Acre que vai fazer isso. O governador do Acre dá o exemplo – aliás, os governadores que se sucederam a partir do senhor. Então, a gente precisa levar essa experiência, que só vai chegar fora, Senador Humberto Costa, se um dia o Brasil disser: “A educação das crianças brasileiras é uma responsabilidade da Nação brasileira inteira, por meio do seu Presidente.” Ontem, falou-se muito nos 15 anos do atentado terrorista em Nova Iorque contra as Torres Gêmeas. Aquilo foi uma tragédia das maiores do mundo. Quase três mil pessoas morreram; as famílias não se recuperaram, obviamente. Muitos perderam suas vidas, mas, no lugar, há um prédio novo, que pode ser até mais bonito. Aquilo serviu de exemplo para que os Estados Unidos iniciassem uma luta mundial contra o terrorismo. O Ideb, que foi divulgado quase que no mesmo dia, é um ato tão grave para o futuro do País, só que com uma dimensão muito mais profunda do que um ato terrorista que derruba prédio. O que acontece com a educação brasileira corresponde à derrubada de milhares e milhares e milhares de prédios, de bombas dos terroristas, com a diferença de que será mais difícil de recuperar. Não se trata de construir um prédio; trata-se de construir uma geração de novos brasileiros preparados, mas, lamentavelmente, ainda não despertamos para a calamidade que o Ideb mostra no Brasil, um país, Senador Telmário, sem futuro enquanto tiver esses indicadores. Não há como ter futuro no tempo da economia, do conhecimento, do mundo tecnificado, enquanto...

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... o nosso Ideb for tão baixo, enquanto nossas crianças tiverem uma educação que não ensina nem ao menos Português e Matemática.



Então, eu parabenizo o Acre pelo exemplo. Oxalá o resto do Brasil seguisse exemplos como esse e pudéssemos ter em todo o Brasil a comemoração que o senhor está fazendo aqui, pelo menos no Ensino Fundamental. Parabéns! Peço que transmita meus parabéns ao atual Governador Tião Viana, nosso amigo, que está dando continuidade ao que o senhor fez no passado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, colega, Senador Cristovam. Vindo de V. Ex^a, o sempre Professor Cristovam, é muito importante. Eu já debati com V. Ex^a. Eu acho que a nossa Constituição precisava ter uma mudança, porque, veja bem, acabei de falar que construímos escolas infantis e passamos para a prefeitura. E eu desafiava: que governador faz isso?

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós tivemos de fazer isso para cuidar das nossas crianças. Numa casa, numa família, quando há uma criança, o normal é que todos cuidem daquela criança. No Brasil, nós dividimos, na Constituição, e dissemos: das crianças, cuidam são os municípios; dos adolescentes, cuidam os Estados; e, dos adultos, cuida a União. Quem pode mais nessa cadeia? Quem pode mais é a União. Então, na hora de cuidar das crianças tinha de ter um pacto nacional no sentido de todos cuidarem, especialmente quem pode mais, que, no caso, é a União Federal. É assim que acho que deveríamos fazer, sob pena de depois não ter conserto.

Eu só quero, por último, fazer uma leitura para mostrar claramente. Quando falo em olhar para o topo: saiu a lista das capitais do Ideb. Nós, que estamos administrando – houve o Prefeito Raimundo Angelim, eu fui prefeito, o atual Prefeito Marcus Alexandre, candidato à reeleição –, estamos com 5.8, empatados com São Paulo, em quarto lugar! Quarto lugar!

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Isso é uma conquista. Para quem estava em último? Para quem saiu de uma situação que parecia não ter mais jeito? Vou fazer a leitura: da 1^a à 5^a série, nós começamos com 3.4; em 2005, a média brasileira era de 3.8, e nós já alcançávamos 3.9. Eu era, na época, o Governador. Em 2007, 4.2; em 2009, a meta nacional colocada, no caso, era de 5, e nós alcançamos 4.9; depois, em 2013, 5.2 era a meta nacional, e nós alcançamos 5.5. Em 2015, 5.5, como meta, e nós alcançamos 5.8. É realmente extraordinário!

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por isso que falo que estou hoje aqui junto com os colegas, vamos trabalhar hoje e amanhã. Amanhã à noite, vou ao Acre ajudar nas campanhas, vou ao interior, vou à capital, vou dar a minha contribuição como ex-Prefeito, como ex-Governador. Estou certo e espero que a população saiba separar as eleições municipais, entendendo a dimensão delas para a vida das famílias, dos lugares que nós vivemos. E não tenho nenhuma dúvida de que, no nosso caso do Acre, o Prefeito da capital, Marcus Alexandre – que trabalhou muito comigo no governo e que agora é um dos prefeitos mais bem avaliados do Brasil, o terceiro melhor avaliado no meio de uma crise desse tamanho –, vai ser merecedor de um voto de confiança da população.

Estou seguro de quem tem chance, inclusive, de ter sucesso já no primeiro turno, mas vamos trabalhar como se estivéssemos começando a eleição agora, porque entendemos que ele é o melhor para a nossa Rio Branco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Telmário Mota, do PDT de Roraima.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Humberto, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Senador Viana, também só para complementar: estive vendo uma pesquisa do seu Estado, e é o Estado que teve o maior aumento de emprego. Foi o Acre e foi Minas Gerais, a título de informação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O Governador Tião Viana tem trabalhado muito nesse sentido. Por isso, eu o parabenizei. Numa crise como esta, na dificuldade que estamos vivendo, ter alguns indicadores positivos é estímulo para seguir trabalhando no mesmo sentido.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sem nenhuma dúvida, conhecendo principalmente a nossa Região, a carência que é a Região Norte e a falta, naturalmente,



de uma maior efetividade do Poder Público federal na nossa Região, está de parabéns, sem nenhuma dúvida, o Senador Tião Viana.

Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, hoje, o povo mineiro está em festa; também em festa estão todas as mulheres brasileiras.

Hoje, a Ministra Cármem Lúcia toma posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte deste País. Há dez anos no Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármem Lúcia será a segunda mulher a ocupar o cargo. Quando foi nomeada em 2006, por indicação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Presidente da Corte era a Ministra Ellen Gracie, sendo a primeira mulher Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Nascida em Montes Claros, Minas Gerais, a Ministra Cármem Lúcia representa um passo ao inevitável e desejável empoderamento da mulher. Ela representa os milhares de mulheres Brasil afora que lutam para quebrar as barreiras impostas pelo cruel e desrespeitoso preconceito a sua inteligência, direitos humanitários e capacidade laborativa.

Espero, Sr. Presidente, o dia em que não seja mais novidade uma mulher assumir qualquer cargo na administração deste País. Que a posse de uma mulher seja evento tão corriqueiro como é hoje a posse de um homem.

Que não vejamos mais fotos em que todo o alto escalão de um governo seja composto só por homens brancos. Sobre o preconceito de cor, falarei em outras oportunidades.

Que nesta foto não se vejam corruptos sorridentes para a câmera. É isso que nós esperamos. Que, lá, os oportunistas corruptos deste País não estejam por trás das câmeras na posse de uma mulher que, com certeza, vai combater a corrupção. Não tem que sorrir. Corrupto não tem que sorrir. Tem é que chorar atrás das grades, devolver o dinheiro roubado do povo e pagar pelos seus erros.

Como Senador, orgulha-me muito e me traz muita tranquilidade ver que, nos próximos dois anos, teremos uma mulher presidindo a mais alta Corte deste País.

Eu não saberia explicar, mas fico mais confiante, quando vejo uma mulher no comando de qualquer instituição.

Portanto, senhores corruptos, nos próximos dois anos, vocês correm alto risco de prestar contas à Justiça. Acredito piamente que a Ministra Cármem Lúcia vai nos ajudar a transformar a corrupção em atividade de alto risco.

Como acumulará a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, a Ministra Cármem Lúcia já anunciou que fará uma gestão voltada para as mulheres presas, como uma tentativa de melhorar a situação de vida delas. Em relação a essas mulheres, o Senado Federal tem muito a contribuir com S. Exª.

Nesse sentido, Sr. Presidente, cito o nosso Projeto de Lei nº 669, de 2015, que possibilita a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até seis anos de idade.

Ainda na linha de favorecer a mulher, temos outros projetos, como o Projeto de Lei nº 143, de 2016, que dispõe que o pagamento de salário-maternidade e a concessão de licença-maternidade serão devidos na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente.

Outro projeto em favor da mulher é o Projeto de Lei nº 296, de 2016, que tem a finalidade de estabelecer prazo para a concessão de salário-maternidade pela Previdência Social. Hoje, em alguns casos, as mães não têm data para receber o salário-maternidade, que muito ajuda com a chegada de mais um filho.

Parabéns, Presidente Cármem Lúcia. Parabéns.

Como eu disse no início, o povo mineiro e as mulheres estão em festa. E o povo brasileiro espera que a Justiça não seja lenta e que os corruptos paguem na cadeia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, o Sr. Humberto Costa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

(Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Telmário, ao mesmo tempo que o cumprimento, quero saber se o senhor poderia me fazer a gentileza de presidir aqui, enquanto faço uma fala muito curta.

(O Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.)



O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O nosso próximo orador será o Senador Cristovam, representante do Distrito Federal.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Telmário, nosso Presidente neste momento, agradeço ter aceito a Presidência, para que eu possa fazer uma pequena referência, como outros já fizeram aqui, sobre o famoso Ideb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Brasil, que é uma vergonha.

Quero aqui chamar a atenção para uma coincidência: o Ideb foi divulgado quase no mesmo dia em que se completavam 15 anos do atentado terrorista que derrubou as Torres Gêmeas. Eu digo coincidência, porque há uma correlação entre esses dois fatos. O que aconteceu nos Estados Unidos foi um ato terrorista da maior brutalidade que se pode imaginar e que caracteriza o terror. Uma brutalidade: o assassinato de milhares de pessoas indefesas, Senador Medeiros, civis, que não estavam em guerra. Estavam no local de trabalho e, de repente, foram surpreendidas por uma bomba, que eram os dois aviões Boeing.

Pois bem. O que nós divulgamos aqui com o Ideb tem um impacto talvez ainda maior do que aquelas bombas que explodiram e derrubaram as Torres Gêmeas: é a bomba da omissão do Brasil com a educação de suas crianças.

Ali, naquele dia 11 de setembro de 2001, foram assassinadas quase 3 mil pessoas. As famílias até hoje não se recuperaram. As vidas foram perdidas. Dois prédios foram derrubados, e outros, ao redor. O país passou a viver num pânico contra o terrorismo. Ninguém pode menosprezar aquele ato, mas é preciso analisar que, no lugar daqueles dois prédios, há outro construído; as famílias que mantêm o sofrimento – nunca esse sofrimento vai desaparecer – vão aos poucos se recuperando – só os mortos não serão recuperados. A luta foi despertada para enfrentar o terrorismo.

Aqui, Senador Medeiros, Senador Telmário, as consequências são de mais longo prazo e mais difíceis de corrigir. Aqui não se está derrubando um prédio, porque a gente constrói outro no lugar. Aqui se estão desfazendo gerações de brasileiros que são incapazes, por falta de receber educação correta, de participar da vida nacional plenamente e de construir um Brasil moderno, progressista, como nós todos desejamos. O Ideb é a prova de uma bomba de proporções gigantescas sob o nome da omissão com a educação no nosso País.

O Ideb é uma vergonha, porque nós definimos metas, e não cumprimos. Mais grave: são metas minúsculas de notas. Deveríamos ter como meta dez, deveríamos ter como meta dez, nove, oito, mas a meta é quatro vírgula pouco, a meta é cinco vírgula alguma coisa, e nós ficamos, em alguns níveis da educação, abaixo dos quatro. Isso é um suicídio. É como se estivéssemos explodindo uma bomba contra nós próprios por causa da omissão, por causa de não fazermos o que deveria ser feito ao longo de décadas. Entra governo, sai governo; um governo promete, outro promete, e nada. Aqui, ali, há uma cidade que melhora, há um Estado que melhora, mas o Brasil piora. Piora, Senador Telmário, porque, em educação, mesmo quando a gente melhora, se a gente melhora menos do que os outros, a gente está piorando. Se nós melhoramos menos do que os outros, nós estamos piorando. Mais grave ainda: mesmo quando a gente melhora, a melhora é para uma classe social, e não para outra.

As pessoas não percebem como o Ideb carrega, Senador Telmário, algo que ninguém vê. Primeiro, no Ideb do ensino médio, só entram nas provas para chegar àquele valor minúsculo, pequeno, insignificante os que estão no ensino médio – 50% nem entram para fazer o exame. Se nós pegássemos os 50% que não chegaram ao ensino médio e os colocássemos na média para calcular o Ideb com nota zero, cairia para metade. Não está explícito. Está escondido. Aquele número não reflete a realidade. É como se a gente estivesse medindo febre com um termômetro que só medisse a metade da temperatura.

Além disso, o Ideb não mostra a diferença entre a qualidade da educação da parcela rica e a qualidade da educação da parcela pobre. Então, o Ideb esconde dois fatos: os que não estão sendo avaliados, os que não estão na escola e a desigualdade dos que estão na escola, entre aqueles que estão em escolas boas e aqueles que estão em escolas ruins. Essa é a tragédia que a gente está enfrentando. É uma calamidade que nós estamos tendo, e ninguém fala em calamidade.

Senador, quando a gente vê, como em Mariana, uma enxurrada de lama, todo o mundo vê a calamidade; quando a gente vê a seca lá no seu Estado de nascimento e no meu, a gente vê a calamidade; quando aparece uma inundação, a gente vê a calamidade. A educação a gente não percebe como calamidade, mas, sim, é calamidade. A educação sem qualidade é a desconstrução de um país, Senador Reguffe, é a desconstrução de um futuro que não aconteceu ainda e que, quando acontecer – porque o tempo é inexorável e virá –, será feio, ineficiente, com baixa produtividade, com violência por causa das desigualdades. Está visível a calamidade embutida nos resultados do Ideb. Está visível para quem quiser analisar um pouco, para quem não ficar só nos números, para quem olhar por trás dos números, para quem perceber que hoje, no mundo, a educação é a



base do progresso, é a base da construção de uma sociedade justa. Não o estamos percebendo.

Eu creio que o Presidente Temer deveria decretar calamidade pública e convidar todos os brasileiros a enfrentar essa calamidade. Talvez constituir um pequeno grupo de pessoas que tragam uma proposta não para dois anos de governo, mas para os 20 próximos anos e juntos tentarmos fazer isso.

Nós usamos sete anos para fazer as Olimpíadas. Conseguimos! Em cinco, fizemos a base de Brasília. Conseguimos! Por que a gente não consegue imaginar 20 anos na frente de uma geração de brasileiros? Por que não? Porque não percebe a calamidade que vem depois, porque continua achando que é possível este País crescer na economia sem educação. Não há como, gente.

A causa dessa recessão foi a irresponsabilidade do governo anterior, mas a causa mais profunda é a baixa produtividade de nós, brasileiros, que vem da falta de educação. A violência pode ser culpa da falta de polícia hoje, mas o que está por baixo é um país que não conseguiu se educar plenamente, para que a violência não seja o caminho a que alguns têm que recorrer para sobreviver. Não percebemos a calamidade. Não decretamos calamidade pública, até porque é mais do que pública, é uma calamidade histórica, uma calamidade que destrói a história do País.

Foi coincidência do Ideb este ano. Todo ano é a mesma coisa, mas foi uma coincidência que este ano tenha saído na véspera...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... da lembrança da tragédia do atentado terrorista das torres gêmeas, em Nova York. Mas é uma maneira de nos lembrar de que aquela calamidade se conseguiu reconstruir. A calamidade da educação de base degradada, como é a nossa, que nós oferecemos às nossas crianças, vai ser muito difícil de ser recuperada. Por isso, quanto mais cedo iniciarmos, melhor. E, para iniciarmos, é preciso a consciência de que é uma calamidade histórica o que estamos enfrentando.

Senador Telmário, eu gostaria de que o Senado pudesse decretar calamidade pública. Não sei se pode, pedi que estudasse. Mas se não puder, é preciso que um governo decrete calamidade pública um dia no quadro educacional brasileiro, para ver se daí a gente crie – eu vou usar a palavra certa – constrangimento, vergonha e procure usar nossos recursos para superar essa calamidade.

Eu gostaria, Senador Telmário, de que fosse possível passar a palavra para dois Senadores que pediram a palavra, Senador Telmário e Senador Reguffe.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Eu sempre tenho dito aqui, no Senado, que V. Ex^a é como se fosse o atalaia, principalmente nesse assunto. Antes, V. Ex^a alertava, lá no início de 2015, sobre o que poderia vir em termos de economia para o Brasil. Mas, muito antes disso, V. Ex^a já alertava, há muitos anos, sobre a educação no Brasil e sobre o futuro do Brasil se continuassem fazendo as mesmas ações. Há um pensador que disse que é impossível que você mude o futuro, se você faz sempre as mesmas coisas. É impossível você obter resultados diferentes, se você age sempre da mesma forma. Eu me preocupo, porque eu vejo V. Ex^a sempre trazendo esses temas, preocupado. Fazemos audiências públicas, mas continuamos na mesma batida. Eu vejo, por exemplo, que nós participamos e, em algum momento, fomos tidos como um dos players dos países emergentes – China, Índia, África do Sul, Rússia e Brasil. E, desses países todos, infelizmente o Brasil está sempre na rabeira em termos de educação. Vemos, por exemplo, na Índia, que vende serviços para o mundo inteiro, que a sua capacidade, a sua produtividade, o conhecimento que eles produziram deixa hoje o país com um índice de empregabilidade muito grande. E estamos hoje com mais de 20 milhões de desempregados, porque, como V. Ex^a disse sobre o índice do Ideb, o índice de desemprego também é diferente, porque não são contados os desalentados e os que desistiram de pedir emprego já. Então, a nossa preocupação é que não há um norte para onde ir. Hoje, por exemplo, os estudantes estudam para a prova e, três dias depois, eles já provavelmente não tirariam a mesma nota que tiraram naquela prova, porque já esqueceram.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Isso é comum. E aí há um grande problema, porque os pais e professores estão na mesma batida. Há pais até que fazem o trabalho para a criança, para ela não tirar uma nota ruim, porque vai ficar traumatizada e tal. Para começar, aliás, as provas até estão desaparecendo em alguns lugares, porque não se repara mais. A preocupação é com a nota, não com o aprendizado. E aí não vemos a saída disso. Eu vejo que nós temos que falar mais sobre educação, precisamos falar sobre educação, porque disso depende o nosso futuro, que cada vez fica mais longe. E cada vez ficamos naquela história de que o Brasil é o País do futuro. Eu era menino, quando ouvia isso; e continuamos sendo



este País do futuro, um futuro que nunca chega. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Medeiros, antes de passar a palavra ao Senador Reguffe, eu queria dizer que o senhor lembrou um aspecto importante: como nós escondemos os problemas. Uma das maneiras de esconder os problemas da educação foi essa invenção da promoção automática, que não é o mesmo do ciclo, em que você não segura, você deixa o menino avançar com seus coleguinhas nas primeiras séries, independente da prova, mas chega a um ponto em que ele tem que ser avaliado. Não avaliar aluno na escola é como não vacinar crianças. Nós vacinamos contra o sarampo, vacinamos contra a paralisia infantil. Não avaliar é como não vacinar contra a ignorância, contra o despreparo, contra a falta de educação. Então, nesse sentido, serve para mostrar o que o senhor mesmo disse para o desemprego: nós escondemos a realidade, falseamos, usando o conceito de média, em vez de ir lá dentro e verificar exatamente o que está acontecendo.

Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Cristovam, V. Ex^a é um exemplo na luta por uma educação melhor neste País. V. Ex^a apresentou, durante toda a sua trajetória política, que não começa neste mandato como Senador da República, uma série de projetos extremamente interessantes e criativos que poderiam e podem melhorar a educação neste País. Projetos como o Bolsa Escola, como a Poupança Escola, como a Escola Ideal, em que a pessoa, para se alfabetizar, recebesse também do Governo. Durante apenas aquele período em que está se alfabetizando, que o Governo pudesse investir para que a pessoa se alfabetizasse, recebendo uma bolsa, mas com caráter temporal, até que se alfabetizasse, para que pudesse estudar e tivesse uma complementação. Então, eram projetos extremamente interessantes. Eu vi o governo anterior investir apenas no Bolsa Família. Ter políticas compensatórias durante um período temporal é justificável num país que tem tantos miseráveis quanto o Brasil, só que isso não pode virar uma política perpétua, uma política permanente. Isso não pode virar um emprego. A pessoa tinha que receber isso durante um período, durante o qual se qualificasse para se reinserir no mercado de trabalho, e não aquilo virar um emprego simplesmente. Então, eu considero que V. Ex^a é um exemplo na luta por uma educação melhor neste País, considero os projetos de V. Ex^a sensacionais. O Bolsa Escola ficou muito conhecido, mas o Poupança Escola nem tanto. O Poupança Escola era um projeto sensacional, em que a criança, ao passar de ano, receberia um dinheiro na sua conta, que não poderia tirar da sua conta até que ela se formasse. Quando ela se formasse, muitos poderiam abrir um empreendimento, abrir um negócio, gerar emprego. A pessoa teria alguma coisa para o início da vida dela e teria um estímulo para ficar na escola durante todo o período letivo e se formar; e, ao se formar, ter alguma coisa para um começo de vida. Então, eram projetos extremamente criativos, são extremamente criativos, e considero importantes para investirmos neste País. Esse é um País que discute educação em tempo integral há muito tempo e vemos ainda as coisas engatinhando. Eu, como V. Ex^a, concentro as minhas emendas ao Orçamento onde a população mais precisa, coloco na educação e coloco na saúde. Eu acho que aí damos uma contribuição, como legislador, para aumentar os recursos nas áreas precípuas da atuação do Estado. Agora, cabe ao Poder Público, cabe àqueles que têm responsabilidade pública no Poder Executivo formular e executar políticas públicas que reduzam a enorme diferença social que há neste País.

(Soa a campainha.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – E não vai se reduzir apenas na economia. Vai se reduzir investindo em educação, porque aí é que construímos o nosso futuro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Antes de passar a palavra ao Senador Petecão, Senador Telmário, eu queria agradecer ao Senador Reguffe e lembrar esse belo projeto do meu tempo de Governador no Distrito Federal.

Nós erramos quando a gente colocou Bolsa Escola e Poupança Escola. Deveria ser uma coisa só. A Bolsa Escola deveria ser um salário mensal para a criança estudar – faltou à aula não recebe – e mais a Poupança Escola, que seria colocar um dinheiro na caderneta de poupança se ela passar de ano, mas ela não leva o dinheiro, fica guardado até ela terminar o ensino médio. Esses dois deveriam ser Bolsa Escola, mas nós fizermos os dois separados. Um ficou muito conhecido, transformou-se no Bolsa Família de uma maneira equivocada, porque tirou do Ministério da Educação e levou para a Assistência Social, que misturou a parte das mães com filhos, com velhos e com pessoas deficientes que precisam de bolsa, mas não deveria ser a mesma. E, além disso, houve a grande falha de perder a característica educacional que estava no nome, Bolsa Escola e não Bolsa Família, Senador Petecão.

Os neurolinguísticas dizem que, quando você recebe uma coisa que se chama Bolsa Escola você pensa: eu recebo porque a minha criança vai à escola. Quando recebe um chamado Família, você pensa: eu recebo porque a minha família é pobre. No primeiro, você pensa que pela escola a gente sai da pobreza; e, no segundo,



pensa que, se sair da pobreza, perde. Então, esse lado eu agradeço.

Quero dizer que é nessa luta que eu dei entrada aqui em um projeto que tenta federalizar a educação. Na verdade, o título é: "Dispõe sobre instrumento de cooperação federativa para transferência à União de competência educacional dos Estados e Municípios". Os Estados e Municípios não têm como dar educação boa, e a melhor prova, Senador Petecão, é o Ideb das federais. Nós temos 440 escolas federais. Desses 440, o Ideb delas é 6,6, ainda não é o que a gente quer. Com um pouco de esforço, chega a 7,5...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – mas já é um Ideb melhor ainda do que as particulares, porque federalizamos. Por que não fazemos isso para todas as crianças no Brasil?

São 250 mil crianças que estudam de graça em escolas federais de qualidade. Por que não fazemos para as 50 milhões de crianças? Não dá para fazer de repente, mas dá para fazer em um processo ao longo de anos. E eu defendo que isso seja feito por cidades. Chega a uma cidade, a União assume. Vai para outra cidade. Ao longo de alguns anos, nós teríamos um sistema que poderia oferecer o que hoje a gente oferece no Colégio Pedro II, nas escolas técnicas, nos colégios de aplicação, que é uma educação de qualidade, embora ainda não no nível que a gente quer um dia chegar.

Senador Telmário, eu peço, para o último que pediu aparte, que é o Senador Petecão.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, 30 segundos. Senador Cristovam, na verdade, o tempo já está estourado, ouvi atentamente ao seu pronunciamento e queria parabenizá-lo por mais uma vez subir à tribuna do Senado e falar de educação. V. Ex^a é como se fosse uma espécie de nosso guru, o guia. E, antes da sua fala, usou a tribuna o Senador Jorge Viana, do meu Estado, e ele falava exatamente de educação no nosso Estado. E, depois que ele falou, recebi várias ligações de algumas professoras. E eu vi a forma como o senhor recebeu o pronunciamento do Senador Jorge Viana. Os seus olhos brilhavam de felicidade e de satisfação. E é o meu sonho também que a educação do meu Estado fosse naquele padrão e naquele nível que foi colocado pelo colega Senador Jorge Viana. Esse é o nosso sonho, esse é o seu sonho e é o sonho de todos os brasileiros. Mostrou o Acre aqui como se nós...

(Soa a campainha.)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – ... fôssemos referência na educação no nosso Brasil. E aí várias professoras me ligaram e se comprometeram a me passar um diagnóstico completo da verdadeira situação em que está a educação no nosso Estado – a verdadeira –, porque é complicado. Quando um colega vem e coloca isso, é como se nós estivéssemos aí num céu de brigadeiro, como se estivesse tudo 100%, tudo tranquilo. E esse é o meu sonho. Não estou aqui... E tenho muita humildade. Se os números que forem colocados aqui pelos colegas que se comprometeram a passar realmente expressarem essa realidade colocada pelo Senador Jorge Viana, eu não tenho nenhum problema em vir aqui, ratificar e concordar 100% com o que ele disse. Quando se trata de violência, aí não. Aí ele não pode falar, porque eu conheço um pouco, e hoje o Acre é o que nós temos de pior. Os índices de violência hoje...

(Soa a campainha.)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – ... de um Estado pequeno como o nosso, um Estado pobre como o nosso, são altíssimos. Nós perdemos o controle, nós estamos perdendo a guerra para os bandidos. Sobre violência não dá para falar. Agora, da educação, eu me comprometo com V. Ex^a a trazer a verdadeira situação que é a educação no nosso Estado. E aqui, para finalizar – e queria até contar com seu apoio –, o Senador dizia que iria ao Acre fazer campanha, que ele converse com os petistas. Nessa semana, nós tivemos uma agressão à nossa candidata a prefeita da capital, Eliane Sinhasique, que é uma mulher, candidata do PMDB e que tem o nosso apoio, que foi agredida de uma forma covarde, pelas redes sociais, por alguns membros do PT. Então, eu queria aqui prestar a minha solidariedade à companheira Eliane Sinhasique, que é a nossa candidata a prefeita da nossa capital Rio Branco, que, de uma forma covarde, foi atacada por alguns membros do PT. E estou devendo-lhe essa prestação de contas da educação no meu Estado, querido Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Petecão, só para terminar dentro do tempo, eu gostaria muito de ter esses dados, porque, de fato, meus olhos brilharam quando eu vi a indicação de que o Acre, embora o próprio Senador Jorge Viana reconheceu que ainda é pouco, teria saltado para os melhores. Esse debate seria muito bom. O que é que foi feito, o que é que não foi feito, para ver o que é que falta fazer. Então, conte comigo nesse debate. E eu gostaria muito de ter essas informações.



Muito obrigado, Senador Petecão, Senador Reguffe, Senador Medeiros, que fizeram apartes, e, sobretudo, meu amigo, Senador Telmário, pelo tempo que me deu.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senador Cristovam, eu queria que V. Ex^a ainda ficasse um pouco na tribuna, porque, sem nenhuma dúvida, foi bem colocado pelos companheiros, pelos nossos pares, que V. Ex^a é a referência da educação. E como é bonito podermos assistir a uma situação dessas numa hora em que o Brasil passa por uma crise enorme em todos os sentidos: crise de governabilidade, crise de moralidade, crise de credibilidade, crise política, crise econômica.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Hoje mesmo pode-se manter um dos maiores ladrões aí, protegido, que é o Cunha.

Então, Senador Roberto Muniz, da minha Bahia, onde me formei, o Senador Cristovam traz a esta Casa, a esta tribuna aquele que é o caminho para tirar este País dessa situação.

Alguém falou nessa reforma, na reforma educacional. E V. Ex^a sempre com uma marca. Acho que era importante que amanhecesse nas principais páginas dos grandes jornais amanhã: "Senador Cristovam sobe à tribuna do Senado e diz que não avaliar um aluno na escola é a mesma coisa que não vacinar." Amanhã, os jornais deveriam amanhecer com essa manchete, em qualquer parte, por mais tímida que fosse, porque ela é muito bem colocada, muito própria, muito oportuna, porque, quando V. Ex^a diz que não avaliar um aluno é não vacinar uma criança, se a criança não vacinar, você coloca a vida dela em risco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – E, na escola, se não avaliar, você coloca o ensino em risco, o conhecimento dessa pessoa em risco. Então, V. Ex^a traz isso para um momento que é oportuno, porque hoje já quase não se discute isso. Querem passar a qualquer custo. Há um formato que é preciso mudar, mudar muito, porque, sem uma educação de qualidade, rigorosa, precisa, não teríamos hoje um Senador Waldemir Moka médico e tantos outros bons Senadores aqui.

Eu sempre disse que, quando V. Ex^a usa a tribuna desta Casa, V. Ex^a contribui, contribui muito.

Eu me lembro de quando morava, Roberto Muniz, na sua querida Bahia. O Waldir Pires tinha ganhado o Governo, e o Senador Cristovam era o grande escritor Cristovam. Ele estava lá publicando dois livros. E Waldir Pires, com sua humildade, tinha acabado de ter aquela vitória fantástica na Bahia. Nós entramos na fila. Waldir Pires entrou na fila. Aí, todo mundo, não muito acostumado com aquele outro estilo de Governo, disse: "Mas, Waldir, você na fila?" Ele disse: "Aqui não é o Governador Waldir Pires. Aqui é o cidadão Waldir Pires, que vem homenagear este grande homem que é Cristovam Buarque."

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Então, é uma honra poder ser Senador da República ao lado de V. Ex^a e hoje estar aqui presidindo, mais uma vez, com V. Ex^a trazendo, depois dessa enxurrada de tantas dificuldades, essa reflexão, quando V. Ex^a diz: não está na hora de decretar estado de emergência para a educação brasileira?

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Então, só hoje, na sua fala, V. Ex^a colocou duas frases de reflexão.

Eu queria que a grande mídia colocasse amanhã: "Cristovam pede emergência na educação brasileira e Cristovam diz que não avaliar é como não vacinar."

Parabéns, Senador Cristovam!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Senador Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Agora, nós temos o próximo orador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Telmário, V. Ex^a me permite, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Claro! Não posso dar, mas concedo a palavra a V. Ex^a, que faz esta Casa andar de todas as formas, de todos os jeitos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Telmário, eu estava agora dando tipo uma aula de como funciona o Congresso para 25 alunos da Escola Israelita Brasileira, de Porto Alegre. E agora eles querem subir aqui nas galerias só para olhar o trabalho dos senhores. O próprio segurança pediu que V. Ex^a liberasse. Eles entram, olham e vão embora.



(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Jamais nós negaríamos esta oportunidade, até porque esta é a Casa do povo, e eles vão ouvir ordeiramente. Hoje, nós estamos aqui; amanhã, serão eles.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Está autorizado pela Presidência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O Senador Medeiros é o nosso próximo orador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, todos que nos assistem pela TV Senado, pelas redes sociais, subo à tribuna hoje com satisfação porque não venho reclamar das autoridades, nem acusar a inoperância da máquina administrativa do Estado. Ao contrário. Venho saudar e elogiar providências devidas há muito tempo que vêm sendo tomadas em favor de parcela importante da população: o pequeno produtor. O assunto é regularização fundiária rural em meu Estado, o Mato Grosso, e em todo o Brasil.

Lá em Mato Grosso, bastou o Governador Pedro Taques, a quem tenho a honra de ter substituído aqui no Senado como suplente, haver assumido o comando do Estado, e o Presidente interino Michel Temer haver chegado ao comando do País, para que se destravasse o processo há tanto tempo ansiado de regularização das terras pertencentes a assentados da reforma agrária e a posseiros. Isso vinha sendo impossibilitado pela inoperância administrativa, principalmente do Incra.

Faço o elogio ao Governador Pedro Taques, porque merecido. Além de competente na administração, é homem que se distingue por sua probidade e retidão na vida pública. E faço o elogio ao Presidente Michel Temer porque gosto de dar a César o que é de César. É verdade que o Brasil ficou aliviado por passar a ter, no mais alto posto da Nação, um político finalmente preparado para governar, e não mais um inoperante e incompetente.

O fato é que, nos últimos anos, vários Deputados e alguns Senadores desta tribuna vinham reclamando da inoperância do Incra e, por vezes, dos governos estaduais para resolver o problema da titulação das terras dos assentados em programas de reforma agrária. Vejo aqui muitas vezes Parlamentares da base do governo anterior subir e falar que agora vão acabar os programas de reforma agrária. Mas registro, Senador Waldemir Moka, que, nos 13 anos do Governo do PT, não foi dado um título de terra sequer. No apagar das luzes, a Presidente deu alguns. Isso gerou conflitos, isso gerou problemas, sem falar que criava uma massa dependente, uma favelização do campo, uma favelização rural.

Como disse, por vezes, os governos estaduais estavam para resolver o problema da titulação das terras dos assentados. E, em relação ao meu Estado, lembro perfeitamente que também o Senador Wellington Fagundes levantou essa questão por muito tempo. Esse quadro insatisfatório mudou, pelo menos em Mato Grosso, no último dia 16 de julho, com a assinatura, em Cuiabá, do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Incra e dois órgãos fundiários, um estadual, outro federal; por outro lado, o Governo do Estado de Mato de Grosso e vários órgãos estaduais, tanto do Poder Executivo quanto do Poder Judiciário e a sociedade civil.

É um marco, um divisor de águas na resolução do problema fundiário rural em Mato Grosso.

Recentemente, fizemos uma audiência na Comissão de Agricultura, conduzida pela Senadora Ana Amélia, em que esteve presente o Ministro Eliseu Padilha, que prontamente anunciou que os títulos de terras prontos a serem entregues serão entregues. Não mais serão postergados. E já marcou, provavelmente para o dia 24 agora, Senador Moka, a entrega de títulos no Estado de Mato Grosso.

Concedo um aparte, com muita honra, a V. Ex^a.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Senador José Medeiros, veja como a gente não consegue compreender essas coisas. E foi dito lá que são milhares de títulos prontos para serem entregues. Quer dizer, o que é preciso? Fazer uma reunião num assentamento e entregar o título; e o título fica retido. O pequeno produtor sem esse título, por exemplo, se quiser fazer um empréstimo para ter um pouco mais de autonomia, ele não pode dar o título em garantia. E o título é dele. Ele está há 20 anos ali. São coisas que a gente não consegue entender, o Estado querer criar uma dependência desse assentado junto aos órgãos federais, no caso o Incra. Por que isso? Qual é a finalidade disso? Entendo que há alguns que têm dificuldade, como falta de documentação, mas aqueles que estão prontos, não há justificativa para que nenhum título em condições de ser entregue não seja entregue ao seu legítimo dono, que é o assentado. Como ouvimos na audiência, um produtor rural ajudou a fazer um assentamento que hoje é uma cidade, no Estado de V. Ex^a.



O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Município de Itanhangá.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Isso tudo não pode acontecer. Há pouco tempo, falou o nosso mestre Cristovam Buarque. Eu sou da época – vou misturar os assuntos propositalmente – em que, se o aluno não fosse aprovado, se ficasse em duas matérias, ia para a chamada segunda época; em três matérias, seria reprovado. Agora, não se pode mais reprovar. Ora, o aluno já sabe que vai passar de ano, independentemente do desempenho dele. Eu dei aula durante 15 anos. Essas coisas, em vez de melhorar, estimulam o comodismo. Mas não quero atrapalhar o pronunciamento de V. Ex^a. Só lembro que essas coisas, lamentavelmente, acontecem. Não estou culpando o Governo, não estou culpando ninguém. Estou dizendo que isso não pode acontecer. Se o título está pronto, ele tem que ser entregue. Essa é a verdade.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – V. Ex^a não atrapalha, só abrilha o pronunciamento, Senador Waldemir Moka.

Mas esse Acordo de Cooperação Técnica foi elaborado pelo grupo de trabalho de regularização fundiária do Programa Mato-Grossense de Municípios Sustentáveis. O objetivo? Medir e demarcar o perímetro e as parcelas dos projetos de assentamentos rurais e glebas federais e estaduais situados no Estado de Mato Grosso e fornecer apoio para promover a regularização fundiária.

Com minúcia, o documento assinado entre órgãos públicos que tratam da questão fundiária e órgãos públicos e associações da sociedade civil que representam os interesses dos posseiros e assentados determina todos os passos necessários para a regularização das terras, bem como a responsabilidade específica de cada uma das partes.

No que se refere aos passos a serem percorridos para a execução do plano de trabalho definido no documento, em primeiro lugar, prevê-se a divulgação do Acordo de Cooperação Técnica entre todas as entidades responsáveis pela promoção e regularização fundiária do Estado. Em segundo lugar, o encaminhamento de ofício ao órgão fundiário competente para solicitar autorização para proceder à medição e ao georreferenciamento das glebas. Em terceiro lugar, a expedição de ordem de serviço pelo órgão fundiário competente para a realização dos serviços. Em quarto lugar, a execução dos serviços de medição, demarcação e georreferenciamento das glebas e certificação do memorial descritivo junto ao Incra. Em quinto lugar, expedição de ordem de serviço pelo órgão fundiário competente para a realização de serviços complementares. E, em sexto lugar, expedição do tão sonhado e aguardado título definitivo de domínio para registro em cartório e entrega aos beneficiários.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu peço só que V. Ex^a ponde, porque o Senador Telmário colocou só 10 minutos e hoje eu acho que são 20, não é?

É o ciclo que finalmente se completa, Sr. Presidente; o ciclo que vai da ocupação da terra destinada a assentados à emissão do título de propriedade – o ciclo que faz da família rural proprietária.

O desenvolvimento social ocorre quando mais e mais indivíduos, quando mais e mais famílias passarem a ser proprietárias de algum ou de alguns bens valiosos e imprescindíveis à sua sobrevivência e reprodução.

E aqui me vem uma preocupação, Senador Cidinho Santos: em todo o Brasil, justamente por essa falta, por essa delonga em regularizar a situação das famílias, algumas famílias progrediram nesse meio tempo, principalmente o pessoal do Banco da Terra. O sujeito comprou uma caminhonetinha, outro passou num concurso público, e por aí vai. Acontece que, depois de vinte, trinta anos, quando eles vão tentar se regularizar, vem o Governo e diz: "Você não cumpre, você não preenche os critérios, porque você está fora daquela margem padrão; então, você não pode ter acesso à terra." Mas, como, meu Deus do céu? Além de o Governo não ter dado as condições para que essas propriedades fossem regularizadas, agora o sujeito não pode mais, porque, nesse tempo todo, ele progrediu. Isso é querer a perpetuação do "pobrismo".

É por isso que eu estou elogiando hoje o Governo do Presidente Michel Temer, por ter tido essa preocupação e por ter colocado toda a sua equipe para trabalhar no sentido de fazermos a regularização dessas propriedades. É o ciclo que finalmente se completa.

O desenvolvimento dessas famílias é imprescindível para a política social no campo, porque, com o passar do tempo – e creio que já está passando, Senador Roberto Muniz –, se essas famílias não conseguirem os títulos, aos poucos vai acontecer o seguinte: elas vão vender e vir para as cidades. E aí fica aquele negócio: "ah, nós temos latifúndios". Olha, é regra de mercado: se alguém está vendendo, outro vai comprar. E quem tem mais poder aquisitivo terá mais chance de contratar despachante e mais chance de regularizar as terras. Aos poucos, então, vamos expulsar os pequenos produtores.

Isso me traz uma preocupação: o que vem para a nossa mesa hoje vem da pequena propriedade. Portanto, como Parlamento, temos que ter essa preocupação de cobrar realmente a eficácia desses órgãos.



A etapa final desse processo no campo jurídico, pelo menos, é a certificação do imóvel rural, pois sem a certificação, sem a titulação da propriedade, esse imóvel não pode ser vendido, partilhado, permutado, doado, desmembrado, remembrado e nem alienado fiduciariamente, como disse o Senador Moka – ou seja, todos aqueles atos jurídicos inerentes à condição de proprietário –, e mais importante ainda, não poderá ser realizada a contratação de empréstimos agrícolas, os financiamentos.

Aqui estou na frente do Senador Cidinho Santos, que já foi um pequeno produtor e que entende muito bem. Hoje há um grande PIB do Estado do Mato Grosso, mas ele sabe muito bem do que estou falando. Concedo-lhe, com muita honra, um aparte.

O Sr. Cidinho Santos (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Medeiros. Na verdade, fui um pequeno avicultor. Eu o parabenizo por abordar este tema da questão regularização fundiária. Complementando aquilo que V. Ex^a falou sobre a questão do crédito. Nós estamos agora passando por uma situação, principalmente o Mato Grosso, em que há mais de 66 mil famílias que não têm acesso ao crédito rural devido ao que V. Ex^a disse, ou seja, pessoas que ao longo do tempo compraram uma moto ou um carro, e, estando registradas – foi verificado que estão registradas –, elas não podem ter um veículo, não podem ter um bem, porque são agricultores familiares. Tudo isso é porque esses assentamentos não foram emancipados, não foram regularizados, o que faz com que, se a pessoa tiver adquirido qualquer bem ao longo da sua vida, ela não possa ser considerada agricultor familiar. Esta é uma situação preocupante. O Incra está tomando as providências junto ao TCU. As pessoas têm procurado V. Ex^a, como também têm me procurado, porque outros Estados também estão na mesma situação, com essa preocupação da restrição do crédito em função do acórdão do TCU. Mas tudo isso é consequência dessa grande demora em se fazer a emancipação dos assentamentos rurais e também a regularização fundiária no nosso País. Parabéns por abordar esse assunto.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Cidinho.

Resta-nos, portanto, felicitar o Governo – tanto o estadual quanto o Federal – e o Incra, órgão fundiário do Governo Federal, por finalmente, depois de tantos anos de reclamações justas e de espera ansiosa por parte dos assentados, terem sentados todos juntos à mesma mesa para realizar a tarefa de concertação institucional que começa a permitir a ascensão ao *status* de proprietário por parte de milhares de pequenos produtores rurais do Estado do Mato Grosso.

Senador Cidinho, não há coisa que deixe um assentado mais feliz do que ganhar o seu título, o seu justo e merecido título, porque ele se sente proprietário.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Presidente, com a tolerância do Senador Medeiros, registrar que essa moçada que está na galeria é de Porto Alegre. Eles são da Educação Judaica do Colégio Israelita Brasileiro de Porto Alegre. Eu tive a satisfação de falar um pouco para eles, na Comissão de Direitos Humanos, do que é o Congresso e da importância da democracia. Vocês estão assistindo na tribuna ao Senador Medeiros. Nem sempre nós estamos na mesma trincheira, mas em 90% das vezes estamos. Temos muito respeito um pelo outro, independentemente da questão partidária. Eu queria só dar um abraço em vocês, com muito carinho. Foi muito bom falar com vocês. Levem um abraço, em meu nome, a todo o povo de Porto Alegre. Uma salva de palmas para vocês. Obrigado, Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador Medeiros, vou colocar mais cinco minutos para o senhor.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mas como dizia há pouco, Senador Cidinho, essa é uma das questões mais importantes para o País hoje, porque boa parte do nosso território... Às vezes a gente fala em regularização fundiária, Senador Roberto Muniz, e as pessoas ficam pensando só no campo. Mas boa parte do País, inclusive, da nossa Capital, Brasília, boa parte do Entorno não é regularizada. Então, esse processo é uma aflição tanto na cidade quanto no campo, e no campo traz um problema maior, porque por vezes, Senador Perrella, vem com conflitos, vem com mortes. Há poucos meses, no Estado de Mato Grosso, houve algumas mortes devido a brigas por posse de terra.

Então, neste momento a gente elogia justamente o Governo por ser sensível e por ouvir o clamor da sociedade, que já não aguenta mais esperar por esse tão sagrado documento de sua terra.

Passo a palavra, com muita honra, ao Senador José Perrella.

O Sr. Zeze Perrella (Bloco Moderador/PTB - MG) – Senador Medeiros, essa questão fundiária no Brasil realmente é uma questão que nos preocupa a todos há muitos anos. Por mais que a gente tente,



ainda não conseguiu resolver uma situação tão séria. Eu espero realmente que o Presidente Michel Temer tenha a sensibilidade para resolvemos essa questão tão importante para os pequenos produtores. Eu fico impressionado, Senador Medeiros, quando vejo também, como nesse governo passado, um ex-Presidente da República que coloca um boné do MST e vai para a rua fazer propaganda da ilegalidade. Isso mostra o grau de irresponsabilidade desse Partido que deixou o governo. Obviamente eu respeito os companheiros do PT, tenho vários companheiros aqui. O Senador Paim para mim é um dos mais atuantes, um dos Senadores mais preocupados com a classe trabalhadora, com a questão do salário mínimo, realmente um lutador pelos direitos sociais. Mas nós sabemos a trapalhada que esse pessoal fez. Principalmente isto: ou seja, quando eu vi o Presidente da República de então, o Sr. Luís Inácio Lula da Silva, colocar um boné de um movimento ilegal, mostrando o seu grau de irresponsabilidade. É esse mesmo pessoal que eu vejo, hoje, indo para a rua, fazendo greve, incentivando greves. Nós sabemos quem é essa turma. São esses 10 mil funcionários do PT que ficaram sem emprego que estão indo para a rua pregando a baderna. Nós estamos numa situação tão séria que tínhamos, hoje, que dar apoio ao Presidente Michel. Vamos dar uma chance ao Brasil. E eles se preocupam só com eles. Já estão na rua com toda a movimentação, com os movimentos sociais querendo incendiar o Brasil, como fizeram, incentivando um movimento ilegal, no meu entendimento, que é o Movimento dos Sem Terra. Pode ser legítimo, mas é ilegal. Nunca um Presidente da República, que ocupa o cargo mais importante do País, poderia se transvestir nesse pessoal desse movimento, botando o bonezinho da ilegalidade. Então, é por isso que a questão fundiária no Brasil até hoje não foi resolvida: porque eles preferem a baderna. Obviamente, não sou contra, sou a favor de que se resolva, mas não será com invasão de terras produtivas. Eles escolhem as fazendas que vão invadir a dedo, até para, depois, negociar a troco de qualquer coisa, pegar um dinheirinho e invadir outra. Então, enquanto apoiarmos esse tipo de movimento, acho que a questão fundiária no Brasil dificilmente será resolvida. Parabéns pelo seu pronunciamento. V. Ex^a sempre lúcido e um dos Senadores mais atuantes desta Casa. Meus parabéns, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Zeze Perrella.

V. Ex^a tocou num ponto muito interessante e lhe digo com certeza: essa gente que vive aí fazendo baderna não tem o menor interesse de resolver o problema da reforma agrária. Isso é como aquela história do médico antigo que tratava sempre de um paciente, e aí o filho dele cresceu, se formou em Medicina também, e, quando formou, em uma semana, chegou muito contente e falou: "Papai, aquele paciente que o senhor passou a vida tentando curar, eu o curei em uma semana" Ele falou: "É, meu filho, você tem muito o que aprender. Foi com aquele paciente lá que seu pai arrumou dinheiro para lhe formar e tal". Quer dizer, ele passou a vida inteira sugando o paciente.

Na verdade, o raciocínio é o mesmo: isso aí é fábrica de voto. Isso era o biombo. Por que aqui o discurso de fundo é o pobre? Gosta tanto de pobre que aumentou a pobreza para valer.

Então, o que acontece? Na verdade, Senador Perrella, não quer resolver o problema, porque, em 13 anos, dava para ter feito muita reforma agrária. Fez alguma coisa? Não, no meu Estado, é favela no campo. Como eu disse, há inúmeros, milhares de títulos prontos para serem entregues. O Incra funcionava? Não!

E outra: o modelo está errado. Na maioria dessas terras que as pessoas receberam, Senador Roberto Muniz, sempre havia uma atravessador no meio, comprava terra de areia, terra não produtiva, os caras pagavam um monte, ficaram todos endividados. Hoje, em boa parte da carteira do Banco da Terra, essas pessoas estão aí para ter suas terras tomadas.

Desde que entrei aqui, tenho me aprofundado nesse assunto, colocado uma equipe jurídica para tentarmos. Conseguimos um adiamento do prazo para que as pessoas regularizassem, mas foi feito no modelo também em que pessoas... Foram feitas as dívidas no nome de associações e, se 90% quisessem pagar, o banco não recebia, porque só recebia em nome daquele CNPJ. A luta agora é para individualizar essas dívidas, cada um pagar o seu. Parece uma linha de anzol enrolada. É muito difícil, mas temos que ir. Agora, temos que lutar ainda com esses arengueiros.

Achei extraordinário o artigo do *Estadão* que disse o seguinte: "Nós temos poucos políticos no Brasil. Temos muitos arengueiros, temos muito negociador, mas pouca gente que quer resolver os problemas", Senador Perrella. Então, esse é um desafio.

Fui pegar o voo para ir ao Estado e fui atacado por um grupo que estava me chamado de golpista, dentre eles, algumas pessoas justamente da luta pela terra. Fiquei pensando e me lembrei de Jesus Cristo. Falei: "Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem". Porque não há ninguém – pode ter igual – mais interessado do que eu em que essa questão deles se resolva, mas vejo que a maioria quer ficar sugando os assentados para vir passear em Brasília, para vir correr nos Ministérios, para ficar em bons hotéis, mas, para resolver o problema mesmo, não vemos vontade. Portanto, nesse momento, V. Ex^a tocou num ponto-chave.



Eu vi hoje o aeroporto de Brasília lacrado de funcionários da Petrobras. Eu vejo esse povo direto aqui nos corredores. Eu falo: quando é que eles trabalham? Onde eles estavam enquanto estava sendo dilapidada a Petrobras? São algumas questões para a gente refletir, que me preocupam.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não querem resolver o problema do Brasil, querem fazer politicagem da pior espécie. Isso não é política, isso é colocar o interesse... Falam muito de Brasil, mas parafraseio o nosso ex-Presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, que dizia “O Brasil dessa gente é o cífrão, o Brasil dessa gente é o dinheiro”. Passaram treze anos e agora querem cobrar que todos os problemas do Brasil sejam resolvidos em dois meses. Então, não dá nem para dar muita trela para essa cantilena que está aí. Estão atacando a gente nos aeroportos. Não tem problema. Xingaram-me de golpista! Eu devolvi com uma ofensa maior; me chamou de golpista e eu falei: “petista”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Muniz.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador José Medeiros, eu queria parabenizá-lo pelas palavras, dizer que, realmente, é um grande desafio a questão da regularização fundiária no nosso País, dizer que tive oportunidade de acompanhar, como Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, a dificuldade. Digo que são cinco passos que transformam a vida das famílias. O primeiro deles é sair de acampado para ser assentado; depois, de assentado para ter a propriedade da terra. E aí precisa da titularização. Depois, ele precisa, por ter a propriedade, conseguir alcançar o financiamento para finalmente chegar a ser chamado de agricultor familiar. Esse é o passo a passo. Fizemos um levantamento no Estado da Bahia: eram quase 18 passos que precisavam ser feitos, realizados. A gente percebe que havia muitos obstáculos. Espero que o seu trabalho possa minorar essas dificuldades das famílias assentadas e que a gente possa usar a nossa Comissão de Agricultura como uma fonte de debates para que isso aconteça.

Queria passar a palavra para o Senador José Medeiros.

(O Sr. Roberto Muniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador José Medeiros, Senadores presentes, Senadoras presentes. Eu queria informar esta Casa que, na semana passada eu dei entrada numa proposta de emenda à Constituição que estabelece a realização de eleições gerais para 2022. Essas eleições gerais aconteceriam no ano de 2022 em todos os níveis. Para vereadores, prefeitos, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Presidente da República, unificando, finalmente, as eleições em um só dia, em um só momento. Com isso, os prefeitos que porventura sejam eleitos em 2020 poderiam ser reeleitos, mas teriam um mandato mais curto, de dois anos.

Qual é o objetivo disso, Senador José Medeiros? É estabelecer uma lógica maior para as eleições do Brasil. Se formos conversar com todos os Senadores, com todos os brasileiros, acho que cada um tem a sua proposta de reforma eleitoral. Cada um imagina a sua própria proposta, fazendo com que haja coincidência de mandatos; outros querem que haja a ampliação do mandato para cinco anos, com a impossibilidade da reeleição. Há a questão da fidelidade partidária. Também sempre é levantada a importância da diminuição dos partidos, criando a chamada cláusula de barreira ou cláusula de desempenho.

O fato é que já temos tramitando na Casa algumas propostas, e eu fiquei imaginando qual seria a proposta que poderia, com menor esforço, trazer a maior quantidade possível de consequências positivas para as eleições no Brasil. E, de todas as possibilidades, entendo que, com a unificação das eleições em uma só data – mantendo os mandatos de quatro anos e todas as outras questões jurídicas existentes hoje, permanecendo essas questões jurídicas –, com um só projeto de lei, poderíamos abranger diversas questões que são discutidas pela sociedade brasileira.

A primeira questão, Senadores, é que entendo que, se tivermos, em 2022, as eleições gerais, vamos poder fazer algo fundamental para o futuro do Brasil, que é fazer coincidir as programações orçamentárias de Municípios, Estados e do Governo Federal. Eu, que tive a oportunidade de ser prefeito, enfrentei algo muito cruel durante minha passagem na prefeitura: logo após iniciar o meu mandato de prefeito, no segundo ano, vi a descontinuidade dos governos do Estado e do Governo Federal. Isso fez com que o meu planejamento,



o meu plano plurianual e o meu orçamento não se casassem quando objetivamente estávamos tratando de qualquer questão fundamental para o meu Município. Exemplo: se fiz projetos para a construção de creche, não havia mais recursos para que pudéssemos alocar os nossos projetos junto ao Governo Federal, e, por consequência, todo o planejamento que fiz quando prefeito estava comprometido, porque os Estados e o Governo Federal estavam mudando o seu planejamento orçamentário.

Então, acho que a possibilidade de termos eleições gerais em uma só data unifica o planejamento dos Municípios, dos Estados e do Governo Federal, trazendo maior eficiência para os gastos públicos, já que estamos em momento de dificuldades orçamentárias, com um grande déficit fiscal no Governo Federal, e os Estados estão sofrendo enormemente também por essa crise econômica. Com isso, poderíamos fazer com que esse planejamento se estabelecesse nos três níveis: nos Municípios, nos Estados e no Governo Federal.

Outra questão que é muito importante é o barateamento das campanhas eleitorais. Essa é uma vantagem importantíssima, porque faria com que todos os agentes públicos, todos os agentes políticos também se alinhasssem em um só momento na busca do voto do eleitor. Então, em um mesmo momento, com a sintonia entre o mandato dos Vereadores, dos Deputados Estaduais e Federais, dos Senadores e também do Presidente da República, teríamos um alinhamento na busca desse voto, estabelecendo um barateamento na execução das campanhas para que o Estado brasileiro não consumisse dos cofres públicos valores altíssimos, como já está planejado, no ano de 2016, para as eleições atuais, um gasto de aproximadamente R\$800 milhões. Acho que esse é, sem sombra de dúvida, um dos grandes benefícios que essa proposta pode trazer, fazendo com que fique mais barata para os cofres públicos a realização das eleições.

E não podemos deixar de perceber que esse custo também é alocado ao cotidiano do cidadão brasileiro. A cada dois anos, em torno de um milhão de pessoas são mobilizadas pela Justiça Eleitoral para que possam servir ao País, fiscalizando, sendo mesárias em todo o processo eleitoral. Então, em vez de mobilizarmos um milhão de pessoas que têm o seu domingo usurpado da sua família – ficam a serviço da nossa Pátria, mas perdem a oportunidade de estar junto a sua família –, nós teríamos essa data apenas de quatro em quatro anos, ou seja, essas pessoas estariam a serviço do nosso País apenas de quatro em quatro anos. Acho que isso é um ganho inestimável também para o cidadão brasileiro, principalmente porque, em grande parte das cidades brasileiras, a Justiça Eleitoral quase usa as mesmas pessoas para fazer esses serviços, a bem da democracia no nosso Estado.

As eleições gerais também trazem algo que é fundamental, que é o fortalecimento das agremiações partidárias. Nós, que estamos hoje nas ruas durante a campanha municipal, estamos vendo coligações que não refletem o arcabouço ideológico dos nossos partidos, partidos que se defrontam ideologicamente tanto na tribuna do Senado, aqui no nosso plenário, quanto na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas. No Município, eles estão convivendo através de coligações que não demonstram esse alinhamento ideológico, mas, principal e simplesmente, um alinhamento para cumprir uma função eleitoral instantânea naquele Município.

As eleições gerais trarão a verticalização desse alinhamento, Senador Zeze Perrella, fazendo com que, no momento de uma eleição, os vereadores de seu Partido, PSDB, estejam alinhados com o que o PSDB ou o meu Partido, Partido Progressista, pensa das alianças nacionais. Nós poderemos fazer com que, neste instante, essa verticalização estabeleça, para a população brasileira e para o eleitor, a capacidade de um entendimento melhor sobre a que campo ideológico aquele partido pertence e, consequentemente, quais as alianças que os partidos poderão estabelecer durante um processo eleitoral, alinhando o partido no Município com os ideais partidários que o partido, em âmbito federal, tenha.

A outra questão que eu acho fundamental, Presidente, é que não haja interrupção do mandato e, com isso, geremos o respeito à soberania popular. Para vocês terem uma ideia, mais de 70 Parlamentares, entre Senadores e Deputados Federais, estão hoje concorrendo às eleições municipais, tentando ser prefeito das suas cidades, ou seja, quase 15% desta Casa junto com a Câmara Federal têm os seus quadros concorrendo para prefeito. Não é um erro, porque, legalmente, essa possibilidade está marcada, mas é fundamental que entendamos que esse processo gera uma interrupção do mandato ao qual o político foi escolhido. Isso, muitas vezes, é usado como uma janela, pois políticos estão se aproveitando, a cada quatro anos, para buscar uma janela tendo em vista dois anos a mais de mandato através dessa simples mudança do seu mandato, na busca sempre de disputar eleições para poder se perpetuar no poder. Então, acho que essas eleições gerais dificultam essa interrupção do mandato, fazendo com que voto do eleitor seja soberano e a vontade dele seja respeitada pelos quatro anos.

Eu acho também que há algo que é muito importante e que criou uma robustez imensa para esta proposta que é o alinhamento com todas as outras propostas que se encontram tramitando na Casa – a PEC 113-A, de 2015, a PEC 36, de 2016 – que fazem diversas observações e diversas mudanças na Lei Eleitoral.



Todas essas mudanças propostas aconteceriam de uma forma quase natural, orgânica, porque as eleições gerais geram todos esses benefícios: o benefício financeiro, o benefício do planejamento do Estado, a verticalização do arcabouço ideológico, das alianças nacionais e também do próprio partido. E, com isso, gerar-se-ia, naturalmente, o fortalecimento das entidades partidárias, fazendo com que os partidos mais fortes, mais robustos, os partidos que tenham maior representatividade nacional pudessem ter nos seus quadros a qualidade dos melhores políticos, porque eles estariam buscando a participação em partidos que tivessem uma representatividade maior na sociedade brasileira.

Sr. Presidente, entendo que a PEC ora apresentada é, sem sombra de dúvida, uma resposta a este momento de crise do País, um momento em que as instituições políticas estão sendo colocadas em xeque, em que a esperança da população na política vem diminuindo a cada instante, mas o que não podemos deixar é que essa esperança se acabe, porque a democracia é, sem sombra de dúvida, a porta – e a única porta – para uma convivência saudável de uma sociedade. E é por isso que nós trazemos aqui, mais uma vez, para debate, essa nossa proposta, porque entendo que, para que nós possamos fazer as transformações que sejam vitais para que a política se torne atrativa para os jovens, para a participação da sociedade, para a participação das entidades de classe, é importante que a sociedade perceba que a política é uma prática de bons costumes e um local para que possamos ter o bom debate na construção de um Brasil mais justo. É esta a proposta que trago aqui para debate dos nossos colegas para que nós possamos, alinhados, em um só momento, fazer com que a democracia esteja a serviço do cidadão e não a política fazendo com que o cidadão esteja a serviço do Estado.

Eu acho que esta é uma mudança fundamental: que nós possamos trazer de volta a esperança para a política, que a política seja esse campo do grande debate nacional, mas que, principalmente, não seja percebida pela população como algo que aprisiona, que estabelece limites e que faz com que o Estado, cada dia maior, cada vez mais complexo, em vez de colaborar para que os serviços públicos cheguem ao cidadão, usurpe, através de impostos, o suor do trabalhador e a vontade de empreender dos nossos empresários; usurpe a esperança do cidadão brasileiro, porque não dá o retorno, através de serviços básicos de qualidade. E não será sem a própria democracia que vamos fazer a mudança dessa visão do cidadão.

É por isso que esse projeto de lei traz para si a possibilidade de nós, a cada quatro anos, mobilizarmos todo o Estado brasileiro, toda a população brasileira para um grande debate nacional, fazendo um alinhamento das grandes questões nacionais. Com certeza, para os que acham que poderão subordinar alguns assuntos do Município, nós estamos num novo momento em que as redes sociais farão esse trabalho de hierarquizar esse debate, deixando os grandes temas nacionais para a imprensa nacional, e que, através das redes sociais, possamos fazer esse debate mais específico sobre a vida e o cotidiano das pessoas nos Municípios e nas cidades brasileiras.

Esta é a nossa proposta. Que possamos fazer com que este projeto possa tramitar na nossa Casa, fazer deste projeto um grande debate e fazer desta lei a lei mãe, para que possamos abrir, sem sombra de dúvida, um debate muito importante...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... que é a reforma eleitoral no nosso País.

Sr. Presidente, muito obrigado.

E que nós possamos fazer um bom debate sobre este tema.

(Durante o discurso do Sr. Roberto Muniz, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cidinho Santos.)

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Parabéns, Senador Roberto Muniz, pela iniciativa de propor um projeto de lei para que tenhamos eleições gerais em 2022. Esperamos que isso seja discutido aqui em todas as comissões, que tenhamos audiências públicas, para que possamos chegar a um denominador comum, que é muito importante para todos nós brasileiros.

Com a palavra o Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Moderador/PTB - MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador José Medeiros, Srs. Senadores, essa fala do nosso companheiro Senador Roberto Muniz é da mais alta importância.

Eu acho que tudo que aconteceu no Brasil, nos últimos anos, foi fundamental para uma profunda reflexão que temos que fazer com relação a financiamentos de campanha, a uma reforma política efetivamente profunda. Tivemos, dos quatro últimos Presidentes da República, dois imputados. Se nós obviamente



tivéssemos dentro de um parlamentarismo, esse trauma não teria, de forma nenhuma, ocorrido. Então, é preciso que os ensinamentos desses dois *impeachments*, num período tão curto, nos façam ter a coragem de caminharmos efetivamente para um Congresso mais forte e para um parlamentarismo, com o voto em lista.

Hoje, Presidente, a classe política não tem mais um financiamento de campanha. Sabe o que vai acontecer com isso? E as eleições municipais estão aí para nos mostrar isso que o tempo vai dizer. Estão recebendo doações agora até de defunto. Eu não sou a favor de empresas doarem, porque ninguém doa dinheiro para ninguém por achar o cara bonito. Doa-se, porque obviamente se quer ter algum interesse depois com o governo. Essa troca perniciosa é que fez com que chegássemos à situação extrema a que chegamos – petrolão, mensalão e *otras cositas más*. Nós temos que fazer uma reflexão profunda, porque toda a classe política fica manchada. Há pessoas que pegam dinheiro emprestado no BNDES, no Banco do Brasil e nos bancos estatais e devolvem parte disso para grupos políticos fazerem campanhas, devolvem a título de caixa dois. São coisas que nós sabíamos desde criancinhas como é que funcionavam, mas isso veio à tona com a Lava Jato. Não era novidade para nenhum brasileiro que esse esquema acontecia. Quando se resolveu investigar, acharam-se e puniram-se os culpados.

Eu fico muito a cavaleiro, Presidente, para dizer, como os vários companheiros aqui, que eu não tenho nenhum orgulho de não estar nem no mensalão nem no petrolão, porque a nossa obrigação de político é sermos honestos. Eu digo para aquelas pessoas que ficam nos insultando nas ruas, chamando-nos de golpistas – eles estão dizendo isso, porque perderam seus empreguinhos, a sua boquinha: "Vocês nunca vão me ver nem em petrolão nem em mensalão, porque eu não sou dessa gangue e não sou dessa quadrilha que deixou o poder agora".

Nós estamos vendo agora R\$52 bilhões de desfalque dos fundos de pensão – R\$52 bilhões, meus senhores! Isso não é pouca coisa, não! E, se forem investigar todas as obras do PAC, vocês vão ver que isso ainda é uma mixaria. É superfaturamento; são obras direcionadas, em que as construtoras pequenas e médias não tinham espaço; são todas obras combinadas em gabinete, direcionadas à construtora que iria ganhar. Era um cartelzinho combinado de que nós já ouvimos falar – nós ouvimos falar de tudo isso! E veio o escândalo da Petrobras para, graças a Deus, colocar tudo isso a olho nu.

Nós precisamos aproveitar este momento para pensarmos profundamente em uma reforma política, em que o poder econômico não possa ter a influência tão grande que tem hoje – poder econômico de caixa dois.

E digo mais, Presidente: do jeito que está a coisa agora, é um incentivo ao caixa dois, porque não se faz campanha sem dinheiro. E os empresários que têm interesse no governo não vão doar dinheiro para ninguém também em nome de pessoa física, porque hoje estão com medo. Graças a Deus, estão com medo! Foi um dos grandes benefícios que a Lava Jato nos trouxe.

Para esse mesmo pessoal que encontramos nos aeroportos e que perderam suas boquinhas chamando-nos de golpistas, Senador Alvaro... Eu fico estarrecido com o que vejo: qual foi o primeiro ato de uma Presidente deposta, Senador Alvaro, quando perdeu o cargo? Ir para a rua incentivar greve. Esse pessoal, junto com o Lula, está preocupado com o Brasil? Eles estão preocupados com o projetinho de poder deles, com a boquinha que eles perderam. Antigamente, eles assaltavam bancos em nome de um projeto de poder – idealistas! Depois, passaram a assaltar o banco diretamente, já no poder, aí não precisavam mais de arma. Assaltaram o Banco do Brasil, assaltaram o BNDES – aí já sem arma –, assaltaram a Petrobras, porque sempre gostaram desta forma de poder: um poder a qualquer custo, a qualquer preço.

E ainda não só se locupletaram de dinheiro público em benefício próprio – eu até acredito que uma das exceções é a Presidente Dilma –, mas a maioria roubou para ficar rica mesmo, em nome de um projeto de poder, digo eu mais uma vez, falido e que nos mostra a necessidade de uma profunda reforma política.

Nós devemos ter a coragem, a partir desses episódios todos, de colocar o dedo na ferida e ver que o Brasil precisa, efetivamente, mudar, e isso passa, necessária e urgentemente, por uma reforma política profunda que venha a colocar os pingos nos is, para que as pessoas tenham igualdade de condições nas disputas, para que o poder econômico não seja tão forte como sempre foi até agora. Torço para que essa turma toda vá para a cadeia, para servir de exemplo para todo mundo que fez política até agora, para esses que pegam dinheiro de caixa dois, que pegam dinheiro de empresas que pegaram dinheiro no BNDES... Há empresa que financiou 300 campanhas neste Congresso Nacional. Será que financiou porque achou o cara bonitinho, porque achou o olho do cara verdinho e queria ajudá-lo, ou foi porque queria auferir benefício? Claro que foi! Então, é essa coragem, Senador Alvaro, que temos que ter.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Peço o aparte a V. Ex^a, Senador Perrella, para dizer que realmente o Brasil espera uma reforma política, mas nós devemos ter constrangimento ao abordar o tema porque ele é debatido há mais de década e a reforma não acontece. O que o Congresso tem feito é



um simulacro de reforma – algumas alterações, especialmente no que diz respeito à legislação eleitoral, mas sem conferir ao País um modelo político compatível com as aspirações da nossa gente. Em relação à atual eleição, eu tenho percorrido o Brasil, tenho caminhado em várias cidades brasileiras na Bahia, em Sergipe, em Pernambuco, em São Paulo – agora, neste final de semana, vou ao seu Estado, Minas Gerais –, e tenho verificado uma experiência que eu considero da maior importância. Com esse novo modelo de legislação eleitoral, com a redução dos gastos na campanha, nós estamos verificando um cenário diferente: chegamos às cidades e não encontramos aquela parafernália publicitária que exigia, certamente, gastos exorbitantes. Hoje, estamos vendo um cenário diferente. Eu estou otimista. Eu, ao contrário do que disse V. Ex^a, acho que há uma redução significativa da corrupção eleitoral e que vamos ter um resultado extremamente favorável. Imagino que o eleitor saberá votar, sim; limitado em matéria de publicidade, mas, certamente, se interessará e, nos últimos dias da campanha, terá uma definição de voto. Vamos verificar, na apuração dessas eleições, que não houve uma redução da participação do eleitor em razão da redução de todo esse esquema de publicidade que ocorria com comícios, showmícios, *outdoors*, placas, bandeiras, etc., com doações de empresas... Com a limitação dos recursos financeiros, tivemos uma limitação na publicidade dos candidatos, mas, certamente, com a politização, com as redes sociais, com esse movimento popular nas ruas do País, nós estamos chegando a um estágio de politização que vai permitir ao povo brasileiro dar uma demonstração nessas eleições agora. É uma boa experiência, eu repito, é um teste importante, e eu espero que ele seja bem-sucedido.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Nobre Senador Perrella.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Depois eu gostaria de um aparte.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Moderador/PTB - MG) – Um minutinho.

Eu concordo, Senador Alvaro, com as ponderações.

Eu nunca fui a favor de financiamento de empresas em campanhas políticas, até porque os beneficiários dessas doações são sempre os que estão no poder em detrimento dos outros candidatos – a prova maior foi tudo isso aí que nós estamos assistindo. Mas o que me preocupa, na verdade, também, é que pode ocorrer a prática do caixa dois para aquelas pessoas que têm mais dinheiro. Obviamente, isso não vai ocorrer em nível de maior publicidade ou coisa que o valha, porque se você faz muita publicidade tem que prestar contas, mas é dinheiro por fora mesmo, até comprando votos, que pode ocorrer.

Por isso é que defendo o voto em lista, o parlamentarismo e a campanha com financiamento dos partidos. Mas para baratear isso nós teríamos que ter o voto em lista, nós teríamos que fortalecer os partidos; assim, entendo eu que fortaleceríamos também a democracia.

Senador Hélio José, se eu tiver mais alguns minutos, te concedo o aparte.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Por favor. Eu queria só registrar para V. Ex^a, nobre Senador Zeze Perrella...

Primeiro quero lamentar a perda para o Botafogo do nosso time ontem – dois a zero, uma vergonha. Então, V. Ex^a está intimado a retornar à presidência do Cruzeiro para continuar o nosso time na situação ascendente e não descendente. Vamos cuidar disso. Segundo, é para dizer que concordo com V. Ex^a que essas eleições estão sendo um laboratório importante e que temos que complementar uma série de reformas políticas posteriormente ao processo. É óbvio que nós temos que acabar com a questão das coligações – nós tentamos acabar e não acabamos –, para evitar uma série de problemas que estamos testemunhando nesse processo eleitoral. A dificuldade está sendo muito grande para poder fazer a campanha – há dificuldade até para doações lícitas. Essa questão deve realmente ser trabalhada de forma correta para a campanha acontecer. Eu concordo com o Senador Alvaro Dias que a diminuição de um monte de questões é salutar, mas, por outro lado, tem dificultado outras questões que seriam normais de acontecer. Nós talvez deveríamos ter um processo mais claro, mais transparente de doação via internet, alguma forma em que todo mundo pudesse saber quem contribuiu, por que contribuiu para o cara candidato a prefeito, para o cara candidato a vereador. Então, eu creio que, passado o dia 2 de outubro e depois, se não me engano, acho que é dia 25, não sei, o segundo turno, passado isso nas cidades maiores, a gente vai ter que se debruçar e complementar a reforma política – de preferência ainda esse ano, corrigindo uma série de questões, porque é público e notório que, em alguns aspectos, só vai aumentar em muito o caixa dois, vai aumentar em muito a situação do dia a dia do processo eleitoral, as dificuldades e a corrupção.

(Soa a campainha.)

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Então, eu gostaria de colaborar com V. Ex^a no sentido de dizer: passado o primeiro e o segundo turnos, nós aqui temos que sentar, discutir, conversar e propor o complemento da reforma que está faltando, porque falta muita coisa, como V. Ex^a coloca: fortalecimento do partido; fortalecimento da forma de escolha, para que o povo tenha mais liberdade, sem influência econômica tão pesada; o fim das coligações, para o Manoel não eleger João porque o Manoel teve não sei quantos mil votos e o João não teve



nenhum e entra no lugar do Manoel junto, tirando uma pessoa que teve uma votação boa, mediana. Então, tem uma série de detalhes que vamos ter que fazer, mas vou parar por aqui, porque o tempo está curto e preciso falar daqui a pouco. Quero dizer que concordo com muito do que V. Ex^a colocou na sua fala. Obrigado.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Moderador/PTB - MG) – Obrigado, Senador Hélio José.

Presidente, Raimundo Lira, encerro minhas colocações.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Zeze Perrela, o Sr. Cidinho Santos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra, na condição de Líder do PR, ao Senador Cidinho Santos.

Em seguida, na condição de inscrito, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Raimundo Lira. Eu queria aqui me congratular com as palavras do Senador Zeze Perrella, como também do Senador Alvaro Dias.

Neste final de semana, tive oportunidade de viajar por vários Municípios do Estado do Mato Grosso e pude constatar que essa eleição é totalmente diferente das demais. A questão de cabo eleitoral, de carro de som, aquela balbúrdia que existia, hoje não existe mais, em função da restrição orçamentária, da dificuldade que existe para angariar recursos para a campanha e até mesmo depois, para gastar. No entanto, também entendo que nós não estamos ainda em um modelo que seja o correto.

Esses dias eu assisti, Senador Hélio José, no Jornal Nacional, aos vários modelos de financiamento de campanha que existem no mundo, de países, de regiões, de financiamento misto, financiamento só para partido, mas acredito que essa evolução que nós tivemos nas eleições municipais deste ano é muito positiva porque o poder financeiro, com certeza, não vai ser o fator primordial para definir uma eleição. Vai definir eleição aquele candidato que tiver a melhor proposta, que gastar a sola do sapato. Eu acho que ainda falta uma conscientização por parte da população, porque as pessoas não entenderam ainda que o País mudou, que a legislação eleitoral mudou e muita gente nos aborda ainda pedindo apoio financeiro, pedindo recurso, pedindo doações, totalmente fora daquilo que está escrito na legislação eleitoral. Então, essa conscientização, e até a educação do eleitor, eu acho que é um fator importante por parte do Tribunal Superior Eleitoral para que nós possamos realmente avançar e educar para uma política mais saudável.

A minha estada na tribuna hoje é para discutir outro assunto, falar um pouco sobre burocracia no Brasil.

Passada a tempestade do *impeachment*, faz-se necessário lidar com a missão de reunificar o País. Esse doloroso processo deixou efeitos traumáticos para parte da população e foi muito comemorado por outra parte. O mais importante é que agora precisamos unir forças para alavancar o Brasil. Nasce um governo com maior possibilidade de construir maioria no Congresso Nacional e com isso aprovar medidas tão necessárias para o povo brasileiro. Precisamos de uma agenda unificada, com uma coalizão que não ofereça resistências para uma agenda reformista dentro do Legislativo.

Um dos monstros que precisamos encarar, Sr. Presidente, com a máxima urgência, é a burocracia. Se não podemos acabar com ela, é preciso reduzi-la drasticamente. É o Brasil no prejuízo com esse paquiderme que não deixa nada andar como deveria ser – projetos, obras, licenças, etc., tudo se arrasta lentamente sob a sombra da burocracia.

Não podemos mais deixar que esse monstro assombre nosso País. São montes de exigências que não parecem fazer sentido e ainda fomentam a corrupção em todos os escalões da máquina pública. A burocracia é sinônimo de gastos, muitos gastos em tempo, dinheiro, paciência e sola de sapato.

Srs. Senadores, Sras Senadoras, aqui a nossa representante Senadora Ana Amélia, é preciso promover a revisão de práticas administrativas que estimulam a burocratização e que remontam aos primórdios da administração colonial. Faz-se necessário reverter a cultura autoritária que sempre presidiu as relações do Estado com a sociedade. As consequências do excesso de burocracia para o País são terríveis.

O Banco Mundial coloca o Brasil na 120^a posição no ranking que avalia o ambiente de negócios. Estamos na posição de número 174 na obtenção de alvarás de construção e na de número 138 no registro de propriedades. No quesito resolução de insolvência, que inclui o fechamento de empresas, estamos em 55º lugar. Ainda segundo o Banco Mundial, demoramos, em média, quatro anos para fechar uma empresa no nosso País. Esses números dão uma pálida ideia do quadro terrível em que vivemos em função da questão da burocracia. Muitas vezes, são pequenos entraves que dificultam a vida do cidadão e criam embaraços aos grandes negócios e investimentos em nosso País.

A nossa vizinha Argentina deu um olé no Brasil em apoio à inovação e anunciou, na semana passada,



o programa Argentina Empreende, para simplificar e desburocratizar a máquina pública. Em sua primeira medida, o empreendedor argentino poderá criar uma empresa pela internet em 24 horas. Nessas mesmas 24 horas, a empresa já estará inscrita no Afip (correspondente ao CNPJ brasileiro) e com conta bancária aberta. Aqui no Brasil precisamos de mais iniciativas nesse sentido. Inclusive cito o exemplo do Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que lançou no final de agosto o Plano Agro Mais, com o objetivo de desburocratizar e dar maior eficiência em todos os trâmites dentro do Ministério da Agricultura, que está contribuindo sobremaneira para a competitividade do agronegócio brasileiro. São mais de cem medidas que foram anunciadas pelo Ministro Blairo Maggi que já estão em execução. Algumas delas, como, por exemplo, a questão do registro de embalagens, a questão de rótulos, e de muitas outras que muitas vezes demoravam de seis meses a um ano, agora o empreendedor pode fazer automaticamente pela internet. O Plano Agro Mais pode ser apenas uma gota d'água no oceano da burocracia, mas é um grande exemplo a ser seguido pelos demais ministérios e pela máquina pública como um todo. Precisamos dar mais ênfase às medidas destinadas a aproveitar o arcabouço existente no sentido de desburocratizar, simplificar e aperfeiçoar o ambiente econômico do País. A simplificação administrativa é parte integrante de políticas de reforma regulatória e de programas mais abrangentes de boa governança de muitos governos.

Outro desafio é promover a descentralização administrativa e, para isso, é necessário vencer a resistência cultural e psicológica à descentralização. É preciso correr o risco de delegar. A descentralização deve ser tratada como política pública e não apenas como instrumento de gestão eficiente. Um dos exemplos, Presidente, que eu cito e que sempre defendo aqui, é a questão da reforma agrária. Se a reforma agrária fosse municipalizada, com certeza nós não teríamos aí tantas pessoas nas margens das rodovias, tantos movimentos sociais se aproveitando dessas pessoas.

No Município é que você sabe a necessidade e quem tem aptidão para ser agricultor familiar, quem é a pessoa que está desempregada e que poderia ser um agricultor familiar. A gente vê o que acontece nas cidades brasileiras: as pessoas vêm de outros Municípios, esperam ali um ano, dois anos, até ter acesso à terra, têm acesso a financiamento, compram motos, compram carros, vendem a terra, mudam para outro assentamento, já se inscrevem com o nome de outra pessoa da família. Assim, nunca se resolve o problema da reforma agrária no Brasil, enquanto não tratarmos isso de forma definitiva.

Antes o Senador José Medeiros tratava desse assunto e, na minha humilde opinião, a municipalização da reforma agrária no Brasil seria a forma de a gente dar terra para quem precisa de terra e para quem quer produzir na terra.

Espero, nos próximos dias, discutir aqui temas importantes para o Brasil, como a questão da reforma trabalhista, que tanto afugenta e assusta os empreendedores brasileiros; a questão da municipalização da reforma agrária; pensarmos nas dificuldades por que passam os caminhoneiros brasileiros, que estão aguardando há algum tempo um apoio por parte do Governo e agora, ao final do mês, já estão se manifestando a parar, fazer uma grande paralisação novamente.

Então, espero que o novo Governo enfrente os desafios que nós temos pela frente de forma alta, com muita democracia, conversando, discutindo com as partes interessadas, para que possamos realmente e efetivamente ter um novo Brasil, em que o Poder Federal, através do Presidente Michel Temer e seus Ministros, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal possam ser parceiros para a construção de um novo Brasil, esquecendo as demagogias...

(Soa a campainha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ...esquecendo os movimentos de rua que só estão interessados em atender a setores da sociedade que não nos representam e, com certeza, não representam a maioria dos brasileiros. São pessoas que estão desesperadas porque perderam aquela boquinha e estão nas ruas gritando, reivindicando, mas precisamos avançar e pensar o nosso Brasil daqui a dez anos, daqui a vinte anos, daqui a cem anos, não apenas para a nossa geração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Antes de passar a palavra ao Senador Alvaro Dias, eu gostaria de aproveitar a oportunidade aqui na Presidência para homenagear um conterrâneo que assumiu na semana passada o Senado Federal, Senador Deca, no lugar do Senador Cássio Cunha Lima. Mas quero homenageá-lo por um motivo também especial: ele é da minha terra, da região de Cajazeiras. Portanto, a região de Cajazeiras está de parabéns, porque hoje tem dois Senadores para trabalhar por ela.

Parabéns!

Seja bem-vindo, Senador Deca.



Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Raimundo Lira, Srs. Senadores, Sras Senadoras, há algumas semanas estive no Rio Grande do Sul, na cidade de Gramado, em grande evento denominado A Voz do Campo, com agricultores que revelaram a sua preocupação com os destinos da produção no nosso País. Depois, há algumas semanas, estive também no Espírito Santo, na cidade de Santa Teresa, onde, em um grande encontro de cooperativas, debateram-se os avanços tecnológicos na área rural.

A preocupação é, sobretudo, que governantes urbanos em excesso muitas vezes se esquecem da importância da agricultura para o nosso País. É importante lembrá-los de que a agricultura tem sido o suporte maior do nosso desenvolvimento. Basta citar um número: de 1990 a 2015, o saldo comercial positivo do nosso País foi de US\$380 bilhões, mas isso ocorreu porque a agricultura contribuiu com US\$942 bilhões. Se excluirmos a agricultura, teremos um déficit, um balanço negativo da ordem de US\$562 bilhões. Portanto, a agricultura, que contribuiu com US\$942 bilhões, é responsável pelo superávit da balança comercial brasileira nesses anos de 1990 a 2015.

Nos últimos 25 anos, portanto, a agricultura deu sustentação ao saldo comercial brasileiro. Mas isso não significa que o setor está pronto e que as condições estruturais são adequadas para a produção agrícola. Ao contrário, nós devemos enaltecer, parabenizar os agricultores brasileiros, que, apesar das dificuldades e das fragilidades estruturais, plantaram, colheram e produziram esse superávit positivo da nossa balança comercial. Cabe, portanto, cumprimentá-los, mas reconhecer que falta aos governantes sensibilidade mais apurada para entender que a agricultura é mais importante do que a importância que tem sido dada a ela pelos governantes brasileiros.

Vários fatores, localizados fora da propriedade rural e que não dependem da gestão do produtor, têm contribuído para a falta de condições adequadas do ambiente de negócio que confira maior competitividade para a produção brasileira disputar mais mercados internacionais, manter o mercado doméstico frente aos produtos mais competitivos de outros países e incluir, cada dia mais, pequenos e médios produtores que não foram incluídos nesse sistema eficiente.

É bom destacar que uma fatia significativa de agricultores pequenos e médios, aproximadamente 70%, ainda não incorporaram em suas atividades as tecnologias já disponíveis. Muitos agricultores, mesmo dispondendo de uma estrutura produtiva, que é sua propriedade rural, não conseguiram redimensionar o padrão de renda familiar.

Nesse momento de crise econômica e falta de disponibilidade orçamentária, a reformulação da estrutura de gestão do Estado seria primordial para lançar as bases para uma mudança profunda na formulação e execução de uma política agrícola mais eficiente.

Então, nós destacamos a necessidade de uma reforma administrativa que produza resultados, em grande medida, pela forma como se pensa a desburocratização. Fala-se em desburocratizar o Brasil e o Governo e isso, pelo tamanho do empreendimento, naufraga no próprio universo megalomaníaco e não chega a bom termo. Fica no caminho das promessas. A desburocratização não acontece.

O Estado precisaria reduzir sua atuação no momento da autorização e registro de uma atividade econômica e ampliar suas ações no campo da fiscalização. Teria condições de romper com a cultura cartorial do setor público. Atualmente, o Estado transforma o momento de autorização ou registro de uma atividade ou produto em verdadeira corrida de obstáculos. E, após autorizar e registrar, esquece que o que o setor privado se comprometeu a realizar não é o moroso e dispendioso processo de registro e autorização, e sim a fiscalização efetiva dos locais de produção daquilo que se registrou ou autorizou produzir ou da prestação de serviço. É comum verificar empreendimento que, após receber um registro ou autorização, passa décadas sem que uma fiscalização verifique se a produção e a prestação de serviço estão ocorrendo da forma como foi inicialmente proposta pelo setor produtivo.

Outras questões que afetam a produção brasileira: a ausência de segurança jurídica e de paz no campo, sobretudo, nos últimos tempos, as invasões a propriedades produtivas, o desrespeito frontal à legislação vigente no País; a questão da logística e da infraestrutura que garanta acesso adequado da região produtora aos terminais portuários ou portos; os acordos de livre comércio.

O que certamente dificulta um ganho maior da parte do produtor brasileiro são as barreiras alfandegárias e não alfandegárias, que retratam o egoísmo visível das nações mais evoluídas do mundo economicamente. Os países do Primeiro Mundo revelam um egoísmo certamente deplorável, porque nações emergentes oferecem oportunidades de mercado para as grandes nações e são impedidas de um crescimento, de um desenvolvimento maior, em razão dessa desproporção de condições no momento de competir na comercialização dos produtos.



O que se diz aqui sempre é que somos imbatíveis no campo, somos imbatíveis como produtores, mas perdemos – e perdemos muito – em razão das condições de exportação dos nossos produtos, não só em razão das barreiras alfandegárias e não alfandegárias impostas pelo egoísmo internacional das grandes nações mas também pela burocracia, pelo sistema tributário que esmaga o setor produtivo nos colocando em desvantagem com outras nações que adotam sistema tributário moderno, que, portanto, trabalha a favor dos seus produtos e dos seus produtores.

Nós estivermos no Espírito Santo, debatendo tecnologia.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – E creio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ser importante o Congresso Nacional e o Governo, o Poder Executivo, todos nós refletirmos sobre a importância de investimentos na área tecnológica. Embora tenhamos instrumentos disponíveis na área tecnológica, repito, produtores rurais não possuem acesso a esses instrumentos. Muitas tecnologias estão disponíveis, mas isso não significa também que a inovação não seja necessária. Ao contrário, o desenvolvimento de novas tecnologias para adaptar a atividade agropecuária a fatores climáticos, como a seca do Nordeste, por exemplo, e plantas resistentes a pragas e doenças é fundamental, inclusive o desenvolvimento de novas ferramentas de gestão.

O que nós investimos em tecnologia e em inovação é muito pouco diante do que as nações mais evoluídas investem. Vamos recordar que, no ano 2000, o Brasil investiu US\$16 bilhões em pesquisa e desenvolvimento; a China, no mesmo período, saiu de US\$32 bilhões para US\$336 bilhões, portanto, investindo 2,8% do seu PIB. Enquanto o Brasil investe 1,2% do PIB, a China investe 2,8%, a Coreia do Sul 4,15% do PIB, a Alemanha 2,85%.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Verifica-se, portanto, que os países que estão conseguindo destaque no campo do desenvolvimento econômico e social aportam cada vez mais recursos em atividades de pesquisa e desenvolvimento, em percentuais mais elevados – bem mais elevados – do que o Brasil.

Além dessa questão da tecnologia, imagino ser imprescindível, neste momento, um choque em matéria de *marketing*, uma pancada de mercadologia para transformar em verdadeira grife a expressão “produzido no Brasil” quando associada aos produtos da agricultura brasileira. A expressão *made in Italy* – feito na Itália – tem muito peso e credibilidade, e exemplos são a Ferrari...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ...e a Armani. São referências (*Fora do microfone*), exatamente desse choque de mercadologia, desse choque de *marketing* que se recomenda também para o Brasil.

Sr. Presidente, são muitas as questões, mas o nosso tempo se esgota e eu vou concluir pedindo, inclusive, que números que constam deste pronunciamento possam ser registrados nos *Anais do Senado Federal*.

Nós temos *know-how*, temos tecnologia, precisamos de melhor gestão, principalmente gestão pública, para fazer avançar mais rapidamente a ascensão do padrão de renda dos produtores rurais brasileiros, que ainda padecem com a baixa renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- Agricultura: o motor do desenvolvimento brasileiro;
- Acesso e desenvolvimento de tecnologias: receita para melhorar a renda dos agricultores. (**Vide item 2.1.4 do sumário**)

(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Bauer.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Cumprimentamos o Senador



Alvaro Dias pelo seu pronunciamento e convocamos para ocupar a tribuna o eminente Senador Hélio José, que está inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Recentemente, dois casos chocaram a população brasileira. No mesmo dia, duas famílias foram devastadas em razão da frustração de seus pais por não poderem mais prover os seus filhos. A crise econômica que atravessamos hoje é, sim, motivo importante para o incremento nos casos de suicídio e devemos estar atentos a isso. Por isso estamos batalhando para superar a crise. Por isso votei pró-impeachment, confiando num novo País. Mas ela não é a única razão para tanto. A instabilidade financeira, explicam os psiquiatras, pode ser um desencadeador de doenças prévias, como a depressão, a bipolaridade e a psicose, que acabam levando, muitas vezes, ao suicídio.

Vou falar aqui hoje, nobre Presidente, sobre um assunto muito importante, que é o Setembro Amarelo e as políticas de prevenção, nobre Senador Deca, do suicídio, um mal que assola e preocupa a todos nós e a toda a sociedade brasileira, principalmente nas grandes cidades, aonde temos assistido diuturnamente uma tragédia acontecer em uma família ou outra, principalmente com a grave crise da depressão, que toma conta de muitas pessoas de forma invisível.

Estamos no mês de setembro e há todo um movimento chamado Setembro Amarelo, que me traz a esta tribuna para falar, nobre Presidente, Senador Paulo Bauer, sobre essa importante situação que preocupa a todos nós, que é a possibilidade de uma pessoa chegar ao extremo do suicídio.

Subo a esta tribuna hoje para tratar de um tema incômodo, mas absolutamente necessário: o suicídio.

Todos nós já ouvimos algum relato trágico sobre alguém que tenha tirado a própria vida. Estamos todos mais ou menos próximos de alguma dessas histórias fatídicas. E o trauma aflige boa parte das famílias brasileiras. Paradoxalmente, contudo, pouco se fala sobre o assunto. Seja por vergonha, por decepção, por receio de que a tragédia ocorra novamente, seja até mesmo por superstição, o fato é que o tema não é comentado ou mesmo noticiado de forma séria, como deveria ser.

Por exemplo, aqui em Brasília, nós temos um índice de suicídio muito grande nas Polícia Militar, nas forças de segurança e em outras carreiras públicas, por causa da decepção das pessoas. E muitas vezes isso nem é narrado.

Essa postura, no meu ponto de vista, tem consequências nefastas. Isso porque os especialistas da área advertem: na maior parte das vezes, quem comete suicídio tem um histórico anterior de transtorno mental e dá sinais de que pode não aguentar o sofrimento e vir a se matar, a por cabo à vida. E é nesse espaço de tempo, Sras e Srs. Senadores, que nós podemos agir. Família, sociedade, Estado, terceiro setor, todos devemos estar atentos para que possamos evitar novos casos de suicídio, nobre Presidente.

Caros colegas, nobres Senadoras e nobres Senadores, a Organização Mundial da Saúde escolheu o mês de setembro para conscientizar a população sobre o tema e alertar todos sobre a importância das ações de prevenção desse mal que é o suicídio. É o Setembro Amarelo.

Aqui no Brasil, a iniciativa é apoiada por diversas organizações, como o Centro de Valorização da Vida, o Conselho Federal de Medicina e a Associação Brasileira de Psiquiatria. Aproveito esta oportunidade para somar meus esforços em favor das políticas do setor. E, sem dúvida, não falta espaço para quem mais quiser colaborar.

Os dados são estarrecedores, nobre Senador Deca. A cada 40 segundos, para o senhor ter uma ideia, uma pessoa se mata no mundo. Em um dia, 30 tiram a própria vida no País. Aqui no Distrito Federal, são 10 tragédias como essa a cada mês.

Olhe que nós estamos falando da capital do nosso País, nobre Senador Daciolo, o senhor que é também novato nesta Casa, vai ter uma passagem relâmpago por aqui e acabou de comentar que talvez esta semana tenha que voltar para a continuidade dos seus esforços lá no seu Estado.

A coisa é muito grave, e nós temos que cuidar dessa questão. Isso sem contar os casos mascarados nas estatísticas, nebulosos, como, por exemplo, o suicídio de crianças e as mortes que parecem accidentais, mas são intencionais, lamentavelmente. Então, isso mascara bastante os dados reais.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Recentemente, dois casos chocaram a população brasileira. No mesmo dia, duas famílias foram devastadas em razão da frustração de seus pais por não poderem mais prover os seus filhos. A crise econômica que atravessamos hoje é, sim, motivo importante para o incremento nos casos de suicídio e devemos estar atentos a isso. Por isso estamos batalhando para superar a crise. Por isso votei pró-impeachment, confiando num novo País. Mas ela não é a única razão para tanto. A instabilidade financeira, explicam os psiquiatras, pode ser um desencadeador de doenças prévias, como a depressão, a bipolaridade e a psicose, que acabam levando, muitas vezes, ao suicídio.

O remédio para essa verdadeira patologia social é reconhecer os primeiros sinais e oferecer mais apoio àqueles...



(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ...que ameaçam tirar a própria vida, nobre Presidente.

O Ministério da Saúde alerta que são quatro os sentimentos principais das pessoas que pensam em se matar: a depressão, a desesperança, o desamparo e o desespero. E eu ainda coloco a falta de crença, a falta de fé, a falta de acreditar nas possibilidades.

Caso se note alguém com algum desses sofrimentos, deve-se encaminhar a pessoa a uma unidade básica de saúde do SUS ou buscar o apoio de uma organização como o Centro de Valorização da Vida. O que não podemos mais é ter receio de tratar abertamente esse importante assunto que preocupa e assola a nossa sociedade brasileira.

Quero solicitar formalmente a V. Ex^a, Sr. Presidente, e ao Presidente do Congresso Nacional...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ...e do Senado, Senador Renan Calheiros, para que se junte à OMS, Organização Mundial da Saúde, acendendo a luz amarela nas cúpulas do Congresso Nacional, em apoio ao Setembro Amarelo e à prevenção ao suicídio.

Era isso que eu tinha para falar hoje, dar esse alerta do Setembro Amarelo, essa preocupação sobre o que tem que ser feito com essa importante situação do suicídio, que assola as pessoas e vem, invisivelmente, silenciosamente, causar essa tragédia.

Muito obrigado, Excelência.

Gostaria de que registrasse essa solicitação para colocarmos luz amarela nas cúpulas do Congresso, tanto da Câmara quanto do Senado Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Cumprimentamos o Senador Hélio José pelo seu pronunciamento, muito oportuno por sinal.

Certamente a proposição de V. Ex^a será analisada pela Mesa Diretora da Casa e, tanto quanto possível, merecerá atenção e atendimento.

Informamos ao Plenário que não existem mais Senadores inscritos para usar da palavra, tanto na condição de comunicações especiais ou imediatas, inadiáveis, como também na ordem de inscrição. Isso se dá porque temos um calendário especial, devido ao período das eleições municipais. Esse calendário especial contemplou sessões no dia de hoje, no dia e amanhã e também no próximo dia 21.

Naturalmente, temos vários Senadores na Casa. Muitos já se inscreveram no painel eletrônico, registraram a sua presença, outros, posso perceber pelos nomes que ainda não fizeram isso. Estão na Casa, mas ainda não compareceram ao plenário. E temos também, neste momento, a posse da Ministra Cármen Lúcia, no Supremo Tribunal Federal. Por isso, muitos Senadores comunicaram, informaram que se encontram no Supremo.

Por isso eu consulto...

O SR. GILBERTO PISELO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Presidente Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – ... se mais algum Senador deseja usar da palavra.

O SR. GILBERTO PISELO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Se V. Ex^a me permite, eu faria apenas uma saudação, que não pude fazer na quinta-feira passada. Eu faria uma saudação rápida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Será um grande prazer ouvir V. Ex^a, Senador Gilberto Piselo, que assumiu o mandato de Senador da República e, certamente, vai nos trazer informações muito importantes que nos farão ainda mais admiradores da sua pessoa.

O SR. GILBERTO PISELO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Faço uso da tribuna especialmente para dirigir uma saudação ao Senado. Então, serão breves as minhas palavras.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Bauer, Presidente desta sessão, o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, a Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Amélia, em nome de quem estendo meus cumprimentos a todas as Senadoras que compõem esta Casa. Também cumprimento os Senadores do meu Estado, Ivo Cassol e Valdir Raupp, estendendo os cumprimentos a todos os demais Senadores que aqui se encontram. A meu colega, Senador Deca, que assumiu na quinta-feira passada, meu especial cumprimento.

Uso este momento com o especial sentido de formalizar o meu apreço a esta Casa federal, de modo que serão, como já disse, breves as minhas palavras.



Assumo o encargo de substituir nesta Casa, temporariamente, o Senador Acir Gurgacz, Parlamentar que tem dignificado, com sua atuação exemplar, o cargo por ele assumido, com o compromisso de bem representar os anseios e os interesses do povo de Rondônia, conferido por meio do voto. Nossos eleitores querem sentir orgulho de perceber na atuação parlamentar a sua voz. E nisso o Senador Acir tem sido uma referência a ser seguida.

É com esse sentimento que assumo essa responsabilidade de externar a voz das pessoas, seja das mais ou das menos humildes, as quais, diante da abertura e da velocidade dos meios de comunicação, se constituem verdadeiros cidadãos conhecedores e intérpretes da Constituição da República, das leis e da nossa atuação parlamentar.

A modernização das leis, o fim da corrupção é o que escutamos no nosso dia a dia, Sr. Presidente, da voz de cada pessoa que nos acorda, seja nos ambientes sociais ou institucionais, dos Armandos, dos Antônios, dos Eduardos, do Val, do Cláudio, do André, do Fernando, do Cristiano ou de tantos outros amigos e pessoas que nos rogam atuação firme e ética, assim como na fala do Sr. Assis, pai do Senador Acir, homem de conduta íntegra e exemplar, que nos permitiu estar aqui hoje e a quem devoto inestimável apreço.

É essa conduta escudada na ética, Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, eleitores, amigos rondonienses, que sempre adotei e pautei a minha vida profissional e familiar, que divido com minha esposa, Elisabete, e procuro passar aos meus filhos, Gustavo e Gabriela, atento à educação recebida do "seu" Manoel, meu falecido pai, e da minha mãe, Ivone, que orientou e orienta a conduta de meus seis irmãos, Donizete, Albina, Hélio, Carlos, Edson e Ronaldo, a cujo compromisso me acosto àquele formalmente prestado com o juramento de posse, com verdadeira fidelidade à confiança em mim depositada pelo Senador Acir, que ora substituo. Externo a promessa de não decepcioná-lo na boa representação dos interesses do Estado de Rondônia e de todo o País, significando o Senado brasileiro.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras, a minha saudação ao Senado durante o tempo que estiver reservado para esta minha substituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Senador Gilberto Piselo. Seja bem-vindo à Casa. Desejamos que V. Ex^a tenha uma gestão profícua e possa realizar muito em favor do seu Estado e do Brasil como Senador que é e que, neste momento, substitui o nosso querido amigo Acir Gurgacz.

Senador Fernando Bezerra, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Paulo Bauer, eu queria, nesta tarde de segunda-feira, fazer um registro todo especial em relação ao trabalho do Governo de Pernambuco, na pessoa do Sr. Governador Paulo Câmara.

Como a imprensa toda noticiou, na última semana, o Ministério da Educação publicou os resultados do Ideb, mostrando que o Brasil tem muito ainda a avançar e a percorrer na direção de uma educação de qualidade. Mas a divulgação dos números do Ideb, Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, também serviu para evidenciar a correção, a escolha feita pelo Governo de Pernambuco em priorizar a escola integral, em priorizar a educação como política pública de governo.

Quando o Governador Eduardo Campos assumiu o Governo de Pernambuco em 2007, Pernambuco era o vigésimo segundo colocado no Ideb no ranking nacional. E, para nossa alegria, depois de quase dez anos de muito esforço, de muita dedicação, os pernambucanos estão celebrando o fato de Pernambuco, em termos de ensino médio, estar ranqueado em primeiro lugar, ao lado do Estado de São Paulo. Um esforço que compreendeu a construção de mais de 36 escolas em tempo integral. E temos, ainda, seis escolas em construção, que serão entregues até o final deste ano.

Portanto, quero aqui parabenizar o Governador Paulo Câmara, que deu sequência ao esforço iniciado na gestão passada; parabenizar o Secretário de Educação Fred Amâncio; parabenizar todos os professores da rede estadual, os gestores de escola, os dirigentes das regionais de educação de todo o Estado de Pernambuco, mostrando, portanto, que estamos na direção correta, no caminho correto. E Pernambuco haverá de intensificar ainda mais essas políticas, para que possamos avançar mais e mais na qualidade da educação que é prestada aos nossos filhos e para que possamos ter, por meio da educação, o instrumento de superação das desigualdades, o instrumento de superação da pobreza.

Por isso, é com alegria que venho a esta tribuna fazer este registro. Porque o Governador Paulo Câmara esteve na minha cidade – em Petrolina –, no último sábado, para anunciar a construção de duas novas escolas: uma no bairro do São Gonçalo e outra no bairro do João de Deus, bairros de grande população. Serão investidos quase R\$10 milhões para poder dar-lhes uma escola digna.



Um fato que é importante registrar: há dez anos, de cada cem alunos do segundo grau, 22 desistiam de cursar o ensino de segundo grau em Pernambuco. E agora, de cada cem, apenas dois estão desistindo. É o melhor índice no Brasil, mostrando que Pernambuco tem a melhor escola e que os alunos desejam ficar na escola, o que diminuiu, portanto, de forma extremamente eficaz, a evasão escolar.

Portanto, fica aqui o nosso registro a essa política pública que vem produzindo resultados tão auspiciosos para o Estado de Pernambuco, para o meu Estado, para a minha cidade – Petrolina – e para todo o interior de Pernambuco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sr. Senador Fernando Bezerra, V. Ex^a fez aqui uma abordagem muito oportuna e interessante, e, certamente, o seu Estado, Pernambuco, merece nossos cumprimentos e nossos aplausos.

Eu, como alguém que muito atuou na educação – como Secretário de Educação de Santa Catarina –, reconheço que esses avanços dos quais V. Ex^a fez menção e registro aqui são importantes. Precisamos mais. A educação é, sem dúvida, o único caminho para fazermos um Brasil maior e melhor. E, se não tivermos todos os jovens na escola, não tivermos um processo de alfabetização intenso e pleno, não tivermos – acima de tudo – a qualificação permanente de professores e o aparelhamento adequado de escolas – com tecnologias, com informática, com todos os recursos pedagógicos que a modernidade oferece –, não conseguiremos avançar.

É preciso que a educação seja uma bandeira. Eu espero que o Presidente Temer assuma essa bandeira, de fato, para que avancemos e que Ministro da Educação, que é conterrâneo de V. Ex^a, também tenha condições de realizar um bom trabalho à frente do Ministério.

A Senadora Rose de Freitas pediu para usar da palavra em nome da Liderança do PMDB. Eu concedo a S. Ex^a o tempo de dez minutos para fazer seu pronunciamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Generoso, generoso!

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu confesso que esperava bem mais tempo, mas agradeço a V. Ex^a, cumprimentando todos os que se encontram no plenário.

Eu assomo a esta tribuna para tratar de um assunto extremamente importante no País, que foi objeto, inclusive, de matérias em jornais, abordando a necessidade de o País ter uma reforma na Previdência. Este é um tema que interessa a todos os brasileiros: a Previdência Social.

Nós conhecemos nossos problemas, que não são de agora; são problemas que se acumularam ao longo de muitos anos exatamente pelas gestões, vamos dizer, que omitiram a carga de deficiência que havia dentro da Previdência, que se agravava pela inadimplência do setor e também pelas concessões, vamos dizer assim, desde os exames médicos aos atestados que são dados. A Previdência foi suportando todas as cargas, do que era certo e do que era errado, para nós chegarmos agora a esse diagnóstico triste de que o País sucumbirá caso não tenhamos uma reforma à altura da situação da Previdência, que se agrava a cada ano.

Estimativas, Sr. Presidente, que foram colocadas pelo Ministério do Planejamento apontam que a Previdência apresentará déficit de R\$149 bilhões, em 2016, e mais R\$180 bilhões em 2017. A isso nós devemos somar um cenário negativo na economia, para o qual nós estamos a cada dia procurando encontrar formas, através dos ajustes que são apresentados, das iniciativas que são apresentadas pelo Governo, e, obviamente, esperamos todos que isso seja revertido.

Por causa da queda das receitas e do aumento de obrigatorios, o Governo Central, que reúne Tesouro Nacional, Previdência, Banco Central, de janeiro a junho deste ano, Sr. Presidente, veio a público colocar esse déficit de R\$32,525 bilhões. Esse número expressivo que estou citando aqui, se comparado ao déficit do mesmo período de 2015, foi de R\$1,76 bilhão. O déficit primário é o resultado negativo das contas do Governo – não só desse, de outros governos –, sem incluir o pagamento dos juros da dívida pública.

Em julho, a queda da arrecadação e o pagamento de passivos com bancos públicos levaram o Governo Central a registrar o maior déficit primário da série histórica para este mês de agora: R\$18,552 bilhões, mais que o dobro do resultado negativo de julho de 2015, que foi de R\$7,144 bilhões.

Cito esses números, colocando também, no acumulado de janeiro a julho, que o déficit chegou a R\$51 bilhões. Já nos 12 meses, terminados em julho desse ano, o resultado negativo, Sr. Presidente, foi de R\$163 bilhões – não estou citando a quebra parcial, que gera 34 milhões acrescidos a esses 163. Ou seja, 2,59% do PIB, em valores já corrigidos pelo IPCA de julho de 2016.

Segundo os dados, a Previdência Social segue em trajetória que agrava o déficit do Governo ainda mais. No primeiro trimestre deste ano, o déficit da Previdência, Sr. Presidente, somou 61,2 bilhões. O Tesouro



Nacional e o Banco Central ficaram superavitários em R\$28,6 bilhões.

Para este ano – e não é nada bom falar desses números, mas é a projeção que temos que fazer porque elas são reais – a projeção é de um déficit de 149 bilhões para a Previdência Social. O saldo negativo, Deputado Evair – que está aqui no Senado participando desta sessão –, foi de 85 bilhões em 2015.

Pois bem, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Deputado presente. Sabemos hoje que há um leque de prioridades a ser resolvido. Toda vez que vamos a público dizer que há pouco foi impeditida uma Presidente, que, na ingovernabilidade do País e da sua gestão, colocava-se que nós afundamos numa crise sem precedentes nos últimos 40 anos, mas que, sem dúvida, precisávamos sair dela. A questão mais urgente, no entanto, hoje, é a questão fiscal. Deputado Evair, esta é a base que temos discutido para que possamos superar os atuais desafios que temos na economia do País.

Há outra prioridade fundamental, e é essa que temos de tratar. E sobre essa não há política. Sobre esta questão não há política que transcendia os valores importantes de serem abordados, nestas duas Casas, nesse momento de crise: a reforma da Previdência.

As pessoas ficam olhando os votos e as ruas, no momento de agora, presente, na eleição municipal, e esquecem que essa reforma é imprescindível, pois voltarão ao mesmo cenário se isso não acontecer, em uma situação muito mais grave do que a que vivemos hoje. É considerada uma das principais medidas para recolocarmos as contas públicas no trilho certo do desenvolvimento.

A discussão da reforma da Previdência se prolonga por vários anos, aliás, por vários governos. Todos os governos que eu conheci nesta Casa falavam da reforma da Previdência. A discussão da reforma se prolongou, se alongou em vários governos, foi objeto de campanha nacional, de debates em vários setores orgânicos e econômicos da sociedade. E a ausência dessa reforma – o povo brasileiro tem que saber disso – deveu-se a questões de gestão. O País, com eleições de dois em dois anos... Quando se quer discutir uma reforma dessa, sabe-se que se levará no mínimo um ano para fazê-lo. Aí, chega o calendário eleitoral, e não se pode fazer, porque não pode ser discutida essa matéria durante o período eleitoral.

Essa ausência de tomada de posição; essa soma de erros de todos os governos, que se negaram, não quiseram ou não conseguiram corrigir esse quadro que agora está se apresentando diante nós... Se ele não for corrigido, será ainda mais negativo no futuro bem próximo.

Então, aqueles que planejam suas aposentadorias, aqueles que tiveram seus direitos adquiridos, aqueles que já têm seus direitos terão que ser objeto... Aliás, eu defendo aqui que não se mexa em direitos, de qualquer maneira. E aqueles que estão próximos das suas aposentadorias também têm que ter seus direitos resguardados, como se os tivessem.

No entanto, nós precisamos entender que agora é a hora. Não há dois caminhos; temos que fazer. E aí está o futuro negativo que se avizinha e que nós não temos coragem de enfrentar. O cenário não é positivo!

Segundo as estimativas que eu quero citar aqui, sem a reforma, os gastos, Sr. Senador, com a Previdência poderiam chegar a R\$1 trilhão em 2050. De fato, eu reconheço: estimativas de 2015, somando-se somente os benefícios da seguridade ligados à transição demográfica com as aposentadorias,...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... pensões e também o benefício da prestação continuada do idoso (LOAS não previdenciário), teríamos a despesa de R\$1,3 trilhões em 2050.

Por certo eu não viverei até lá, mas nem por isso temos que nos abster da realidade que hoje está batendo à porta de todos aqueles brasileiros que precisam da Previdência e, portanto, fazem um programa para se aposentarem.

Entretanto, quero observar que esse é um valor provavelmente subestimado, porque os números projetados ultimamente no Brasil não estão correspondendo à realidade da crise atual pela qual o País perpassa.

Esses números que citei podem ter sido projetados antes da aprovação da reforma 85/95, feita no governo Dilma. Aquela reforma móvel, que o Congresso Nacional discutiu...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... no âmbito das Medidas Provisórias nºs 664, de 2015, e 676, de 2016. Essa projeção não leva em conta benefícios associados aos regimes próprios de previdência social dos funcionários públicos.

No quadro de transição demográfica que eu citei há pouco, nós temos o envelhecimento da população, que hoje, necessariamente, está dentro do cálculo da previdência, que, aliás, não decorre mais apenas do aumento da expectativa de vida, mas também da redução da natalidade.



É importante observar ainda que, nessa discussão, há uma variável relevante, que é a expectativa de sobrevida, e não a expectativa de vida ao nascer. A expectativa de vida ao nascer, que também tem aumentado, reflete, por exemplo, as taxas de mortalidade infantil e morte por causas externas em jovens – acidente, homicídio, por exemplo.

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Enquanto a expectativa de vida...

Sr. Presidente, se eu puder ter um tempo sem a campainha me alertar, eu prometo a V. Ex^a que serei breve.

Enquanto a expectativa de vida ao nascer no Brasil é de cerca de 79 anos para mulheres e de 72 anos para homens, a expectativa de sobrevida nas idades médias com que o brasileiro se aposenta por tempo de contribuição – 52 anos para mulheres e 55 para homens – é maior: 82 anos para mulheres e 79 anos para homens.

De acordo com o estudo Perspectivas de Crescimento para a População Brasileira, até citado anteriormente em discurso que fiz, dos cerca de 199 milhões de habitantes do Brasil em 2014, 22% teriam de 0 a 14 anos e 12% teriam 60 anos ou mais. O restante da população, que teria entre 15 e 59 anos, somaria, hoje, Sr. Presidente, 66%.

Vejam como estamos distante da realidade do que a Previdência viveu até hoje e dos números com os quais trabalhou.

Nas projeções de 2050, seremos um País de 206 milhões de habitantes, mas a proporção de crianças terá caído de 22% para 9% e a proporção de idosos quase triplicará, passando de 12% para 33%, e a proporção da população em idade ativa cairá de 66% para 58%.

É importante, Sr. Presidente, observar ainda que, mesmo estando atualmente sob um cenário mais favorável, o Governo Federal gasta 54% do Orçamento primário com benefícios previdenciários, incluindo os servidores e o Benefício de Prestação Continuada do idoso.

É chegado o momento – sem se sacrificarem, quero dizer aqui, os nossos aposentados – de tratarmos essa questão com seriedade e empenho. Sabemos, por um lado, que o crescimento abrupto do déficit da Previdência nos últimos anos foi devido, em parte, aos efeitos da crise econômica do mercado de trabalho, a maiores índices de desemprego e de informalidade e também à redução de salários, que reduzem a arrecadação previdenciária sobre a folha de pagamento. No entanto, mesmo com o peso da conjuntura desfavorável, como estamos citando a cada dia, do lado da arrecadação, o crescimento da despesa deve ainda ser considerado um problema estrutural e de gestão. Por isso, temos que concentrar também a atenção no nível das despesas e não apenas no déficit, na equação arrecadação menos despesa.

Lembramos que, quando a Constituição foi aprovada – e eu estava lá –, em 1988, a despesa da Previdência, a despesa com o INSS correspondia a 2,5% do PIB. Em 2016, essa participação aumentou para nada menos que 8% do PIB. O crescimento acelerado da despesa previdenciária nas últimas décadas poderia ser explicado por três fatores, e todos nos levam a debates igualmente complexos: a transição democrática, com o envelhecimento da população, que continuará pressionando por décadas as contas previdenciárias; segundo, novos direitos previdenciários da Constituição de 1988, com a garantia de um salário mínimo para a aposentadoria rural, o que é muito justo, o dobro do que valia anteriormente, um choque que não se deve repetir abruptamente, como foi feito; e...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... a valorização, Sr. Presidente, real do salário mínimo, especialmente na última década. Isso não trará mais impacto nas contas da Previdência desde que o salário mínimo não cresça acima da inflação, nos próximos anos, por conta do baixo crescimento do PIB, e se o piso previdenciário for desvinculado do salário mínimo, como defendem alguns especialistas.

O fato é, Sr. Presidente, concluindo, que, se não enfrentarmos de uma vez por todas esse debate sério e comprometido acerca de reforma da Previdência, o nível de despesa máxima com o regime de aposentadoria poderá chegar a 16% do PIB em 2060. Por que falar em números tão longevos? De acordo com estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que estuda aplicadamente esses números, essa projeção é...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... significativa e deverá ser levada em conta. A trajetória do crescimento das despesas previdenciárias embute o risco de a Previdência Social não conseguir arcar com os



compromissos assumidos junto aos beneficiários e o risco de insolvência do Governo Federal no futuro.

Sabemos que reforma da Previdência em projeto que será encaminhado ao Congresso estuda diversos pontos. V. Ex^a é estudioso da matéria e sabe que muitos deles são extremamente polêmicos. Há muito que fazer, há que se debater com a sociedade. O Governo trabalha em alternativas de várias propostas para ajudar a deter o avanço da dívida pública e permitir a retomada das atividades do País para investimentos externos e internos.

Aqui eu gostaria de fazer um parêntese. Além de reforçar tudo que expus até agora, há o entendimento de que, neste segundo semestre, a reforma da Previdência deve ser uma prioridade, mas não acredito eu que seja uma solução que vá unificar a classe política, que vá unificar pensamentos em torno de bandeiras polêmicas como a aposentadoria de homens e mulheres igualitariamente. Eu tenho dito isso, porque há uma diferença de trabalho, sim; há uma diferença de papéis que a mulher desempenha na sociedade. A mulher não tem só um turno de trabalho e, muitas vezes, não tem apenas um trabalho.

Acreditamos que a reforma da Previdência é importante, é necessária para ajudar a recuperar a estabilidade e a confiança das decisões de longo prazo, para contribuir para dar segurança aos investidores em relação à economia brasileira e o mais importante, como eu disse, para assegurar o que hoje já se coloca em dúvida: o pagamento dos beneficiários no futuro bem próximo.

E, ao lado da aprovação...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Concluindo, Sr. Presidente.

Ao lado da aprovação dessa reforma, nós avaliamos que o controle do gasto do Governo – de que tanto se fala e que é tão importante que se faça – ainda é absolutamente necessário e oportunamente necessário para a estabilidade nos anos próximos.

Defendemos aqui a aprovação da PEC 241, mas ela deve ser objeto amplo de um debate para que o Governo entenda que tem que limitar seus gastos e que isso também possa atingir anos que virão daqui para frente na reforma e nos ajustes. A proposta aguarda aprovação pela Câmara dos Deputados.

Para concluir, eu quero destacar o que sabemos. Quando o Governo tem sua economia em dia, ele pode investir mais em áreas essenciais como educação, saúde e segurança pública.

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Presidente, para concluir, com essa bendita campainha na minha cabeça, eu acrescento o seguinte: em educação não se mexe, não se retira nada, só pode se acrescentar, porque um País que pretende ajustar a sua economia e superar a crise tem que olhar a educação como pilar essencial para que isso aconteça. E saúde é do que mais este País precisa. Portanto, encerro as minhas palavras dizendo que todos nós queremos reformas e ajustes, mas que eles, sobretudo, devem ser extremamente justos para com a sociedade brasileira. Toda vez que temos uma crise econômica no Brasil, pedem para que o brasileiro aperte o cinto – de vez em quando, vemos que acabam apertando a garganta do brasileiro, que, sufocado com tudo, não tem como sobreviver à soma das gestões que não foram eficientes para deixar o País funcionar como deveria, um País com o desenvolvimento que estávamos percorrendo há até bem pouco tempo.

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Ex^a e também agradecer à presença do Deputado Evair nesta sessão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senadora Rose de Freitas, cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento muito oportuno e até registro que a Mesa não lhe concedeu apenas os 10 minutos anunciados, mas superou esse número, inclusive, com mais 10 que foram acrescentados, apesar do barulho da campainha, que funciona automaticamente e interrompe o raciocínio, o pronunciamento.

Eu consulto os Senadores e Senadoras presentes se mais alguém deseja usar da palavra, uma vez que não há mais nenhum inscrito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Informa-me a assessoria da Mesa que o Presidente Renan Calheiros já está se dirigindo para abertura dos trabalhos da Ordem do Dia. Por isso, certamente, é de bom procedimento darmos sequência.



Naturalmente, no dia de hoje, quando o Supremo Tribunal Federal está realizando a posse da nova Presidente Cármem Lúcia, esta Casa precisa, obviamente, apresentar os cumprimentos à Sra Ministra Cármem Lúcia, desejando que tenha êxito e sucesso nas suas funções. Temos certeza de que o Poder Judiciário precisa, acima de tudo, cumprir – e bem – o seu papel na sociedade. Temos a certeza de que não faltam à Ministra Cármem Lúcia conhecimento, condição e biografia suficientes para bem comandar a nossa maior Casa do Judiciário.

Tenho certeza também que esta sessão convocada para hoje e também a que temos convocada para amanhã são sessões importantes, uma vez que temos itens importantes que devem merecer análise e deliberação dos Srs. Senadores.

Solicitou a palavra, mais uma vez, o Senador Fernando Bezerra Coelho, a quem ouço com muito prazer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer um segundo registro nesta sessão em relação à Medida Provisória nº 733, que está aguardando ser apreciada no plenário da Câmara dos Deputados. Com a Liderança da Senadora Rose de Freitas, eu tive o prazer e a honra de ser o Presidente da Comissão Mista sobre essa matéria aqui, no Congresso Nacional. Essa matéria é muito importante para os produtores rurais de todo o Brasil, notadamente para os produtores rurais do Nordeste brasileiro.

Ela envolve assuntos que oferecem condições especiais para liquidação da dívida ativa, débitos dos produtores rurais de todo o Brasil que estão inscritos em dívida ativa e que vão ter descontos extraordinários de até 95%. Isso representa um esforço superior a R\$15 bilhões, o que vai trazer paz ao campo brasileiro, o que vai dar perspectiva de os produtores rurais voltarem a investir.

No caso específico do Nordeste, nós vamos resolver os problemas das dívidas dos pequenos produtores rurais e dos médios produtores rurais que contraíram financiamentos com recursos do Banco do Nordeste, através do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Eu aproveito a presença do nosso Presidente Renan Calheiros, que é um grande defensor dessas políticas voltadas para a recuperação da agricultura brasileira, em particular do setor rural do Nordeste, e peço a ele que possa fazer um veemente apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para que paute na sessão de hoje ou de amanhã a inclusão da Medida Provisória nº 733, para que possamos apreciar aqui no Senado Federal ou deliberar essa matéria para sanção do Presidente Michel Temer, que já se comprometeu em sancionar, porque o texto está acordado com o Ministério da Fazenda, com a Secretaria de Governo, com a Secretaria da Casa Civil. Portanto, isso seria muito, muito importante.

Eu queria destacar também, Sr. Presidente, que, a meu pedido, com uma emenda minha e de outros Parlamentares também, vamos resolver um problema que se arrasta há muitos anos, que é a questão do K1 dos perímetros irrigados do DNOCS, da Codevasf, em que vamos criar também condições excepcionais para liquidação das dívidas dos colonos desses perímetros irrigados. A matéria está pronta e está alinhada com o Ministério da Fazenda. Seria importante que o nosso Presidente Renan Calheiros pudesse dar uma palavra com o Presidente Rodrigo Maia para que apreciassemos essa medida provisória entre hoje e amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Fernando Bezerra Coelho, o Sr. Paulo Bauer deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Permita que eu faça...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Cumprimento o Senador Fernando Bezerra, a Senadora Rose de Freitas, o Senador Waldemir Moka, a Senadora Ana Amélia, o Senador Paulo Paim. Peço desculpas, porque nós estamos vindo da posse da Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas os Senadores estão vindo, e tenho absoluta certeza de que vamos ter quórum para apreciar algumas matérias que são importantes para a circunstância que nós estamos vivendo no Brasil.

Uma delas, eu falava há pouco, é a securitização de créditos tributários. Essa é uma medida muito importante. Através da sua aprovação, nós vamos favorecer a entrada de recursos na União, e ela também, evidentemente, vai atender a Estados e Municípios.

Eu vou conversar com o Presidente da Câmara. Amanhã, vamos ter uma conversa eu, ele e os Governadores que estão aqui em Brasília. Vou tentar, inclusive, convidar o Senador Fernando Bezerra, que é o Presidente da comissão que encaminha essas questões aqui, no Senado Federal, junto ao Congresso Nacional, para que possamos conversar um pouco sobre essa agenda para o País, suprapartidária, de interesse nacional que, mais do que nunca, precisa ser posta.

Senadora Rose de Freitas.

Senadora Ana Amélia.



A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que quando fiz uso da palavra, eu, um pouco desacostumada ainda com a campainha da Casa... É verdade, sou desacostumada, porque palavra como Líder, uma das poucas vezes V. Ex^a me concedeu... EV. Ex^a me concedeu... Embora seja Líder. Mas eu queria registrar aqui, com muita satisfação – e o senhor teve a oportunidade de presenciar – a posse da Presidente, a segunda mulher a presidir o STF, o Supremo Tribunal Federal. E me chamaram a atenção, Sr. Presidente, as palavras ali colocadas. Há muito tempo eu não via alguém abrir um discurso de posse se referindo ao povo brasileiro. Nós estamos vivendo aqui, agora, nesta época, talvez o século da Justiça. E a Justiça tem tido relevante papel, como a classe política faz, mas deveria fazer melhor.

Então, prestei muita atenção. Eu tive vontade de estar presente, porque aquele discurso era como beber uma aula de democracia, de civismo e, sobretudo, de comprometimento com o País que terá sua Casa mais alta, que é o Supremo Tribunal Federal, a resguardar nossa Constituição Brasileira.

E sendo uma mulher – há diferença entre mulher e mulher, como há diferença entre homem e homem, político e político. Então, sendo uma mulher que vai a esse cargo, toma posse com aquele sentimento, eu acho que o Brasil está mais rico, que o País está mais feliz, e eu quero dizer publicamente, diante de V. Ex^a: eu fiquei orgulhosa das palavras e por ser essa mulher que está assumindo a Presidência do STF.

Eu a parabenizo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Ana Amélia.

Nós vamos, em seguida, conceder a palavra ao Senador Roberto Requião e ao Senador Waldemir Moka.

Enquanto aguardamos, Senadora Ana Amélia, os Senadores que estão vindo do Supremo Tribunal Federal, eu aproveito o ensejo para pedir aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que por favor venham ao plenário, porque nós vamos começar daqui a pouquinho a Ordem do Dia.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Presidente Renan Calheiros, tudo o que se disser a respeito da qualidade da Ministra Cármén Lúcia, agora Presidente da Suprema Corte do País, pode ser considerado pouco, dada a relevância do fato de que ela, no exercício da Suprema Corte Brasileira, tem manifestado uma grande sensibilidade social, além, evidentemente, de valorizar a instituição que ela acaba de presidir. É a segunda mulher, a primeira foi a Ministra Ellen Gracie.

Eu queria também fazer uma lembrança de um tema muito caro aos gaúchos e aos aeroviários, aeronautas. A Ministra Cármén Lúcia foi a relatora no Supremo Tribunal Federal do rumoroso caso Aerus, e ela teve uma atitude e fez um voto extraordinariamente conclusivo, favorável a que aquele espólio da antiga Varig fosse compartilhado com os aposentados do Aerus. Senador Paulo Paim, Senador Alvaro Dias, estivemos com a Ministra Cármén Lúcia e ela passou um grande e um longo tempo preparando aquele parecer e aquele voto. Lamentavelmente, o Governo, por idas e vindas, rompeu um acordo e aquele voto teve que ser totalmente refeito.

E me lembro de uma segunda audiência com a Ministra Cármén Lúcia, que pacientemente revelou os problemas acontecidos no trâmite daquela questão social tão relevante relacionada aos aposentados do Aerus. Então, eu faço essa referência por um gesto e um ato de justiça e de gratidão ao que fez a Ministra Cármén Lúcia naquele momento. Nós estávamos lá no Supremo Tribunal Federal quando o voto da Ministra Cármén Lúcia foi apreciado no plenário – e quando foi votado aquele voto, que foi extremamente relevante para que se assegurasse o direito aos membros do Aerus de receber as aposentadorias.

Mas hoje, Presidente Renan Calheiros, eu gostaria, encareceria a V. Ex^a a inclusão na pauta, entre hoje, no mais tardar amanhã, do PLN 8. É sobre recursos para o Ministério da Educação e eu, que sou Senadora do Rio Grande do Sul, tenho que reafirmar a relevância que as instituições comunitárias de ensino superior têm no nosso Estado; não só no Rio Grande do Sul, mas também em Santa Catarina, do Senador Paulo Bauer, do Senador Dário Berger e do Senador Dalirio Beber. Essas instituições precisam receber o recurso que o MEC repassa na questão dos financiamentos do Fies; mesmo que seja aprovado hoje ou amanhã, elas só receberão esse recurso em dezembro, e elas vão ter que fazer o custeio desses alunos bancando essa despesa e esse custo.

Então, faço o registro. Vários reitores... O Reitor Martinho Kelm, da Unijuí, falando em nome dos demais reitores das universidades comunitárias, encarece aos Senadores e às Senadoras e pede o apoio de S. Ex^a o Senhor Renan Calheiros, nosso Presidente, para que inclua na pauta o PLN 8, para que votemos; é um recurso do MEC para suplementação orçamentária para atender aos estudantes. É muito importante do ponto de vista social.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso, Senadora Ana Amélia, com muita



satisfação.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Sem revisão do orador.) – Enquanto me somo, Presidente, ao regozijo pela posse da Ministra Cármem Lúcia na Presidência do Supremo Tribunal Federal, quero me dedicar a outras mulheres, mais humildes que a nossa Ministra e que, com alguns homens, trabalham no Senado da República e eram funcionárias de uma empresa terceirizada, a Qualitec.

A Qualitec deixou de servir ao Senado Federal, despediu todas as suas funcionárias na carteira. Elas não perderam o emprego – parece que a empresa que sucede a Qualitec está aproveitando integralmente o pessoal –, mas perderam todos os seus direitos, não recebem os atrasados. E os funcionários terceirizados do Senado Federal me dizem receber da administração a informação de que não tem nada com isso e nem recursos para cobrir o prejuízo dado a esse pessoal todo pela Qualitec.

Então, eu quero solicitar a V. Ex^a, que preside esta Casa, aos membros da Mesa, uma providência, ao mesmo tempo em que deixo claro que o que está acontecendo com os funcionários terceirizados no Senado da República é um exemplo do que o Governo quer fazer com a terceirização de todos os trabalhadores do País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu asseguro ao Senador Roberto Requião que vou chamar a Diretora-Geral para pegar essas informações e vamos trabalhar no sentido de que uma solução possa rapidamente ser encaminhada.

Senador Antonio Anastasia, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, eu gostaria, igualmente, de me associar aos pares que fizeram aqui cumprimentos à posse da Ministra Cármem Lúcia como Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Cármem Lúcia, com quem tenho relações pessoais há muitos anos, é oriunda de meu Estado, Minas Gerais. Somos ambos professores de Direito e com muito orgulho acompanhei a carreira de S. Ex^a não só no magistério, mas também na Procuradoria-Geral do Estado de Minas Gerais, onde ela alcançou o posto máximo à época do Governo Itamar Franco, como Procuradora-Geral do Estado; também ocupou posições de destaque no Conselho Federal da OAB, e é uma das juristas mais renomadas do Brasil em Direito Constitucional. A sua indicação para o posto de Ministra do Supremo, há dez anos, e agora a sua assunção à Presidência daquela Corte são para nós mineiros motivo de muito orgulho e de muita alegria, pela sua dedicação, pela sua responsabilidade, pela seriedade do seu trabalho.

Então, eu queria aqui, em nome de todos os mineiros, cumprimentar a Presidente Cármem Lúcia, que assume, como mineira que é, uma das chefias dos Poderes da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Waldemir Moka, com a palavra V. Ex^a.

O SR. WALDEMAR MOKA (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero, rapidamente, dizer que fui abordado por um grupo de servidores agentes comunitários de saúde. Eu sei que está na pauta. Não sei se há... A informação que eu tenho é de que não há acordo de Líderes, mas eu prometi que traria o assunto aqui, ao plenário. Eu entendo isso, sei que sem acordo de Líderes é muito difícil de ser votado mesmo, mas é, sem dúvida nenhuma, um segmento importante e, como médico, eu quero registrar a importância desses servidores, mas entendendo as dificuldades que existem muitas vezes. Eu sei como é esta Casa: só vota se a gente conseguir aqui um acordo de lideranças.

Então, fica aqui o meu registro em defesa dos agentes comunitários de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Peço aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário.

Nós vamos, Senador Aloysio, Senador Lindbergh, Senadora Simone Tebet, Senador Gilberto, daqui a pouquinho começar a Ordem do Dia. (*Pausa*.)

Senadora Simone Tebet, com a palavra V. Ex^a.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Sem revisão da oradora.) – Se me permitir, Sr. Presidente, aproveitando, enquanto aguardamos os Srs. Senadores, informar que alguns Senadores estão vindo da posse da Ministra Cármem Lúcia, por isso ainda não registraram presença.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Exatamente.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Mas quero aproveitar para dizer da honra tenho, como mulher, de saber que assume agora a Presidência da mais alta Corte do Judiciário deste País uma mulher da envergadura da Ministra Cármem Lúcia. Professora – tive a oportunidade de ler alguns dos seus livros... Acima de tudo, eu acho que ela encarna neste momento aquilo de que o Brasil precisa, de que o Judiciário precisa.



Eu tenho certeza de que a força do seu caráter e a pauta que ela tem, muito voltada para o aspecto social, vão ser um ponto de equilíbrio fundamental para que possamos pensar em reunificar este País. A força da mulher, a capacidade da jurista, mas principalmente a alma cristã que ela tem serão muito importantes neste momento.

Eu só posso, aqui, neste momento, pedir, realmente, a Deus que dê à Ministra Cármem Lúcia ainda mais sabedoria, para que ela possa conduzir, com galhardia, os destinos do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) –

ORDEM DO DIA

Projeto de Lei do Senado nº 204, do Senador José Serra, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação.

O Relator desta matéria é o Senador Paulo Bauer.

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 385, de 2016.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu peço, Senador, inscrição para discutir esse problema, caso o requerimento que está sobre a mesa não seja aprovado.

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente Renan, existe um requerimento assinado pelo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Existe um requerimento assinado pelo Senador Capiberibe e por vários outros Senadores pedindo a retirada de urgência. Nós queríamos votar primeiro esse requerimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Jorge Viana, com a palavra V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Hoje eu conversei, mesmo rapidamente, com o Senador Paulo Bauer, e há um interesse de termos uma conversa – o Senador José Pimentel e eu mesmo participaremos – sobre esse Projeto de Lei do Senado nº 204, de que ele é Relator. É, de fato, uma matéria bastante complexa e nós queríamos ter a oportunidade de estabelecer um diálogo com ele no sentido de buscar algum entendimento. E eu havia acordado com ele de que faríamos isso um pouco antes da Ordem do Dia, já que é o primeiro item da pauta, e todos nós iríamos na posse da Presidente do Supremo, Cármem Lúcia.

Então, eu acho que seria prudente... Ele estava aqui ainda há pouco. Também eu não estou entrando nem no mérito dos requerimentos, mas nós queríamos ter um pouco mais de tempo. Ele, em princípio, por telefone, concordou de fazermos essa reunião. Poderíamos deixar esse item de lado até que se possa buscar um entendimento, ou mesmo fazer a apreciação de requerimentos que estão sobre a mesa.

É o pedido que faço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho judiciosa a sugestão do Senador Jorge Viana. Vamos aguardar a chegada do relator e, se não houver nenhum óbice regimental intransponível, o senhor tiraria da pauta essa matéria para que nós pudéssemos buscar aumentar o grau de entendimento sobre ela ou, pelo menos, reduzir o dissenso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Sem revisão do orador.) – A protelação dessa outra ação é interessante. Eu estive dando uma olhada, hoje, nesse texto – ele tem cara de ARO, orelha de ARO, rabo de ARO, pelo de ARO; é um bichano conhecido como ARO, é uma Antecipação de Receita Orçamentária. E no texto ele diz: "Não, eu não sou ARO."

Esse tipo de projeto foi realizado na Grécia em 2010, para resolver o problema de caixa da Grécia. Em 2015, o problema de caixa da Grécia, que era de 105% sobre o PIB, tinha saltado para 184% sobre o PIB. A Grécia tinha vendido todo o seu patrimônio, estava entregando ilhas para a Alemanha. Tinha liquidado as empresas estatais, acabado com a CLT, acabado com a aposentadoria e estava com um pepino de 184%. Acho que temos de olhar com mais cuidado isso.

Esse projeto visa legalizar, Presidente, o que já se fez no Paraná, na Prefeitura de Minas Gerais, em São Paulo. São coisas absolutamente não admissíveis em nível do exame da Constituição. Em vez de ser votado no plenário, ele deveria ser encaminhado para o Ministério Público apurar a irresponsabilidade do que se fez sem poder fazê-lo.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Então, nós vamos, aceitando a ponderação dos Senadores, avançar na nossa Ordem do Dia.

O Item 4 da pauta é a **Proposta de Emenda à Constituição nº 48**.

Essa é a primeira sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição, disponibilizada na tramitação da matéria na forma regimental. É uma proposta que tem como primeiro signatário o Senador Vicentinho Alves, que acrescenta o §3º ao art. 37 da Constituição Federal para dispor sobre a convalidação de atos administrativos do Tocantins, durante a sua criação.

Essa é a primeira sessão de discussão.

Não havendo quem queira discutir a matéria, a matéria constará...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tomei conhecimento da PEC quando ela foi apresentada e objetei ao ilustre Senador Vicentinho Alves que, para mim, parecia ampla demais essa regularização, essa convalidação de atos administrativos. Ainda no final de semana, o Senador Vicentinho Alves me disse que haveria uma nova redação, talvez uma emenda, de modo a restringir no tempo e no espaço os efeitos dessa sua proposta. Então, indago a V. Exª se a emenda está aí, se está tramitando junto e qual é o teor da emenda, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Vicentinho Alves, com a palavra V. Exª.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras Senadoras, ouvindo o Senador Aloysio, o Senador Cássio, o Senador Caiado, nós apresentamos a emenda restringindo essa PEC ao Tocantins. Por que o Tocantins? V. Exª foi Constituinte e nos presenteou o Estado, e aqui há vários que foram Constituintes na época, vários Senadores e Senadoras. O Tocantins começou do zero. A nossa capital, Palmas, pertencia a Porto Nacional, minha cidade, da qual eu era prefeito. Tive a oportunidade de sobrevoar o local com Siqueira Campos, para definir o local da capital. Nós fomos diplomados em Goiânia porque não tínhamos nada ainda no Estado.

Então, de 1989 a 1994, vários atos foram necessários naquele momento. Por exemplo, em conjunto, Assembleia, Tribunal e Governo do Estado. E esses atos precisam ser convalidados porque há muita gente que depende de aposentadorias, etc. Portanto, o encaminhamento que o Senador Aloysio nos orientou tem a emenda, Senador Aloysio, inclusive direcionando exclusivamente ao Tocantins e com prazo limitado de 1989 a 1994 apenas, e todos os atos têm que ser necessariamente sem vícios de qualquer natureza, todos com atos jurídicos perfeitos.

Portanto, essa tranquilidade eu quero dar aos Srs. Senadores e às Sras Senadoras, com relação a essa Proposta de Emenda à Constituição. Está atendido, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria – inclusive pedindo atenção dos colegas do plenário – de falar sobre o item 8 da pauta, que trata do Projeto de Lei da Câmara nº 210, uma matéria de que já tivemos aqui em vias de tomar uma decisão, que trata dos agentes comunitários de saúde, de aperfeiçoar a legislação sobre os benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

Essa é uma matéria que já foi objeto de amplo debate aqui na Casa. Tínhamos tirado da pauta exatamente porque precisávamos de um pouco mais de tempo. Eu andei consultando os Líderes e os Relatores, Senador Otto Alencar e Senador Flexa, e solicito a V. Exª que consulte os Líderes da Casa – porque nós temos as lideranças dos agentes comunitários de saúde na Casa, o Senador Moka ainda há pouco faz referência também, o Senador Humberto Costa e outros colegas –, se pudermos apreciar essa matéria. Temos aqui a relatoria do Senador Otto Alencar, é um parecer favorável, o mesmo também em relação ao Senador Flexa Ribeiro. É o pedido que faço a V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador João Capiberibe, com a palavra V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Sem revisão do orador.) – Relativo ao PLS 204, eu estou protocolando um requerimento para desconsiderar a urgência da votação em plenário,



para que esse projeto seja mais bem debatido.

É um projeto cheio de controvérsias, difícil de ser entendido, é um projeto para especialistas em finanças – o que muitos de nós não somos – e é um projeto que, se não houver modificação, da forma como está sendo colocado, poderá ser um projeto constitucional, nós poderemos votar um projeto constitucional. Portanto, eu estou protocolando o requerimento para que a gente possa debater melhor o projeto na CAE, até porque o requerimento de urgência não tem justificativa. O requerimento que pede a urgência apenas pede a urgência, mas não explica razões da urgência.

Então, eu gostaria de que V. Ex^a considerasse esse nosso requerimento e que o Plenário entendesse que nós não somos especialistas em finanças. Para nós é difícil entender. E eu estou muito preocupado com o endividamento público, não é? Eu sou um daqueles defensores da Lei de Responsabilidade Fiscal. Desde o seu nascodouro, eu defendi com unhas e dentes a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu acho que esse projeto cria uma alternativa para emissão de títulos das dívidas municipais e estaduais. Portanto, eu peço a compreensão de todos, para que a gente possa debater melhor esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para me associar à sugestão do Senador Jorge Viana. Acho que é um tema em que não há divergência. Há possibilidade de nós votarmos aquela matéria que trata da insalubridade para os agentes comunitários de saúde. Se não houver discordância por parte do Governo, poderíamos votar essa matéria. Há um grupo de agentes aqui na expectativa. O.k., Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto, do ponto de vista do Governo, do ponto de vista da despesa do Governo Federal, não traz maiores consequências, a não ser algo que me parece inteiramente inadequado, que consta do projeto, que é dar prioridade, no programa Minha Casa, Minha Vida, aos agentes comunitários de saúde, porque isso contraria a lógica do programa. O programa Minha Casa, Minha Vida tem a lógica dele: é o nível de renda e não a atividade profissional do beneficiário. Então, tem uma emenda nesse sentido, uma emenda supressiva. E há uma emenda de redação em relação à matéria previdenciária; creio que não há objeção.

Agora eu, pessoalmente, Sr. Presidente, eu, Aloysio Nunes Ferreira, tenho para mim o compromisso comigo mesmo de não mandar mais despesa para os Municípios sem receita que possa fazer face a elas. De modo que me parece que o pagamento, sendo o pagamento desses agentes responsabilidade do Município, penso que essa questão deve ser resolvida no Município, à luz da legislação vigente, da Consolidação das Leis do Trabalho e das normas emitidas pelo Ministério do Trabalho. Eu, pessoalmente, vou me manifestar contrário, mas, evidentemente, o Governo, que eu represento aqui, não tem objeção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Fátima, com a palavra V. Ex^a.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero mais uma vez me associar aos Senadores e Senadoras que têm reiterado o apelo aqui para que nós possamos apreciar o projeto de lei que trata da valorização ao trabalho, ao papel tão importante – que todos nós reconhecemos – dos agentes comunitários de saúde de combate a endemias. Eu tenho conversado muito com o Senador Aloysio, Líder do Governo. Mais uma vez, Sr. Presidente, aqui esclarecer, por exemplo, a questão da insalubridade. Isso está na lei, está na CLT. O que se pretende com esse projeto é...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Por que a lei?

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, mas o que se pretende e é necessário com esse projeto é fortalecer, para que haja uma segurança, para que os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, a exemplo de outros trabalhadores, tenham esses direitos assegurados.

O outro item do projeto de lei diz respeito à questão da formação, aqui também já fartamente explicado, não traz despesa inclusive para o Governo Federal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sobre a formação eu não tenho objeção, não, Senadora.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, não traz despesa, até porque o Ministério da Saúde já dispõe de uma rede nacional de formação, e é muito importante que possamos aperfeiçoar, cada vez mais, o papel profissional dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias.

Com relação, por fim, Senador Renan, à questão do Minha Casa, Minha Vida, eu queria só aqui também explicar que, quando se propôs que os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias pudessem



ter prioridade no Programa Minha Casa, Minha Vida, de um lado, isso está em consonância com o programa, que já tem como diretriz priorizar as pessoas de poder aquisitivo mais modesto, o que é o caso dos agentes comunitários de saúde, por outro lado, Senador Aloysio, isso também vem em consonância com a própria lei que regulamentou a profissão dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, quando a lei estabelece que eles devem exatamente residir nos locais próximos de onde atuam. Então, eu creio que também é uma medida adequada, é uma medida justa e que não foge ao espírito, inclusive, do próprio Minha Casa, Minha Vida.

Mas o que eu quero aqui reiterar é que possamos chegar realmente a um entendimento e que o projeto de lei venha a ser aprovado, até porque há 15 dias ficou, inclusive, esse compromisso aqui entre nós, para quando voltássemos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Senadora, desculpe-me, permita-me interromper, talvez eu não me tenha feito entender. Eu não estou colocando objeção da Liderança do Governo, nem orientando a Base do Governo ou recomendando em sentido contrário, eu estou apenas dizendo a minha posição pessoal.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, perfeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu acho que, se já está na lei, os Municípios deverão, em entendimento com os agentes, em cada Município, tratar de encontrar as formas para obedecer à lei. Agora, é a minha posição pessoal, eu não tenho mais nenhuma objeção, apenas é isto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, perfeito, daí porque eu encerro, Sr. Presidente, aqui fazendo um apelo para que ele possa, enfim, ser pautado e ser apreciado hoje.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Aníbal, Senador José Medeiros e Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Eu acabo de ser informado pela Senadora Simone Tebet que no ano passado foi votada uma emenda constitucional e nós não podemos autorizar despesas para Estados e Municípios sem que haja dotação orçamentária. Essa é uma matéria que incumbe ao Município decidir e não a nós.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, com relação ao Minha Casa, Minha Vida, aproveitar até para fazer um esclarecimento: do que sabemos, e é fato, esse programa teve todos os seus débitos com aqueles que trabalham no programa, constroem para o programa, saldados, liquidados.

E essa foi a principal medida saneadora que se adotou com relação ao programa e com sua atividade-fim, que é a construção de moradias.

As outras questões relativas ao programa têm que se circunscrever a este momento de transição, de crise grave que nós vivemos. Nós vamos ficar votando matérias que nos tiram do foco principal, e o foco principal é a recuperação do emprego.

Essa matéria relativa aos agentes comunitários deveria ser realmente levada para os Municípios, e não para nós aqui. E a matéria com relação ao Minha Casa Minha Vida, não vejo procedência nela.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Medeiros e, na sequência, o Senador Aécio Neves.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, a minha preocupação era somente em relação à constitucionalidade ou não. Como a Senadora Ana Amélia e nós todos, no ano passado, fizemos uma ampla discussão sobre a questão das finanças dos Municípios, isso me causou dúvidas, porque, a meu ver, ao meu sentir, essa despesa vai ter que ser arcada pelos Municípios. Não que os agentes comunitários de saúde não mereçam, mas a minha preocupação é se o Governo não terá que vetar, devido a essa PEC que aprovamos aqui.

Essa é uma dúvida que eu tenho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aécio Neves, com a palavra V. Ex^a.

Senador Flexa, na sequência.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para que este registro conste dos Anais do Senado Federal – e V. Ex^a também se fez presente agora



há pouco -, os brasileiros, mas os mineiros em especial estão hoje em festa com a posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal da Ministra Cármem Lúcia.

Os mineiros já a conhecem, e conhecem bem, por isso se orgulham muito da sua trajetória. Os brasileiros que ainda não a conhecem na profundidade que nós, mineiros, a conhecemos certamente se surpreenderão não apenas com a mulher, com a eminent jurista, mas, de forma muito especial, com a cidadã, com a brasileira Cármem Lúcia, capaz de debater os grandes temas, no Supremo Tribunal Federal, que dizem respeito à vida de cada um dos brasileiros, mas capaz de cotidianamente se preocupar com cada um dos brasileiros que demandam posicionamentos, decisões da Justiça brasileira.

Tenho certeza de que será uma belíssima, uma singela, mas belíssima página a ser escrita na história do Judiciário brasileiro, sem arrogância, sem autoritarismo, mas cumprindo aquele que é o dever dos presidentes de cada um dos Poderes. Claro que, em primeiro lugar, garantir a sua independência, mas, sobretudo, a harmonia entre cada um deles.

Ela, fazendo valer a sua tradição, filha de Espinosa, do norte mineiro, vai, sem dúvida alguma, contribuir para que a harmonia entre os Poderes da República seja cada vez mais presente, para que o Brasil possa enfrentar e superar as gravíssimas dificuldades do nosso tempo.

Portanto, como seu coestaduano e admirador há tantas e tantas décadas, aqui ao lado do Senador e Governador Anastasia, que, mais do que todos nós, conviveu e convive com a Ministra há muitos e muitos anos, tenho certeza de que o Brasil, de tantos dissabores, de tantas frustrações, terá motivos para comemorar alegrias e vitórias com a assunção da nova Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármem Lúcia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente...

Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Peço desculpas a senhora, só um minutinho, para conceder a palavra ao Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, pode usar da palavra, Senadora Simone. Eu aguardo.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada.

Imagine. Eu não posso. Vou ter que abrir mão da minha fala para o aniversariante, Sr. Presidente. Não posso fazer essa desfeita.

Com a palavra o aniversariante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Por favor.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Flexa.

Muito rapidamente, apenas para dizer que, se o projeto realmente tratasse apenas dessa questão do adicional de insalubridade, nós poderíamos até questionar a constitucionalidade e votar contrariamente. Acontece que devemos lembrar que esse projeto trata de questões importantes, como, por exemplo, a que garante a possibilidade de utilizar o Fundo Nacional de Saúde para dar cursos de treinamento para os agentes de endemias e para os agentes comunitários, o que é muito importante, abre essa janela importante.

Da mesma forma, o projeto trata da possibilidade, aliás, da obrigatoriedade de se qualificar o agente de endemias e o agente comunitário de saúde que ainda não tenham o ensino médio, criando um programa específico no Ministério da Educação para este fim.

Por fim, no que se refere ao Programa Minha Casa Minha Vida, isso depende de regulamentação, de acordo com projeto, o que significa que, ao se baixar o decreto, pode-se ali sanar qualquer vício de constitucionalidade no que se refere ao perfil, ao rendimento.

Portanto é um projeto importante, uma sinalização positiva. Se houver qualquer questionamento no que se refere à constitucionalidade do aspecto da insalubridade, isso poderá ser questionado na Justiça, mas o projeto, na sua totalidade, trata inclusive de uma coisa fundamental, que é garantir que o tempo de contribuição do agente de endemia e do agente comunitário passe a ser considerado para fins previdenciários. Isso é fundamental. É claro que, como diz o próprio projeto, que está vinculado ao recolhimento previdenciário.

Então, ficarmos detidos em um pequeno item e deixarmos de aprovar esse projeto neste momento não é oportun.

Outros Senadores questionaram. Creio que nós podemos avançar aprovando esse projeto. Se houver algum item que possa ser questionado, no que se refere à constitucionalidade, acredito que os Municípios irão fazê-lo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Sem revisão do orador.) – É sobre o PLC nº



210, que trata dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

Esse projeto já foi bastante discutido em todos os seus aspectos. Eu fui Relator, na CAS, em caráter terminativo, e ele veio para o plenário. Então, esse projeto...

É compromisso de todos nós não criarmos, Senador José Aníbal, maiores despesas para os Municípios e para os Estados, que já estão em dificuldades enormes, mas esse projeto não traz nenhum acréscimo, nenhum compromisso a mais para os Municípios. Ele apenas dá aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias as condições, primeiro, de se requalificarem através de um financiamento do Fundo Nacional de Saúde, com cursos que estejam habilitados pelo MEC. Não é qualquer curso que ele vai poder fazer, até para complementar o seu ensino médio, se for o caso, para chegar à universidade.

Outro aspecto de que ele trata é do hiato que houve nas atividades dos agentes comunitários de saúde, Presidente, de 1991 a 2006, que não tinham regulamentação. Então o projeto permite que esses agentes comunitários, comprovada a atividade nesse período de 1991 a 2006 – comprovada a atividade deles – e fazendo o recolhimento para a Previdência, possam contar esse prazo para a sua aposentadoria. Quer dizer, a Previdência não vai ter nenhum prejuízo. Não vai onerar a Previdência, porque eles vão ter que fazer o recolhimento.

Em relação à insalubridade, é o texto da lei, é o que a lei já diz. Só terão insalubridade aqueles que comprovarem, que tiverem atestado a atividade em condições insalubres. A própria CLT já garante isso para qualquer profissão. Acho até que está demais aqui, porque a lei já diz. E o projeto diz que os agentes fazem jus ao adicional de insalubridade, dependendo do seu grau, nos termos da legislação específica aplicável a todos os demais trabalhadores. Então eles só terão direito a insalubridade se realmente a sua atividade se der em condições insalubres, o que é justo.

Por último, quanto à questão da preferência no Programa Minha Casa, Minha Vida, ele se justificou, o projeto, porque os agentes comunitários de saúde e os de combate às endemias rurais obrigatoriamente têm que residir na comunidade onde desenvolvem seu trabalho. Então, se há um Programa Minha Casa, Minha Vida naquela comunidade, o que o projeto prevê é que eles tenham preferência, já que são obrigados. E muitos deles pagam aluguel para estar naquela comunidade.

O Líder do Governo, nosso Senador Aloizio Nunes, apresentou duas emendas: uma de redação e uma de exclusão, exatamente desse caso do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Eu vou acatar as duas emendas para que nós possamos aprovar o projeto e dar aos agentes comunitários aquilo que é justo pelo trabalho que eles desenvolvem na saúde preventiva, para que não haja necessidade de se gastarem recursos mais adiante na saúde curativa e, mais do que isso, para proteger a vida, que é o bem mais importante que cada um de nós tem.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Otto Alencar.

Em seguida, ouviremos V. Ex^a.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fui Relator desse projeto na Comissão de Educação, onde o analisei e lhe dei parecer favorável.

Ouvi as razões apresentadas pelo Senador Flexa Ribeiro, com as quais concordo plenamente.

Esse é um projeto muito importante. E eu queria fazer justiça ao Governador do Ceará à época, Senador Tasso Jereissati, que iniciou esse projeto dos agentes comunitários de saúde. Eu era Secretário de Saúde do Estado da Bahia e também iniciei no meu Estado os agentes comunitários de saúde.

O que esse projeto traz, de alguma forma, é a oportunidade de ter mais escolaridade, mais treinamento, mais profissionalização. E também vem atender àquilo que eu creio de alta justiça, que é a questão da insalubridade, já que eles trabalham com doenças infectocontagiosas, com doenças veiculadas pela água.

É o momento oportuno de se votar o projeto. Esse projeto já foi retirado da pauta do Congresso. Então, peço a V. Ex^a que o coloque em pauta, para que nós possamos votar e fazer justiça aos chamados soldadinhos da saúde, aqueles que estão nas casas das pessoas, levando educação e saúde fundamental para a prevenção das doenças infectocontagiosas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso.

Item...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ...8 da pauta.

Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Senador, apenas para trazer mais um esclarecimento no sentido de reforçar a justeza da aprovação



do projeto de lei dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, dizendo, Senador Renan, que o projeto de lei não contraria, de maneira nenhuma, proposta de emenda à Constituição já aprovada pelo Congresso Nacional de não criar despesas para os Municípios sem ter a fonte assegurada.

Esse projeto não entra em contradição com essa PEC, Senador Renan, por uma razão objetiva: nesse projeto constava um item que dizia respeito exatamente ao reajuste do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. E, em negociação com a própria categoria, houve um entendimento e esse item, Senador Renan, foi retirado.

Então eu volto a dizer: o projeto vem na direção tão somente da formação, da capacitação, do aperfeiçoamento, de garantir a questão do direito previdenciário e também o adicional de insalubridade já previsto em lei.

Fica aqui mais uma vez o nosso apelo para que, finalmente, na noite de hoje, possamos aprovar o projeto de lei, incentivando o papel de duas categorias essenciais – são mais de 250 mil em todo o Brasil – pelo trabalho nobre que elas desempenham no contexto da saúde pública do nosso País.

É só, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Ordem do Dia.

Eu queria convidar os Líderes para amanhã nós fazermos uma conversa e tentarmos costurar uma pauta para amanhã.

Na verdade, o Senado Federal está em dia com todas as matérias. Nós mandamos um volume grande de matérias importantíssimas para a Câmara dos Deputados, ficamos de, tão logo passem as eleições municipais, fazer encontros para costurarmos essa pauta, e eu acho muito importante que amanhã nós possamos conversar para surpreendermos algumas matérias, Senador Aloysio, que possam eventualmente ser votadas aqui, amanhã. E nós vamos cancelar a convocação do dia 21, porque, já que nós não temos pauta que justifique a convocação... Repito, sessão deliberativa do dia 21.

Nós estamos aguardando uma medida provisória da Câmara dos Deputados. Se essa medida chegar, nós poderemos antecipar a sua apreciação para amanhã, se houver um acordo com relação a este encaminhamento.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Para um esclarecimento.

Como médico, eu queria dar o testemunho do trabalho dos agentes comunitários de saúde. Agora, o que eu queria saber é se nós fechamos ou não o acordo para o projeto ser votado ainda hoje ou se ele vai fazer parte da pauta de amanhã. É esse o esclarecimento. Eu queria o esclarecimento de V. Ex^a sobre se houve um acordo para que nós, ainda nesta sessão, possamos votar o assunto referente ao agente comunitário de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos votar o item 8.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Apenas o item 8 agora...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu quero registrar a concordância, a alegria de ver esse projeto ser votado. Acho de suma importância.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós agradecemos, Senador Moka, o empenho e a palavra de V. Ex^a para que essa matéria possa hoje ser apreciada.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, será apreciada hoje, Senador Renan?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria dizer aos Senadores também que nós estamos com muita dificuldade para apreciação do reajuste dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Não houve acordo para apreciação dessa matéria. Essa matéria continua na Comissão de Assuntos Econômicos e é uma contramão, na verdade. Eu acho que nós precisamos discutir algumas alternativas, primeiro, à vinculação que impacta a administração dos Estados e significa indexar a partir de um reajuste dado aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, o que também é muito ruim para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e para o próprio Ministério Público, na medida em que seus subsídios sirvam de parâmetro para a administração nos Estados. E há uma liminar, concedida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, que torna esse reajuste automático.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – É um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Também é um absurdo, porque desmerece completamente os legislativos estaduais.

Aqui no Senado Federal, nós também tínhamos isso. Quando nós convocávamos o Senado no recesso, por exemplo, nós pagávamos a convocação a todos os Senadores e a todos os servidores do Senado Federal.



E nós acabamos com isso aqui no âmbito do Poder Legislativo.

Acho que, sinceramente, chegou a hora de discutirmos alternativas com relação a esse reajuste, que não pode perdurar, porque indexa custos para os Estados, e com relação a essa liminar do CNJ que torna o reajuste automático, o que também não vai poder acontecer.

Acho que, quando voltarmos das eleições, poderemos sentar, todos os partidos, e conversar sobre saídas, sobre encaminhamento jurídico, sobre iniciativa legislativa, para que possamos resolver esses dois problemas que estão aí colocados na Ordem do Dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio e Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, eu penso que essa solução está ao alcance da nossa mão. Trata-se de uma proposta de emenda à Constituição de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann. O Relator é o Senador Randolfe Rodrigues.

Por essa emenda à Constituição, o Congresso determinaria, se ela fosse aprovada, que qualquer reajuste de tribunais deveria ser objeto de uma lei específica, e não de uma autorização dada em branco. Porque, quando essa PEC tramitou na Comissão de Justiça, para minha surpresa, eu fiquei sabendo que em vários Estados havia leis estaduais que autorizavam esse automatismo. Uma vez alterado o teto, automaticamente, sem precisar de uma lei específica, toda a magistratura estadual seria beneficiária do reajuste.

A PEC proposta pela Senadora Gleisi visa, exatamente, desarmar essa bomba fiscal. E dá às assembleias legislativas a prerrogativa, que é delas, é constitucional, de definir por lei qual é o reajuste, claro que dentro dos limites e das vinculações que ainda existem na Constituição.

Eu penso que, se nós pudéssemos amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, já pautar essa matéria, não para ser votada, mas para receber emendas, para que ela seja do conhecimento de todos os Senadores, nós estaremos dando um passo importante na solução desse problema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Randolfe, ao Senador José Aníbal e ao Senador José Agripino.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero saudar V. Exª pelo encaminhamento, que me parece ser o consenso da maioria dos Líderes desta Casa. Não existem condições de se votar qualquer tipo de reajuste dos vencimentos dos Ministros do Supremo ou dos membros do Ministério Público no ambiente de crise em que estamos, em um claro ambiente de desajuste das contas públicas.

Por outro lado, quero reiterar o que foi dito pelo Senador Aloysio Nunes, Líder do Governo. Já temos pronta para se votar na CCJ, se assim as Sras Senadoras e os Srs. Senadores entenderem, ou pelo menos para se reabrir a discussão, inclusive com a contribuição do Senador Anastasia para esse tema, a proposta de emenda à Constituição de autoria e iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, da qual sou Relator.

Creio que essa proposta de emenda à Constituição é a resposta consensual e adequada que o Congresso Nacional poderia dar ao tema. Porque o problema central dos reajustes concedidos – dentre outros, um dos principais problemas – é o efeito cascata que tem sobre o caixa já combalido de Estados e Municípios.

A proposta de emenda à Constituição da Senadora Gleisi Hoffmann fala de todas as esferas de poder, para acabar com a dita vinculação, tanto do Poder Legislativo, em relação aos legislativos estaduais e às câmaras municipais, quanto em relação ao Judiciário, ao Ministério Público e aos tribunais de contas do âmbito estadual.

Considero adequado isso, porque um dos mais nocivos efeitos desse reajuste que aprovamos é esse efeito cascata, que compromete mais ainda as contas, que já estão comprometidas e combalidas, dos entes federados.

Se as Sras e os Srs. Senadores assim quiserem, amanhã nós poderemos votar. Se assim pretenderem, nós poderemos discutir e, inclusive, votar. Mas creio que o Senado Federal não pode mais atrasar o debate sobre esse tema. Está na Comissão de Constituição e Justiça, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós acabamos de ver a posse da nova Presidente do Supremo Tribunal Federal.

A fala da Ministra Cármel Lúcia foi uma fala cidadã. Ela, inclusive, não quebrou o protocolo, mas refez o protocolo e, em primeiro lugar, saudou os cidadãos brasileiros.

Isso, a meu ver, é um indicativo de que a Ministra Cármel Lúcia também entende aquilo que nós temos entendido aqui, de que seria necessário encontrar outro caminho. Agora um outro caminho que não seja um caminho para este ano, seja um caminho para momentos futuros. Porque eu acho que nós devíamos começar a votar, Sr. Presidente, matérias que favoreçam a organização das contas públicas urgentemente,



porque elas é que vão favorecer o emprego. Nós temos aí a matéria de que é Relator o Senador Paulo Bauer, a 204, securitização. Essa matéria favorece aos Estados e Municípios e mesmo à União uma condição adicional de recurso sem endividamento.

Nós temos as outras matérias, e, como o Presidente disse, o Senado está em dia com as suas votações. Nós poderíamos, rapidamente, caminhar para matérias outras, como a do teto e aquelas que o Governo diz que vai enviar oportunamente; concentrar um pouco mais nisso. Senão, nós ficamos aqui e não conseguimos, depois de um período de votações importantes na semana passada, engatar um bom procedimento de votação hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de conceituar uma coisa que para mim está muito clara e acho que para a Casa também.

Nós tivemos, com relação a essa matéria, dois momentos. Houve um momento em que não se sabia quem é que tinha a maioria, se era o aumento da magistratura do Supremo Tribunal Federal, e o próprio Governo colocava a sua posição, de que essa matéria já estava contemplada no Orçamento, então não tinha nada a obstar. E a discussão foi consequente: não tem nada obstar, mas vai gerar, por efeito de transbordo para outras categorias, um monumental desequilíbrio orçamentário. E a partir daí estabeleceu-se – o meu próprio Partido, o PSDB – ficar ao lado do equilíbrio fiscal.

As coisas evoluíram, e acho que hoje há um novo momento: o da consciência, a partir da posição que o próprio Executivo deixou clara, pública, de que o aumento do Judiciário vai provocar um desequilíbrio fiscal insuportável. Eu acho que há um claro posicionamento do Plenário majoritário – não digo unânime, mas majoritário – em torno de que essa matéria, muito embora justa, não é oportuna. Ela precisa aguardar uma reflexão melhor.

E V. Ex^a coloca agora um elemento que se impõe, que tem que ser resolvido, que é uma liminar que automatiza a concessão do aumento. Então, não é uma matéria simples: vota o aumento do Judiciário ou não vota. Até porque, neste momento, já existe uma liminar que diz que o aumento está automatizado para certas categorias.

O que eu proponho a V. Ex^a, Presidente Renan? Eu proponho a V. Ex^a, tendo em vista que existe hoje uma posição majoritária em torno de que esse aumento do Judiciário não é matéria oportuna para agora – que ela carece de uma reflexão maior; que existem liminares que podem comprometer o próprio equilíbrio orçamentário –, que, passado o período eleitoral, se faça um levantamento. O que é que existe? Existe a proposta de aumento do Judiciário. Quais são as consequências? Que liminar existe já posta e que produz esse resultado? Para que nós possamos topicamente trabalhar os retoques à matéria e estabelecer um cronograma no tempo para que possamos apreciar essa matéria e fazer uma explicação ao País. Uma explicação ao País! Eu acho que o País precisa conhecer as razões e o pensamento do Congresso Nacional, principalmente no que diz respeito ao equilíbrio fiscal.

Proponho a V. Ex^a que faça uma reunião de Líderes, que faça o esboço, com a assessoria técnica do Senado, sobre a matéria, as suas consequências, as liminares e os reparos que têm que ser feitos, do ponto de vista parlamentar, para que saímos desse imbróglio, porque esse é, na verdade, um imbróglio em que o Congresso está metido e para o qual tem que encontrar saída. Eu proponho a V. Ex^a uma espécie de *check list* da matéria, dos problemas e das soluções pela via parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aécio Neves.

Senador Lindbergh na sequência.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero saudar, e saudar de forma extremamente enfática, a decisão que V. Ex^a acaba de anunciar, não ao Senado, mas ao País, de compreender que não é o momento de colocarmos em votação a PEC referente ao teto do Judiciário.

Na verdade, esse tema, Sr. Presidente, absolutamente secundário no conjunto de prioridades que hoje tem o Brasil, acabou por nos dividir nas últimas semanas com interpretações errôneas em relação à posição das várias correntes políticas e dos vários partidos aqui representados.

Para nós do PSDB, partido que presido, sempre foi absolutamente clara a inoportunidade de trazermos essa matéria no momento em que o País clama por equilíbrio das contas públicas. Nada contra aumento dos ilustres Ministros do Supremo Tribunal Federal, mas a nossa posição sempre foi contrária a qualquer outro aumento no momento, repito, em que nós precisamos sinalizar para a contenção das despesas públicas, e não



o contrário.

E V. Ex^a permite... Eu acho que o Senado vive um momento de certo alívio em relação a essa discussão porque, de forma menos enfática, muitos outros Senadores e até partidos de alguma forma comungavam dessa opinião, da inoportunidade de trazermos aqui essa matéria, que nada impede, em um momento oportuno à frente, com essas salvaguardas que aqui já foram propostas, inclusive através da PEC da Senadora Gleisi Hoffmann, possa nos dar maior conforto na discussão dessa matéria.

Mas eu tenho certeza de que V. Ex^a, com esse anúncio, sinaliza à sociedade brasileira de forma absolutamente correta. Porque – repito o que disse aqui agora – havia interpretações, algumas delas errôneas, equivocadas, sobre uma certa divisão e até mesmo objetivos daqueles que, de um lado, se opunham à aprovação dessa matéria, como nós, e de outros que, de alguma forma, achavam que essa matéria poderia ser submetida a votos. V. Ex^a dá tranquilidade a esta Casa e oportunidade de, quem sabe, podermos discuti-la no futuro sem a iminente – V. Ex^a falou sobre isso – consequência desastrosa para os Estados brasileiros.

Eu aproveito esse momento em que estamos aqui com o quórum altíssimo em Brasília, Sr. Presidente, para dizer que nós poderíamos – fiz essa proposta, ao lado do Senador Ricardo Ferraço, a V. Ex^a e quero aqui de público deixá-la também explicitada. Nós temos a oportunidade, aproveitando esse pouco tempo que teremos aqui em razão das eleições municipais, de amanhã avançarmos, na Comissão de Constituição e Justiça, na votação de uma proposta da reforma política, sempre aqui também tida como prioridade pelo conjunto das forças desta Casa, no que diz respeito ao fim das coligações proporcionais e à cláusula de desempenho, a cláusula de barreira. Para isso, basta tão somente que o ilustre, digníssimo Presidente da Comissão de Justiça faça uma inversão de pauta e permita que essa matéria e essa proposta, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e minha, relatada pelo Senador Aloysio, tenha preferência para votação.

Isso, por si só, ao lado da proposta de hoje são sinalizações muito corretas e claras na direção daquilo que se espera do Senado Federal. E a palavra de V. Ex^a junto ao Presidente da Comissão de Justiça, tenho certeza, poderá ser definidora para que nós saímos desse esforço concentrado com a nossa produtividade na direção correta, daquilo que espera de nós a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria agradecer, em nome de todos os Senadores, a sugestão que o Senador Aécio Neves faz nesta oportunidade.

Eu estou tentando falar com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Senador José Maranhão, que está viajando da Paraíba para Brasília, para que, tão logo ele chegue, nós possamos fazer um contato no sentido de que esta matéria seja prioridade na reunião da Comissão amanhã.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu concordo com V. Ex^a, seria muito importante, seria um momento significativo para que nós pudéssemos votar essa fundamental alteração na legislação político-eleitoral brasileira.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Hélio José, na sequência, eu darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na semana passada, nós tivemos aquele problema na votação da medida provisória. Nós, na verdade, reclamamos, porque aqui havia um acordo de Líderes de que só se votava na segunda sessão depois da leitura, mas aí, na interpretação de V. Ex^a, teve uma fala do Senador Jorge Viana e ficou parecendo que houve um acordo no Plenário.

Eu quero deixar bem claro que não há acordo para votar a medida provisória no dia de amanhã, medida provisória que não foi votada ainda pela Câmara. Se for votada amanhã, ela vai ter que vir para cá, ser lida e só pode ser votada na segunda sessão depois. Eu quero deixar isso bem claro. O Governo tem que se organizar. Este Governo tem que se organizar, construir a pauta dele, votar e respeitar esses prazos regimentais. Então, eu quero aqui, Presidente, deixar bem claro isto: não há acordo para votar essas medidas provisórias no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lindbergh, fique absolutamente tranquilo, porque nós seremos sempre escravos do Regimento e desses acordos – todos os acordos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É que, às vezes, é bom lembrar, Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Hélio José.



O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de concordar que é necessário ter ajuste para quem teve perda e que também é necessário desvincular essa questão dos ajustes dos demais tetos estaduais. Então, concordo com a ponderação dos demais Senadores que aqui me antecederam.

Eu queria fazer um requerimento a V. Ex^a, Sr. Presidente, para que o PLC 102, de 2015, Complementar, que trata da região integrada do DF e Entorno, que foi aprovado em regime de urgência na Comissão de Desenvolvimento Regional, seja incluso na pauta amanhã, porque é assunto de grande relevância para toda essa região que abarca os Municípios do Entorno do Distrito Federal, Municípios de Goiás e Minas Gerais. Então, Sr. Presidente, seria importante que nós votássemos amanhã o PLC nº 102, de 2015.

Eu gostaria também de lembrar a V. Ex^a, se possível, que o Legislativo – nós aqui – solicite ao Executivo, Sr. Presidente, a apresentação dos PLs que tratam dos ajustes das quatro carreiras que ainda não foram encaminhadas para cá pelo Executivo. Ouviram, Sr. Presidente e Líder do PMDB? Sr. Presidente e nobre Líder do PMDB...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Hélio, estou ouvindo V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu quero chamar a atenção de V. Ex^as, porque eu estou falando aqui de assuntos de altíssima relevância.

Os auditores fiscais do trabalho já fizeram uma grande manifestação semana passada; os oficiais de chancelaria podem parar as embaixadas nossas pelo mundo afora; os analistas de infraestrutura, que nós aprovamos aqui a questão da medida provisória da infraestrutura; e os médicos peritos estão nos quatro últimos PLs de ajustes das carreiras. O Executivo tem que mandar para podermos resolver, de uma vez por todas, o ajuste de todas as carreiras que precisam ser reajustadas. Então, eu gostaria que V. Ex^a, especificamente nessas quatro carreiras em que já há acordo do Executivo para mandar, enviasse os PLs de reajuste dessas quatro carreiras aqui para nós no Legislativo analisarmos. O.k., Sr. Presidente?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não quero ser impertinente, mas era apenas... O Senador Otto Alencar e o Senador Flexa já, inclusive detalhadamente, expuseram as razões de apreciarmos o item 8, que trata de ajustarmos a legislação para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. É muito importante que se possa fazer a apreciação desse item 8. Poderíamos, já que estamos com a nossa pauta vencida, apreciar o item 8, uma vez que os dois Relatores dessa matéria, tanto o Senador Otto Alencar como o Senador Flexa, já apresentaram aqui uma detalhada exposição da importância de apreciarmos a matéria nesta Ordem do Dia. E o pedido, o apelo que faço a V. Ex^a é nesse sentido. Os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias do Brasil inteiro estão na expectativa dessa matéria. Vários colegas já solicitaram. Eu sei que a matéria está na pauta já há muitas sessões. E o apelo que faço a V. Ex^a é no sentido de apreciarmos.

Eu fui Prefeito, fui Governador e sei a importância que esses profissionais da saúde têm na prevenção e na grande luta por uma saúde melhor para o nosso povo. É o apelo que faço, em nome de todas as mulheres e todos os homens agentes comunitários de saúde e de combate às endemias do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Fernando Bezerra.

Obrigado, Jorge.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, de igual forma, em nome da Liderança do PSB, eu gostaria também de manifestar a nossa concordância para que pudéssemos dar preferência ao item 8 e assim apreciar aqui os benefícios trabalhistas e previdenciários para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de combate às endemias.

Agora há pouco, a Senadora Fátima Bezerra nos informava, aqui na Bancada, da construção de um acordo com a Liderança do Governo, com o Presidente e com o Relator dessa matéria aqui na Casa. Portanto, eu queria, em nome do PSB, em nome da nossa Bancada, manifestar o nosso apoio para que apreciar e votar no sentido de assegurar essas importantes conquistas para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de combate às endemias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Fernando Bezerra, faremos isso.

Ordem do Dia.

Projeto de Lei da Câmara nº 210, que altera as Leis nºs 11.350, 11.977, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários, e sobre a formação profissional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

O Relator é o Senador Otto Alencar, na Comissão de Educação, e o Senador Flexa Ribeiro, na Comissão



de Assuntos Sociais.

Senador Flexa Ribeiro, com a palavra V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Presidente, no parecer que está para ser votado, precisa ser feita uma adaptação, uma emenda de redação. Então, existe um requerimento do Senador Aloysio pedindo para que o projeto seja encaminhado à CAE para que se possa fazer essa emenda de redação.

Eu pediria que V. Ex^a colocasse em discussão e em aprovação o requerimento do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso.

Sobre a mesa, requerimento.

Nos termos regimentais, solicito que o PLC 210, de 2015, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)... (*Pausa*.)

Senador Aloysio, é um requerimento assinado por V. Ex^a para que o parecer da CAE seja apresentado em plenário. (**Requerimento nº 683/2016, vide item 2.2.1 do sumário**)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Em plenário mesmo, para a emenda de redação. O.k..

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – E, dessa forma, possamos materializar o acordo encaminhado.

Em votação o requerimento.

Senador Eunício Oliveira, Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento – Senador Tasso Jereissati – permanecem como se encontram. (*Pausa*.)

Senador Cristovam Buarque.

Aprovado.

Vamos cumprir a deliberação do Plenário.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que é o Relator da matéria, que vai proferir o parecer em nome da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – O parecer da CAE.

(Parecer nº 764/2016-PLEN)

Acompanho o que foi aprovado na CAS, fazendo a emenda de redação proposta. O art. 9º, no § 2º, passa a ter a seguinte redação:

O tempo prestado nas condições dispostas no §1º deste artigo, independentemente da forma de vínculo dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, desde que tenha sido efetuado o devido recolhimento da contribuição previdenciária, será considerado para fins de concessão de benefícios e contagem recíproca pelos regimes previdenciários. (**Emenda nº 2-PLEN - Vide item 2.2.1 do sumário**)

Essa é a emenda de redação que eu apresento no relatório da CAE.

Com relação à questão que está inserida no relatório da CAS e que mantenho no relatório da CAE, que dá preferência aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias rurais para o Programa Minha Casa, Minha Vida, ela vai estar mantida, porque, se nós fizéssemos a retirada desse artigo, o projeto teria de voltar. Eu quero que os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias rurais entendam que isso está sendo feito para que possamos aprovar o projeto em definitivo agora, porque, se nós acatássemos e retirássemos essa preferência, o projeto teria de retornar à Câmara, não poderia ser aprovado agora e ir à sanção presidencial. Então, nós vamos manter – há acordo já com o Líder do Governo – a preferência, mas sem o compromisso de sanção, ou seja, quando for encaminhado ao Presidente, essa preferência aos agentes de saúde e de combate às endemias rurais pode ser retirada, pode ser vetada, não há compromisso de sanção.

Com isso, é possível aprovarmos – eu peço que meus pares acompanhem a aprovação do projeto, porque é um projeto que faz justiça ao trabalho importantíssimo desenvolvido pelos agentes de saúde e de combate às endemias rurais – a matéria terminativamente agora, para que V. Ex^a possa encaminhar à sanção presidencial.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O parecer do Relator, Senador Flexa Ribeiro, conclui pela apresentação de emenda de Plenário.

Discussão do projeto e das emendas.



Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Não, Presidente. Eu concordo com as emendas e encaminho favoravelmente pelo PMDB. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – É só para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – É só para fazer um registro nessa questão dos agentes de saúde.

Está aqui entre nós o Senador Tasso Jereissati que, quando Governador do Estado do Ceará, criou a figura do agente de saúde. E agora o Congresso Nacional complementa essa ideia que nasceu da cabeça deste Governador, à época muito bem avaliado, chamado Tasso Jereissati. Portanto, para que fique aqui o registro de que esses homens e essas mulheres, que andam de porta em porta, que são os agentes de saúde, têm um papel fundamental, Sr. Presidente, principalmente para nós do Nordeste brasileiro que sabemos as dificuldades por que passam as pessoas nessa questão de saúde, de tratamento, de encaminhamento. E esses verdadeiros anjos, criados à época pelo Senador Tasso Jereissati, fazem um papel importante e fundamental. Portanto, pela Liderança do PMDB, eu tenho muito prazer aqui de encaminhar favoravelmente essa matéria, Sr. Presidente.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar os pareceres nesta matéria e destacar que, ao aprovar essa matéria, estamos tratando dos direitos de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

São esses profissionais que cuidam dos programas de saúde para a ampla maioria do povo brasileiro. A ampla maioria do povo brasileiro é atendida pelos programas de saúde da família e por programas que têm – como o Programa Mais Médicos – na ação dos agentes comunitários de saúde a sua ponta de lança e, claro, sua ação direta com o povo, com a população, em especial com a população mais pobre deste País.

Este projeto de lei amplia os direitos em relação à Lei nº 11.350 e determina que os cursos técnicos de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate à endemias poderão ser financiados pelo Fundo Nacional de Saúde, conforme a regulamentação do Poder Executivo.

Eu espero, Sr. Presidente, que o Executivo, que o Presidente da República tenha a sensibilidade necessária para sancionar essa matéria, porque ela representa a consolidação de direitos para os profissionais que atendem, em especial, o povo mais pobre deste País, com programas como o programa de médico da família, o programa de agentes de saúde da família.

Portanto, Sr. Presidente, o encaminhamento da Rede Sustentabilidade e o encaminhamento do Bloco Socialismo e Democracia são favoráveis à aprovação da matéria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Telmário, com a palavra V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto, sem nenhuma dúvida, esse PLC é da maior importância para aqueles que realmente trabalham diretamente com a população. Esses agentes de saúde, Sr. Presidente... Esses direitos que eles vão conseguir, esses avanços sociais, são até quase que insignificantes, considerando o trabalho da maior importância que os agentes da saúde hoje promovem para a sociedade. Eles têm um trabalho diretamente com a população. Eles vão às casas, aos bairros, às ruas e eles ali fazem o tratamento, uma assistência corpo a corpo. Então, essa salubridade é mais do que justa e esses poucos avanços que vão ser fornecidos aos agentes de saúde.

Portanto, Sr. Presidente, o PDT encaminha a aprovação deste projeto. Eu espero que também aqui nesta Casa, hoje, haja o reconhecimento, porque é um dos projetos mais justos, que vai fazer a maior justiça por aqueles que diariamente estão cuidando da saúde do povo brasileiro.

Então, o encaminhamento do PDT e pelo “sim”, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O Senador Flexa Ribeiro tem precedência, porque é



o Relator da matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu pediria a V. Ex^a... Existem vários agentes comunitários de saúde que gostariam de assistir, da galeria, à aprovação do projeto, e eu pediria que V. Ex^a autorizasse a liberação deles.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Peço à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, providencie a entrada da representação dos agentes de saúde.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considerando o encaminhamento feito pelo Senador Aécio Neves para que nós possamos amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, deliberar sobre um projeto que, em conjunto com o Senador Aécio, nós apresentamos, enfrentando questões absolutamente relevantes do sistema político-partidário brasileiro – as cláusulas de desempenho, coligação proporcional, a federação e tantas outras que darão ao sistema político-partidário racionalidade... Não há ninguém entre nós que conteste a necessidade desse avanço. Esse tema estará em debate amanhã na Comissão de Constituição e Justiça, e nós precisamos registrar a atenção, o cuidado e a preferência que o Senador Maranhão tem dado a este projeto naquela comissão. Mas, se V. Ex^a convocar a sessão deliberativa para a parte da manhã, isso estará atrapalhando o desdobramento desse importante debate na Comissão de Constituição e Justiça.

A sugestão que faço a V. Ex^a é que nós possamos começar a nossa sessão às 14h e já iniciarmos a Ordem do Dia às 14h. Assim nós poderemos permitir o funcionamento normal e regular das comissões permanentes, e às 14h poderíamos começar os nossos trabalhos aqui no plenário, já com a Ordem do Dia.

Propõe o Senador Randolfe que começemos mais cedo, ao meio-dia. Pode ser, desde que isso não atropelar os trabalhos das comissões, não apenas a Comissão de Constituição e Justiça.

É o apelo que faço a V. Ex^a para que a gente não deixe de enfrentar esse debate amanhã na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lúcia Vânia, Senador Cristovam na sequência e Senador Randolfe Rodrigues.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, eu gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar o Senador Tasso Jereissati, porque foi o formulador desse programa quando Governador do Ceará. Eu não tenho dúvida de que foi um dos melhores programas sociais que nós já vimos neste País. E quero também parabenizar o Senador Flexa Ribeiro, ressaltando os aperfeiçoamentos que ele fez nos benefícios trabalhistas e previdenciários, assim como ressaltar aqui a importância desses profissionais de saúde e combate a endemias, que têm caminhado por todo este País e, especialmente no meu Estado, o Estado de Goiás, prestam um serviço da mais alta relevância. Portanto, nada mais justo do que esse acordo feito aqui pelos Líderes, para que a gente pudesse votar esse projeto no dia de hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, eu manifesto também o apoio, meu e do PPS, a esse projeto de lei. Se tivéssemos dado prioridade máxima aos agentes de saúde ao longo do tempo, como o próprio Tasso Jereissati mostrou no seu governo, a situação seria outra no Brasil. O caminho é este: é a prevenção chegando ali no local, em vez da hospitalização caríssima e que termina apropriando o sistema de saúde pelas corporações, que não dão o resultado necessário. Por isso o meu apoio, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Presidente, permita-me, sobre o tema em que o Senador Ferraço aqui tocou, em relação à Ordem do Dia de amanhã. O Senador Ferraço tem razão, nós temos dois temas que seria de particular interesse enfrentar amanhã na CCJ: a questão da PEC da desvinculação do vencimento de ministros do Supremo, membros do Tribunal de Contas e membros do Ministério Público Federal e a reforma política.

A sugestão que eu faço a V. Ex^a, inclusive para ajustar a agenda de todos os Senadores, é que nós convoquemos a Ordem do Dia de amanhã para o meio-dia, obviamente com a tolerância, a aquiescência de V. Ex^a e da Mesa, para, conforme estivesse avançando a CCJ, se iniciasse logo em seguida a Ordem do Dia, havendo assim a compreensão da dinâmica do funcionamento da CCJ. Eu creio que, dessa forma, nós poderíamos aquiescer à pauta que a CCJ demanda e, ao mesmo tempo, aquiescer à agenda de todas as Sr^s



e os Srs. Senadores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Aloysio, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, ainda tenho esperança de que, em uma reunião de Líderes, nós possamos conversar com os Parlamentares da oposição para nos entendermos a respeito das medidas provisórias, porque, como V. Ex^a sabe, algumas delas vão perder eficácia se não forem votadas, inclusive essa que permite que a Justiça Eleitoral receba os recursos necessários para a preparação das eleições.

Então, minha sugestão é nós fazermos a reunião de Líderes, tentarmos arredondar as nossas divergências para votarmos na hora habitual, às 16h.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu peço aos Líderes... Permitam-me lembrar que amanhã nós vamos ter, às 11h, uma reunião com os Líderes para que nós possamos construir, modestamente, uma pauta para amanhã à tarde, que seja consensual e que possibilite a evolução dos nossos trabalhos. E, no dia 21, quando haveria sessão deliberativa, nós não teremos mais sessão deliberativa.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – A reunião de acordo é amanhã, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Rose de Freitas, darei já a palavra a V. Ex^a.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Só um minutinho, Senador, é um minuto apenas; serei breve.

Sr. Presidente, quero só alertar... Na última sessão com votação eu estava preocupada com a nossa pauta de hoje, então, fomos até a Câmara para que enviassem para cá os projetos. Alguns deles, no transcorrer desse tempo, cairão. Nós temos a 728, a 729, a 730. Inclusive, a 730 é um crédito extraordinário da Justiça Eleitoral, que precisava ser votado porque nós estamos aí... É, a 730. Então, quero dizer assim: até o dia 19 cairão essas medidas provisórias que aqui estão. Só quero dizer isso a V. Ex^a para que todos assumam, junto com V. Ex^a e conosco, a responsabilidade sobre algumas coisas. Por exemplo, a MP do Ministério da Cultura pode ser reeditada, obviamente, mas outras coisas eu acho importante a gente refletir sobre elas.

Muito obrigada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Fátima Bezerra. Em seguida, o Senador Hélio José.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero encaminhar a matéria em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente, primeiro destacando que os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias são mais de 300 mil em todo o País – precisamente, 250 mil agentes comunitários de saúde e 60 mil de combate a endemias. E quero ressaltar aquilo que o Brasil inteiro sabe: que durante décadas esses profissionais trabalharam em condições extremamente precárias, com vínculos empregatícios precários, portanto, em condições de extrema vulnerabilidade social, e também recebendo salários irrisórios.

Vocês passaram muito tempo sem ter direito sequer a um salário mínimo, e, a partir da década de 1990, exatamente, começou a luta. Eu quero aqui saudar o então Deputado Paulo Rocha, que foi o autor do primeiro projeto de lei rumo à regulamentação da profissão do agente comunitário de saúde. Depois, em seguida, Sr. Presidente, em 2003, nós tivemos a primeira proposta de emenda à Constituição aprovada, de autoria também de um Deputado, à época, do PT, o Deputado Maurício Rands, a Emenda Constitucional nº 51, que tratava exatamente de instituir o Regime Jurídico Único e a regulamentação da profissão dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Foi aprovada e sancionada pelo Presidente Lula e virou a Lei nº 11.305, de 2006.

Dando continuidade à luta, tivemos, em 2014, mais uma emenda à Constituição, um outro passo muito importante para a valorização da categoria, que foi a proposta de emenda à Constituição – de que tive, inclusive, a alegria de ser a Relatora à época, na Câmara dos Deputados – que instituiu o piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde, associado às diretrizes e planos de carreira.

Feito aqui esse registro, Sr. Presidente, quero dizer da nossa alegria em aprovarmos hoje esse projeto de lei, porque esse é mais um passo que o Congresso Nacional está dando no que diz respeito à valorização dessa importante categoria. O Brasil inteiro reconhece o trabalho meritório que vocês fazem de porta em porta, de



casa em casa, indo aos locais mais longínquos, mais distantes. Vocês são os médicos, inclusive do povo mais simples, do povo mais pobre deste País. Então, a nossa alegria de ver hoje aqui, por unanimidade, a aprovação desse projeto, Sr. Presidente...

Mais uma vez, queremos deixar claro do que trata esse projeto. Primeiro, ele prevê o adicional de insalubridade para esses profissionais, devido aos riscos que eles correm em seu trabalho, na medida em que têm contato inclusive com doenças infectocontagiosas. Então, é mais do que justo o adicional de insalubridade. Depois, temos também, como já foi dito aqui, o reconhecimento dos direitos previdenciários, precisamente para as pessoas...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que exerceram atividades profissionais na área, entre 1991 e 2006, que foi quando foi reconhecida a profissão. Portanto, que essas pessoas, Sr. Presidente, possam contar com esse tempo para aposentadoria – lembrando, desde que tenham recolhido ou que recolham agora a contribuição para o INSS. E, por fim, também a questão do Minha Casa, Minha Vida, embora aqui o Senador Flexa, a quem a gente saúda também,...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... Relator da matéria, tenha mencionado que não há compromisso do Governo no que diz respeito a essa questão do Minha Casa, Minha Vida. Mas, por fim, quero aqui destacar a questão da formação, ou seja, avançar na capacitação, na formação profissional dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, através, inclusive, dos...

(Interrupção do som.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... dos cursos que serão oferecidos pelo próprio Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação, tendo como fonte financiadora o Fundo Nacional de Saúde.

Então, Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos registrar nossa alegria de ver finalmente o Congresso Nacional, hoje, votando o projeto de lei que trata da valorização dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias.

Vocês merecem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Líder do nosso Partido, PMDB, nosso querido Eunício Oliveira, nosso Senador, pelo apoio à emenda dos agentes comunitários de endemias, porque essa categoria é muito importante para o Brasil inteiro.

Quero cumprimentar também o nosso querido Senador Flexa Ribeiro e a nossa Senadora Fátima Bezerra pelo entusiasmo com que defenderam esse importante projeto aqui, para a gente fazer justiça a esses que atendem ao pobre e que vão de porta em porta o tempo inteiro, para fazer com que o Brasil tenha uma melhor condição de saúde.

Então, hoje esta Casa está de parabéns, porque vai votar esse importante projeto de atendimento social e de longo alcance para o nosso País.

Para finalizar, gostaria de complementar o que o nosso Líder Aloysio Oliveira disse: não dá para a gente fazer essa sessão mais cedo amanhã, porque nós temos muitas comissões pela manhã, temos reunião de Líderes às 11h e também temos medidas provisórias importantes. Por exemplo, eu sou o Presidente da Medida Provisória nº 735, com reunião já previamente marcada para amanhã às 14h. Então, a gente poderia manter a Ordem do Dia na hora normal, que é 16h, e fazer toda a discussão, para ter condição de cumprir todo o calendário de importantes discussões amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, o senhor entendeu? Às 11h será a reunião de Líderes que V. Ex^a convocou. Aí a gente manteria a Ordem do Dia para o horário normal, às 16h, porque, além das comissões pela manhã inteira, a gente tem medidas provisórias – como a 735, de que eu sou Presidente, convocada para 14h30. Então, seria muito complicado a gente fazer a nossa Ordem do Dia mais cedo amanhã.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, quero encaminhar, em nome da Bancada do PMDB...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Por favor.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – ...com a permissão do Líder Eunício Oliveira, o apoio a esse projeto, que faz justiça aos agentes comunitários e também aos de endemias.

Sr. Presidente, é um verdadeiro batalhão. Eu quero dar outro foco: além de tudo o que foi falado por Otto, Flexa, Fátima, eu gostaria de chamar a atenção, porque o agente comunitário de saúde, estruturado com a devida ferramenta na mão, imaginem esse pessoal na prevenção de dengue e de zika, que é uma coisa importante para este País.

Portanto, ao encaminhar favoravelmente, eu tenho certeza de que tudo o que nós estamos fazendo, se o Ministério da Saúde der realmente as ferramentas necessárias, nós vamos ter um verdadeiro exército de gente acostumada, de pessoas que entram em lares onde dificilmente outras pessoas entrariam.

Então, o nosso apoio incondicional, mais do que isso, o reconhecimento da importância na prevenção. Como médico que sou, tenho certeza de que eles haverão, cada vez mais, de aprimorar e de trabalhar na prevenção, que é o importante para este País – prevenção na saúde.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação em globo das emendas de redação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam as emendas de redação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicado na forma regimental. (**Parecer nº 765/2016-CDIR - Vide item 2.2.1 do sumário**)

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final e passamos à votação da redação final.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Eu queria lembrar aos Senadores que amanhã, às 11h, nós teremos reunião de Líderes.

Há uma proposta do Senador Ricardo Ferraço para que nós possamos, se for o caso, antecipar nossa Ordem do Dia para as 12h.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Doze horas. Vai depender da reunião de Líderes.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Que horas, Presidente? Presidente Renan, às 11h é a reunião de Líderes amanhã?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, às 12h é o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

Voltamos à lista de oradores. (*Pausa.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. (*Pausa.*)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para comunicar ao Plenário que o Senador Randolfe Rodrigues, eu, como Líder do PT, e a Senadora Vanessa Grazziotin apresentamos um pedido de informações ao Chefe da Casa Civil do Governo, bem como à Sr^a Grace Mendonça, agora Ministra da AGU. Ao mesmo tempo, apresentamos um requerimento de convocação tanto da nova Ministra da AGU quanto do Chefe da Casa Civil. Além disso, estaremos entrando amanhã com uma representação junto ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, pedindo a apuração dos fatos contidos na entrevista do Sr. Fábio Osório, que foi demitido do Governo Temer e que fez gravíssimas denúncias de obstrução à Justiça e de outros crimes cometidos especialmente pela Sr^a Grace e pelo Chefe da Casa Civil. Então, amanhã estaremos apresentando essa representação, e aqui apresentamos esses pedidos de informação, o convite e a convocação.



(Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Randolfe e, em seguida, como oradora inscrita, tão logo os Líderes façam uso da palavra, Senadora Fátima Bezerra.

Senador Randolfe, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, continuando o informe apresentado pelo Líder Humberto Costa, do Partido dos Trabalhadores, também subscrevemos esse requerimento em nome da Rede Sustentabilidade. São, na verdade, requerimentos de convocação de S. Ex^a o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil para que ele providencie, no prazo constitucional, sob pena de prática de crime de responsabilidade, as informações referentes à sua atuação na demissão do ex-Advogado-Geral da União, Sr. Fábio Medina Osório.

Da mesma forma, Sr. Presidente, outro requerimento para que seja encaminhado à Sr^a Advogada-Geral da União, para que providencie no prazo constitucional, sob pena de prática de crime de responsabilidade, as informações referentes à sua participação nos episódios que culminaram com a demissão do ex-Advogado-Geral da União, Sr. Fábio Medina Osório.

Da mesma forma, tem mais um requerimento convocando o Sr. Eliseu Lemos Padilha, Ministro Chefe da Casa Civil, para que ele esclareça os fatos que foram denunciados pela revista semanal *Veja* do último dia 10 de setembro, da mesma forma também convocando a Sr^a Grace Maria Fernandes Mendonça a prestar os devidos esclarecimentos a respeito da notícia veiculada na revista semanal *Veja* do dia 10 de setembro, segundo a qual o ex-Advogado-Geral da União Fábio Medina Osório afirma que foi demitido da AGU porque o Governo Federal pretendia abafar a Operação Lava Jato.

Sr. Presidente, esses requerimentos estão sobre a mesa e para que nós possamos fazer a futura e devida apreciação pelo Plenário, preferencialmente na sessão de amanhã, eu solicito a V. Ex^a a leitura desses requerimentos que estão sobre a mesa que são requerimentos de convocação da Advogada-Geral da União, do Sr. Eliseu Padilha e também de informações que já foram declinadas por mim e pelo Senador Humberto Costa. Termos em que peço deferimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu, atendendo, na forma do Regimento, ao Líder Humberto Costa e Randolfe Rodrigues, queria informar que:

Há, sobre a mesa, **Requerimento de Informação nº 685, de 2016**, nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado, dirigido à Comissão Diretora da Casa para que, obviamente, seja encaminhado e dê consequência ao pedido de informação referente às atribuídas informações ao Ministro Chefe da Casa Civil, ao fato de agir para abafar a Lava Jato, que vem do ex-Advogado-Geral da União. **(Requerimento nº 685/2016 - Vide item 2.1.8 do sumário)**

Nesse sentido, atendendo ao pedido de V. Ex^a à Mesa, esta Presidência vai encaminhar à Mesa Diretora os requerimentos, conforme solicitado. Da mesma forma, o **Requerimento de Informação nº 682, de 2016 - Vide item 2.1.8 do sumário**) também dirigido à Comissão Diretora, que busca informações, solicita informações sobre qual papel da Casa Civil da Presidência da República, na assistência ao Presidente da República, em relação às orientações ao ex-Advogado-Geral da União quanto à atuação daquele órgão relativa à Operação Lava Jato. São requerimentos apresentados que serão encaminhados à Mesa Diretora para parecer e, obviamente, como temos feito, que se faça a solicitação das informações requeridas. **(Requerimento nº 682/2016 - Vide item 2.1.8 do sumário)**

Há também dois requerimentos sobre a mesa, com base no disposto no *caput* do art. 50 da Constituição Federal, que requer seja convocada a Advogada-Geral da União, Grace Maria Fernandes de Mendonça, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito da notícia veiculada à revista semanal *Veja*, no dia 10 de setembro de 2016, segundo a qual o ex-Advogado-Geral da União Fábio Medina Osório afirma que foi demitido da AGU porque o Governo Federal quer abafar a Operação Lava Jato. Tem a devida justificativa. Ele será incluído na Ordem do Dia e, obviamente, a partir de entendimento de Líderes e do Plenário, será apreciado. **(Requerimento nº 686/2016 - Vide item 2.1.8 do sumário)**

Há também outro requerimento sobre a mesa, com base no disposto no mesmo art. 50 da Constituição Federal e no Regimento da Casa, que requer seja convocado o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito da notícia veiculada na revista semanal *Veja*, no dia 10 de setembro de 2016, segundo a qual o Advogado-Geral da União Fábio Medina Osório afirma que foi demitido da AGU porque o Governo Federal quer abafar a Lava Jato. Uma de autoria do Senador Humberto



Costa e Líder Randolfe Rodrigues. (**Requerimento nº 687/2016 - Vide item 2.1.8 do sumário**)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eles entrarão, obviamente, na pauta da próxima sessão, a partir de solicitação dos Líderes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Ex^a. Solicito de V. Ex^a a minha inscrição como Líder na lista de oradores do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – V. Ex^a está inscrito após a Senadora Fátima Bezerra, que já está na tribuna.

Faço só a leitura aqui.

Requerimento nº 681, de 2016, do Senador Roberto Muniz, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar do Fórum Público da OMC, em Genebra, na Suíça, nos dias 27 a 29 de setembro do corrente ano, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 23 a 30 de setembro de 2016.

(**Requerimento nº 681/2016 - Vide item 2.1.8 do sumário**)

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

Eu pediria só a um dos colegas, inclusive ao Senador Randolfe, se V. Ex^a poderia aguardar a sua vez aqui na Presidência nos dando esse privilégio, seria um prazer.

Senadora Fátima Bezerra, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero inicialmente, agora depois de aprovado o Projeto de Lei nº 210, saudar os agentes comunitários de saúde de endemias de todo o Brasil.

Conforme eu disse agora há pouco, em nome da Bancada do PT, mais um passo foi dado rumo à valorização de uma categoria muito especial. São mais de 300 mil profissionais em todo o País, profissionais de origem modesta, de origem simples, mas que demonstram no exercício da sua profissão muito amor, muita dedicação e muito espírito público.

O trabalho dos agentes comunitários de saúde de endemias é um trabalho muito meritório no contexto da prevenção da saúde pública no nosso País. Portanto, nada mais justo que a aprovação desse projeto, que vem na direção de afirmar os direitos deles, direitos previdenciários, direitos trabalhistas e direito inclusive à capacitação e ao aperfeiçoamento.

Mas, Sr. Presidente, quero aqui nesta tribuna fazer um registro, Senador Randolfe, acerca dos resultados do Ideb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2015, que foram divulgados na última quinta-feira pelo MEC, índice esse que é medido, que é avaliado pelo Inep.

Eu quero dizer que, na verdade, o Ideb 2015 não trouxe maiores novidades. Por quê? Porque ele revelou uma tendência já em curso, Senador Randolfe. De um lado, uma tendência que já vinha sendo verificada desde 2005, que é a melhoria, os avanços no que diz respeito ao ensino fundamental, principalmente nos anos iniciais, embora também não tenha havido recuo nos anos finais. De outro lado, o Ideb, infelizmente revelou outra tendência no que diz respeito a outra etapa muito importante da educação básica, que é o ensino médio, que foi a tendência de estagnação, infelizmente.

É importante lembrar que, no que diz respeito ao ensino fundamental, a meta prevista era de 5,2, e o resultado alcançado agora no Ideb de 2015 ultrapassou, foi de 5,5.

É bom lembrar que, ao falar dessa etapa do ensino fundamental, nós estamos falando de 117,9 mil escolas espalhadas por todo o País. Nós estamos falando de mais de 15 milhões de alunos espalhados por todo o País.

Esse avanço que houve no Ideb 2015, no que diz respeito ao ensino fundamental, mais precisamente com relação aos anos iniciais, revela o acerto de programas importantes que foram implementados nos governos Lula e Dilma, como o PNAIC, que é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Revela também o acerto dos governos do PT, Lula e Dilma, ao fortalecer a colaboração entre a União e os Municípios, o chamado regime de colaboração.

Eu não tenho nenhuma dúvida, ao termos ultrapassado a meta prevista, que era de 5,2, chegando a 5,5, da importância do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no que diz respeito às políticas de formação de professores, no que diz respeito a dotar as escolas do ensino fundamental de uma melhor infraestrutura, inclusive do ponto de vista pedagógico. Esse programa, o PNAIC, contribuiu significativamente para que nós avançássemos no Ideb 2015 com relação ao ensino fundamental.

Lamento, Senador Randolfe, que esse programa esteja ameaçado pelo Governo biônico que aí está.



Há uma apreensão em todo o País por parte dos professores, das escolas e das famílias, porque o programa simplesmente está suspenso. E isso é muito grave quando, ao revelar avanço no chamado ensino fundamental, o Ideb constata a sua importânci.

Com relação ao ensino médio, é o contrário. Infelizmente, com relação ao ensino médio não houve avanço nenhum, ou seja, a tendência que já vinha sendo mostrada foi constatada mais uma vez, de estagnação. Isso nos deixa muito preocupados, porque não é uma etapa qualquer da vida. O ensino médio é a etapa voltada exatamente para os adolescentes. Trata-se da transição entre a educação básica e o acesso ao ensino superior.

Agora, é preciso refletir quais são as razões que levam a essa estagnação com relação ao ensino médio. Por que o ensino médio oferecido pelas redes estaduais está tão defasado? Por que ele perdeu a atração?

Então, Senador Randolfe, antes de mais nada, é preciso levar em consideração, infelizmente, a incapacidade dos Estados, que têm o dever constitucional de apresentar políticas para essa etapa e assegurar o acesso dos estudantes ao ensino médio.

É preciso perguntar por que os Estados, infelizmente, na sua grande maioria, estão fracassando no que diz respeito à qualidade do ensino médio em nosso País. Por que os Estados não têm capacidade de oferecer uma rede escolar atrativa no ensino? Essa é uma pergunta que o Brasil inteiro deve fazer.

Eu concordo com os estudos que têm sido feitos, Senador Randolfe, que mostram o que está por trás, digamos assim, dessa estagnação no campo do ensino médio: primeiro, os currículos defasados, que, portanto, não atraem os estudantes; segundo, a gestão, que no geral ainda é centralizada, é uma gestão inclusive impermeável à participação social; terceiro, a estrutura das escolas, no geral, é muito precária, é deficitária. A maioria das escolas, imaginem, não está nem sequer sintonizada com as novas tecnologias, quando nós estamos em pleno Século XXI.

E, por fim, outro fator igualmente importante, igualmente estruturante, que explica, repito, esse quadro de estagnação no ensino médio, que são as condições de trabalho do professor. Os professores são mal remunerados em todo o País. Os professores ainda estão lutando pelo cumprimento da Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial do magistério.

Daí por que, Senador Randolfe, esse cenário onde não houve avanços de maneira nenhuma no ensino médio, pelo contrário houve estagnação, esse cenário revela, primeiro, a necessidade de perseguirmos com afinco as metas do novo Plano Nacional da Educação, que será totalmente inviabilizado caso seja aprovada a famigerada PEC nº 241, que congela os investimentos públicos no que diz respeito à saúde e à educação. A PEC nº 241, é bom lembrar, vai inclusive acabar com a vinculação constitucional para a saúde e para a educação.

Senador Randolfe, quando se olha para a fotografia das escolas do ensino médio ofertadas pelas redes estaduais, verifica-se que não houve avanço. É uma fotografia em que o estudante não se sente atraído. O estudante não se sente feliz por estar naquela escola. Por outro lado, quando se olha outra fotografia, também das escolas do ensino médio, dos institutos federais de educação profissional e tecnológica do nosso País, o que se vê? Vê-se uma corrida cada vez maior em busca dos institutos federais, por aquilo que os institutos federais têm conseguido, que é uma estrutura curricular que, esta sim, atrai os estudantes pelo que ela tem de sabedoria, uma estrutura curricular que traz a formação para a cidadania e o preparo e a formação para o mercado de trabalho. É enorme a alegria dos estudantes e de suas famílias. Como eles vibram quando os seus filhos conseguem adentrar nos institutos federais de educação profissional e tecnológica por este País afora.

Então fica a pergunta: por que na rede estadual não é assim? Está explicado. É porque a rede federal de educação profissional e tecnológica apostou, investiu. Os institutos federais de educação são exemplos concretos do quanto nós podemos avançar na resignação do ensino, na reestruturação das escolas das redes estaduais e na valorização dos trabalhadores em educação.

Daí por que, Sr. Presidente, é importante, repito, perseguirmos com afinco as metas do novo Plano Nacional de Educação. Nós não precisamos de soluções mágicas nem tão pouco de reinventar a roda. O caminho está traçado e não pode ser outro, senão realizar as metas do novo Plano Nacional de Educação, com destaque principalmente para que metas? Primeiro, a meta que trata da valorização e da qualificação dos profissionais da educação, assegurando-lhes melhoria salarial, formação continuada e carreira atrativa; segundo, a meta que trata da gestão democrática, com diálogo e integração entre estudantes, comunidade e escola; terceira meta, da educação em tempo integral, com ampliação gradativa da oferta; quarta meta, da base curricular comum nacional, que deve ser amplamente debatida com a sociedade, com os estudantes, professores, gestores e especialistas.

E, por fim, a meta que trata do financiamento, a meta que trata da aplicação dos 10% do PIB em educação, porque sem o financiamento adequado, sem o orçamento adequado todas as demais metas se tornarão inexequíveis. Elas se tornarão exatamente o quê? Inviáveis.

Senador Randolfe, eu quero inclusive pontuar que nós temos no Congresso Nacional um projeto de



reformulação do ensino médio que está tramitando, está na Câmara dos Deputados. É um projeto de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais. Eu conheço o projeto, mas quero alertar que, em função dos resultados do Ideb que foram divulgados, resultados que sem dúvida nenhuma requerem que o Brasil olhe com mais atenção ainda para a educação, resultados que requerem que nós cobremos cada vez mais dos governos, seja em nível federal, estadual ou municipal, compromisso e prioridade para com a educação, nós não podemos aprovar um projeto de lei de forma atropelada, sem o debate necessário e, mais do que isso, sem que ele esteja em consonância com o novo Plano Nacional de Educação.

Eu escutei pela imprensa que o Ministro da Educação, demonstrando preocupação, o que é válido sem dúvida nenhuma, para apressar a aprovação do projeto de lei que trata da reformulação do ensino médio, aventou a possibilidade de fazê-lo inclusive através de medida provisória.

Quero dizer que esse não é o caminho mais oportuno, esse não é o caminho mais adequado. Nós não vamos instituir uma nova política de ensino para reformular o ensino médio, por tudo de que ele precisa, seja a reformulação do ponto de vista do seu conteúdo curricular, sejam as reformulações que precisa haver para que essa escola se torne atrativa, nós não podemos fazer isso através de medida provisória. Repito, esse não é o caminho oportuno, esse não é o caminho adequado.

O que nós temos que fazer é com relação ao projeto de lei que está na Câmara. Repito, acelerarmos o debate do projeto de lei, aí sim, lembrando que ele tem que estar em sintonia com o novo Plano Nacional de Educação, na medida em que, repito, não há necessidade de solução mágica nem de se inventar a roda. O rumo, o caminho já está traçado através das metas do novo Plano Nacional de Educação. O debate acerca da Base Nacional Comum Curricular também foi exaustivamente feito. Infelizmente, o Governo suspendeu o envio, inclusive das medidas que seriam regulamentadas quando esse debate foi, repito, amplamente feito em todo o País.

Aliás, de acordo com o novo Plano Nacional de Educação, a Base Nacional Comum Curricular já é para ser implementada neste ano.

Então, eu creio, para concluir, Senador Randolfe, que o caminho, portanto, é o novo Plano Nacional de Educação. Vamos acelerar o projeto de lei, que está aqui no Congresso Nacional, que trata da reformulação do ensino médio, mas, repito, em consonância, em sintonia com o novo Plano Nacional de Educação.

Por fim, quero dizer que, sem dúvida nenhuma, eu acho que a maior contribuição que poderia ser dada para que possamos superar esse quadro em que não houve avanço no ensino médio e que nos preocupa muito, esse quadro de estagnação no ensino médio, a maior contribuição seria esse Governo ilegítimo que aí está arquivar a PEC 241. Porque, se essa PEC 241 for aprovada, se ela for implementada e, portanto, congelar os gastos nas áreas sociais por 20 anos e acabar com a vinculação constitucional para a educação, Senador Randolfe, não vai haver melhoria do Ideb de maneira nenhuma.

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito pelo contrário, o que nós melhoramos no Ideb nesses anos, repito, inclusive no ensino fundamental e no ensino dos anos iniciais, nós vamos ver em brutal retrocesso.

Por isso é que nós temos que lutar – e muito! – para que a PEC 241 não seja aprovada. Porque essa PEC, repito, se aprovada, vai significar um atentado contra a educação brasileira. Não vai haver melhoria do Fundeb com isso, porque é impossível um projeto de Nação inclusiva, solidária, justa prescindir do direito à educação do seu povo. E nós não vamos, de maneira nenhuma, manter as conquistas que obtivemos durante esse período todo e avançar mais, realizando as metas do novo Plano Nacional de Educação, à luz de propostas desastradas como é a PEC 241, que vem na direção de congelar os gastos nas áreas sociais.

Então, encerro, Senador Randolfe, dizendo que, sem dúvida nenhuma, estaremos todos atentos aqui para que possamos cobrar de todas as esferas do Poder Público iniciativas, medidas, ações, programas para que o Ideb possa seguir melhorando e, portanto, traduzindo aquilo de que um país jamais pode abrir mão, que é o direito a uma educação pública, universal, gratuita e de qualidade.

(Durante o discurso da Sr^a Fátima Bezerra, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Fátima, e a cumprimento pelo pronunciamento.

Peço a V. Ex^a que assuma rapidamente a Presidência para que eu possa fazer uma saudação da tribuna.

(O Sr. Randolfe Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Fátima Bezerra.)



A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, aqueles que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado... Agradeço, Presidente, a tolerância sua para, ainda neste final de sessão, fazer um rápido registro.

A data de amanhã, Sr^a Presidente, tem uma importância central para a história do meu Estado, o Amapá. Foi na data de amanhã, há exatos 73 anos, dia 13 de setembro de 1943, que o Presidente Getúlio Dornelles Vargas, através do Decreto Lei nº 5.812, criou três novos Territórios Federais: o Território Federal do Rio Branco, atual Estado de Roraima; o Território Federal do Guaporé, desmembrado dos Estados do Amazonas e do Mato Grosso, que hoje constitui o Estado de Rondônia; e o Território Federal do Amapá.

Essa história, a criação do nosso Território Federal do Amapá, quando passamos a ter uma identidade – embora ainda não tivéssemos a tão sonhada autonomia, passamos, a partir daquele momento, a ter uma identidade própria na Federação brasileira –, é uma história que antecede a própria presença dos ocupantes, os colonizadores portugueses e europeus, naquela região.

Aliás, Sr^a Presidente, a nossa região, o nosso Amapá, localizado na margem esquerda do Rio Amazonas, território e área de inúmeros ecossistemas, muito nos orgulha. Aliás, nenhum outro canto do País – e talvez poucos cantos do mundo – tem a diversidade de ecossistemas do nosso Amapá.

É o Amapá uma área de 143 mil quilômetros quadrados, ocupada por manguezais nas margens do seu Rio Amazonas e na margem do seu Atlântico; por Cerrado – muito parecido com o Cerrado que temos aqui em Brasília, no nosso Centro-Oeste –, espaço privilegiado para plantio, inclusive, da soja recentemente; com florestas de várzea e de terra firme, sendo 74% dessas florestas localizados em área de terra firme; campos inundáveis distintos, várzeas, e esses campos, localizados em duas regiões das mais belíssimas do Amapá, que dá muita razão de orgulho para nós amapaenses: as regiões dos lagos do Procuúba e as regiões do lago e das margens do Rio Aporema.

É o Amapá o local desse conjunto de cinco ecossistemas; é o Amapá um local de domínios geográficos distintos; é o Amapá o local em que temos as planícies e, mais ao Norte e mais a Noroeste, o início da Serra, o planalto da Serra do Tumucumaque.

Nós nos orgulhamos de ser o Estado da Federação brasileira com suas terras indígenas todas já demarcadas. Nós nos orgulhamos também de ser o único Estado da Federal brasileira e um dos poucos cantos do mundo em que os ecossistemas originais ainda estão de pé.

Este Amapá, como já disse, Sr. Presidente Sérgio Petecão, que é de um Estado irmão nosso, onde nascem as águas do Estado do Acre e que, tal qual o Amapá, foi Território Federal também e se emancipou antes de nós – o Estado de V. Ex^a se emancipa nos anos de 1960; nós somos da emancipação só à luz de Constituição de 1988 –, este Amapá é a terra de diferentes povos que habitavam antes mesmo da chegada dos portugueses.

É o Amapá a terra dos galibi, dos waiãpy, dos uaçá, dos tiryió, dos tucuju, que dão, inclusive, a denominação ao nosso povo e à nossa gente. Chamamo-nos, com muito orgulho, de povo tucuju, porque foi esse um dos mais representativos daqueles povos que ocupavam a diversidade da margem esquerda do Amazonas no decorrer dos séculos que antecederam a chegada dos portugueses.

Esses povos conseguem manter identidades que sequer a fronteira europeia foi capaz de superar. Entre esses povos, nós temos orgulho de ter o povo palikur. E o povo palikur – nós destacamos – é um povo binacional, multinacional. A fronteira definida pelos europeus, a disputa de limites entre a França e Portugal não foi o bastante para separar o povo palikur. O povo palikur desconhece a fronteira entre o Brasil e a França, tem identidade também na Guiana Francesa, e fala o idioma da etnia palikur tanto na Guiana Francesa quanto na área que pertence ao Território brasileiro no nosso Estado do Amapá.

Foi o Amapá também área de muita disputa durante todo o século XVIII. Durante o decorrer do século XVIII, ingleses tentaram ocupar a área da então Capitania do Cabo Norte. Espanhóis anteriormente definiram essa capitania a partir do Tratado de Tordesilhas como território deles. Sucederam-se ingleses, que lá, inclusive, construíram um forte, o Forte Cumaú. Mas foram os portugueses, no final do século XVIII, que, ao erguer a Fortaleza de São José de Macapá, a maior fortaleza, a maior construção dentre as fortalezas do império colonial português no mundo, definiu a ocupação definitiva e a posse definitiva de Portugal sobre essa área.

Sr. Presidente, essa área, muitas vezes tão esquecida pelo País, muito esquecida pelo Governo da União, não deixou de ser, na sua história, espaço de disputa entre as diferentes potências europeias. Essa terra da margem esquerda do Amazonas não deixou de ser ocupada por diferentes povos, como eu já disse, mesmo antes da chegada dos portugueses.

Sr. Presidente, é no século XX que se dá a luta pela nossa identidade, depois de um século todo de



abandono, que foi o século XIX. Veja, Sr. Presidente, que os limites entre a Guiana Francesa e o império colonial, entre a Guiana pertencente aos franceses e o império colonial português; os limites entre ambos foram definidos já no século XVIII, com o chamado Tratado de Utrecht. No século XIX, esses limites são desrespeitados pela Coroa Portuguesa, visto que ela fugia da invasão napoleônica na Europa, e a primeira medida da Coroa Portuguesa foi aqui invadir a Guiana Francesa.

Durante todo o século XIX, a área, a região da margem esquerda do Amazonas, a região entre os Rios Oiapoque e Amazonas foi disputada, foi definida como área de contestado, não pertencente nem ao Território brasileiro, nem ao território francês. Foi esse lugar o canto onde se originou e se edificou uma república independente, com sede e consulado em Paris e com sede e consulado na Guiana Francesa, a República independente do Cunani.

Foi essa área da margem esquerda que, durante todo o século XIX, foi disputada, e nós fazemos questão de reivindicar que, tal qual o Acre, Senador Petecão, de V. Ex^a, nós estamos no Brasil porque lutamos para nos tornarmos Brasil. Assim como no Acre foram a foice e os machados de Plácido de Castro e de seus seguidos que definiram aquele território como Território brasileiro, foi uma tragédia, uma chacina ocorrida na vila do Espírito Santo do Amapá, no dia de 15 de maio de 1895, que demarcou as áreas da margem esquerda do Amazonas, entre o Oiapoque e o Amazonas, como Território brasileiro, consagrado pelo laudo suíço de 1º de dezembro de 1900.

A luta por autonomia passou para os anos seguintes, e, finalmente, em 1943, o governo do Presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº 5.812, criou o Território Federal. Nós temos mais de 70 anos – completaremos amanhã 74 anos – de criação como Território Federal. Essa é a data que nós reconhecemos e identificamos como data do Amapá, embora a nossa autonomia tão sonhada à comunidade federada só tenha ocorrido no dia 5 de outubro de 1988.

Reivindicamos a data do dia 13 de setembro porque consideramos fundamental nos reconhecermos na nossa história. Prezamos muito por nossa identidade cultural, prezamos muito pelos valores culturais que temos, como o marabaixo, manifestação cultural que só temos no Amapá. Prezamos muito nossa diversidade vegetal e nos orgulhamos muito dela. Prezamos muito ser o único Estado da Federação brasileira e o único de toda a Região Amazônica com seus ecossistemas naturais ainda em pé.

Esse passado, a luta de um povo que quis ser Brasil, pelo desejo de estar no Brasil, que lutou para integrar o Território nacional, que nos dá esperança de que o futuro do Amapá superará os períodos de crise que nós vivemos. Aliás, vivemos, em decorrência da gravíssimas crise econômica nacional, talvez a mais grave crise econômica da história do nosso Estado. Mas esse povo, que teve disposição e coragem para superar tantos desafios ao longo de sua história, eu tenho certeza, Presidente Petecão, de que superará mais este.

Um feliz Amapá a todos os amapaenses no dia de amanhã, no 13 de setembro, na data do Amapá, na data de nossa criação como Território Federal, mas, mais importante do que isso, a data da nossa identidade como povo, como brasileiros que ocupam a margem esquerda do grande rio e que lutam para essa terra ser promissora, o que com certeza será.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, a Sra Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Petecão, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Nós agradecemos ao Senador Randolfe.

Não há mais oradores inscritos, mas, antes de encerrar esta sessão, eu também gostaria de parabenizar todos os agentes de combate a endemias e agentes de saúde pela grande conquista nesta tarde noite de hoje, que foi a votação do projeto que tratou sobre a sua remuneração e também sobre as condições de trabalho. Eu queria fazer uma saudação especial em nome de todos os agentes de saúde, que prestam um serviço da maior importância, principalmente na Amazônia, no meu Estado, o Estado do Acre. Nós sabemos a importância desses agentes de saúde subindo os igarapés, os rios, dentro dos ramais, naquelas condições difíceis. Então, eu queria parabenizar todos, em nome dos agentes de saúde do meu Estado, esses ilustres acrianos, por essa grande conquista que vocês tiveram na sessão da noite de hoje aqui, no Senado Federal.

Não havendo mais Parlamentares inscritos, eu declaro encerrada a presente sessão e convocada outra para data e hora regimentais.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 33 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 137^a SESSÃO**EXPEDIENTE****Avisos do Tribunal de Contas da União**

Aviso nº 772/2016 (na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.068/2016, proferido nos autos do TC 010.209/2015-0, com informações referentes ao Requerimento nº 378, de 2015, do Senador Cássio Cunha Lima.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Aviso nº 774/2016 (na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópias do Acórdão nº 2.194/2016, proferido nos autos do TC 017.054/2009-0, atinente ao Requerimento nº 377, de 2016, do Senador Ricardo Ferraço.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Comunicações

Faça-se a
substituição
solicitada.
Com 11

Ofício nº 058/16-GLPSDB

Brasília, de setembro de 2016.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **DECA**, como suplente, em substituição ao Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**, para Comissão de Serviços e Infraestrutura.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Renan A.
Rubrica: Renan A.
Assinatura: SLSF
Data: 12/09/2016
Pasta: 12.49





*Designo.
à publicação
Com 11
J. Montaux*

Ofício nº 059/16-GLPSDB Brasília, de setembro de 2016.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **DECA**, como suplente, para Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em vaga destinada ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assinado digitalmente.
Nome: Fábio A.
Rubrica: Sophia Souza
Matrícula: SLSP
Data: 12/09/2016
Hora: 12:49





*Dirigido.
à publicação.
(m /)
J. Sartori*

Ofício nº 060/16-GLPSDB Brasília, de setembro de 2016.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **DECA**, como suplente, para Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em vaga destinada ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador PAULO BAUER
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Nome assinatário:	<i>Sophia A.</i>
Rubrica:	<i>Sophia Araújo</i>
Setor:	<i>SLSP</i>
Data:	<i>12/09/2016</i>
Hora:	<i>12:48</i>



Discurso encaminhado à publicação

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203, COMBINADO COM O INCISO I E § 2º DO ART. 210, DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Sem apanhamento taquigráfico.)

– Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, após uma sucessão de notícias ruins, o Brasil parece mesmo que vai deixando pra trás os anos de penúria ao começar a enxergar luz no fim do túnel. Na última semana, foi divulgado o resultado do índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, e a constatação que das 27 unidades da Federação, 20 redes estaduais tiveram desempenho melhor em relação à avaliação anterior, de 2013.

O meu estado do Pará obteve o segundo maior crescimento da nota do Ideb 2015 e, com o resultado, subiu quatro posições no ranking nacional em comparação com os dados do levantamento anterior.

Enquanto que em 2013 o Pará ocupava uma incômoda 26a colocação, os resultados do último Ideb sinalizam um avanço e, agora, já ocupamos o 22º lugar. Sim, é verdadeiro que ainda temos muito para caminhar, mas gostaria de saudar aqui a iniciativa do governador Simão Jatene, que em 2013, lançou com o apoio do BID, o Pacto pela Educação, uma iniciativa que ^busca a melhoria da qualidade da educação básica do Estado.

Em 2015, o Governo do Estado aplicou na educação básica R\$ 2,3 bilhões, entre recursos provenientes do Tesouro Estadual, do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e de convênios. O governo do Pará tem plena consciência que o alcance da qualidade educacional remete à necessidade de se manter o fluxo escolar e melhorar o desempenho do aluno, à redução do analfabetismo, à ampliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ao aprimoramento e formação do corpo docente, além da qualificação da gestão escolar e adequação da infraestrutura.

Para dar conta dessas ações herculeas de melhoria no Sistema de Educação, o governo entendeu que a construção de soluções e processos de governança deveria partir de um envolvimento direto com a sociedade, integrando diferentes setores e níveis de governo, da comunidade escolar, da sociedade civil organizada, da iniciativa privada e de organismos internacionais, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação no Pará e, assim, tomar o Estado referência nacional na transformação da qualidade do ensino público.

Tenho certeza que, no próximo Ideb o resultado será bem mais satisfatório que os dados divulgados neste ano, isto porque mais atores estão se mobilizando em prol da melhoria da qualidade da educação no Estado.

Em 2015, 21 novos parceiros, de 17 municípios, assinaram o Termo de Compromisso do Pacto, dentre eles, a Fundação Vale, a Alcoa, a Agropalma e o Banpará, refletindo a integração dos esforços governamentais e da sociedade civil.

Em Belém, por exemplo, município que aderiu ao Pacto, tivemos resultados que conseguiram superar a meta. Na Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Garças, no bairro do Guamá, o Ideb 2015 chegou a 6,1 nas séries iniciais do ensino fundamental, superando em 2 pontos a meta de 4,1 projetada para o Estado. Belém é um dos 40 municípios que aderiram ao Pacto e, assim como a escola do bairro do Guamá, registraram crescimento no Ideb. Todos esses municípios passaram a trabalhar a educação focados em cumprir os sete desafios propostos pelo Pacto, que são:

1. Alunos do Ensino Fundamental com desempenho melhorado;
2. Alunos do Ensino Médio com desempenho melhorado;
3. Habilidades e competências dos profissionais de educação fortalecidas;
4. Rede física das escolas públicas adequadas e com recursos didático-pedagógicos disponíveis e coerentes com o Plano Político Pedagógico (PPP);
5. Gestão da Seduc e das escolas aprimorada;



6. Comunidade escolar, governos e sociedade envolvidos, e contribuindo para a melhoria dos resultados educacionais;

7. Tecnologia da informação utilizada para a melhoria da prática docente e da gestão escolar, e para a mobilização da comunidade escolar e da sociedade.

Assim como o município de Belém, outro exemplo de sucesso do Pacto pela Educação e que está conseguindo vencer os sete desafios propostos é o município de Ulianópolis, no sudeste do Pará. O resultado do Ideb das séries iniciais avançou de 5,5, em 2013, para 5,9 em 2015, assim como cresceu de 4,2 para 4,6 nas séries finais do ensino fundamental.

Na região oeste, o município de Santarém cresceu de 4,9 para 5,2 o resultado das séries iniciais e de 3,8 para 4,1 nas finais. Juruti, também no oeste, subiu de 4,2 para 4,7 nas séries iniciais e 3,5 para 3,8 nas séries finais.

Acredito que com o resultado dos municípios que escolheram optar pelo Pacto, novos atores se somarão a este processo para a melhoria da educação e, até 2020, o Pará conseguirá atingir sua meta de aumentar em 30% o Ideb da rede pública nos níveis do ensino fundamental e médio.

A meta é bastante audaciosa, porém é factível e, com o compromisso do governo Simão Jatene, conseguiremos transformar o Estado em referência nacional. Esse é o jeito do PSDB fazer política. Com compromisso e seriedade, buscando se desafiar com metas arrojadas e propondo um envolvimento direto com a sociedade, tenho

plena certeza que conseguiremos avançar, deixando para trás todas as agruras de uma história que felizmente já faz parte do passado.

É isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento encaminhado à publicação

AGRICULTURA: O MOTOR DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.

Cada dia mais a população brasileira reconhece que os produtos provenientes da agricultura brasileira estão em demanda não apenas no mercado doméstico, mas no mundo todo.

Os brasileiros construíram de fato uma agricultura com padrão mundial no que diz respeito à capacidade de produção e qualidade dos produtos.

Os números sustentam essa percepção. De 1990 e 2015, o saldo comercial total do Brasil alcançou US\$ 380 bilhões, e foi positivo somente porque a agricultura contribuiu com **US\$ 942 bilhões** nesse período. Nesse período, a contribuição dos demais setores da economia brasileira foi, no mesmo período, negativa em US\$ 562 bilhões.

Todavia, o fato de nos últimos 25 anos a agricultura ter dado sustentação ao saldo comercial brasileiro, não significa que o setor está pronto nem que as condições estruturais estejam adequadas.

Ao contrário, os agricultores brasileiros precisam ser parabenizados por terem conseguido tamanha proeza enfrentando diversas fragilidades estruturais.

Vários fatores localizados fora da propriedade rural, e que não dependem da gestão do produtor, tem contribuído para a falta de condições adequadas do ambiente de negócio que confira maior competitividade para a produção brasileira disputar mais mercados internacionais, manter o mercado doméstico frente aos produtos mais competitivos de outros países e incluir cada dia mais pequenos e médios produtores que não foram incluídos nesse sistema eficiente.

Uma fatia significativa de agricultores pequenos e médios, aproximadamente 70%, ainda não incorporaram em suas atividades as tecnologias já disponíveis. **Muitos agricultores, mesmo disposto de uma estrutura produtiva, que é sua propriedade rural, não conseguiram redimensionar o padrão de renda familiar.**

Nesse momento de crise econômica e falta de disponibilidade orçamentária, a reformulação da estrutura de gestão do Estado seria primordial para lançar as bases para uma mudança profunda na formulação e execução de uma política agrícola eficiente.



Significativa parcela do que se denomina custo Brasil tem origem na burocracia, morosidade e falta de planejamento na esfera pública que penaliza os setores produtivos.

Muito se falou em desburocratização nos últimos anos, mas pouco ou nada de efeito real se verificou.

A dificuldade de se levar a cabo uma **reforma administrativa** que produza os resultados esperados, passa, em grande medida, pela forma como se pensa a desburocratização. Fala-se em desburocratizar o Brasil, o Governo. E isso, pelo tamanho do empreendimento, naufraga no próprio universo megalomaníaco e não chega a bom termo. Fica no caminho das promessas.

Um método que pode ser eficaz para a realização de uma reforma administrativa é empreendê-la por segmentos, abordando a interação entre os setores público e privado na realização da prestação de serviço necessária ao florescimento de um determinado segmento, e sempre direcionada por princípios gerais.

Uma reforma administrativa, para ser bem sucedida, precisa inicialmente definir claramente as responsabilidades dos setores públicos e privado na condução de um determinado segmento econômico. A responsabilidade pela segurança de um produto ou serviço, deve ser sempre atribuída ao setor privado que se propõe a produzir ou prestar serviços.

Ao Estado, de forma resumida, cabe regulamentar de maneira sistemática cada segmento, naquilo que é necessário para garantir, especialmente, as condições indispensáveis ao funcionamento de seu aparato de fiscalização. O Estado precisa saber de forma objetiva o que se pretende produzir, onde e como será produzido ou qual serviço se pretende prestar.

Com isso, o Estado reduziria sua atuação no momento da autorização e registro de uma atividade econômica e ampliaria suas ações no campo da fiscalização. Teria condições de romper com a cultura cartorial do setor público. **Atualmente, o Estado transforma o momento de autorização ou registro de uma atividade ou produto em verdadeira corrida de obstáculos e, após autorizar e registrar esquece que o que garante de fato a qualidade e a segurança daquilo que o setor privado se comprometeu realizar não é o moroso e dispendioso processo de registro e autorização e sim a fiscalização efetiva dos locais de produção daquilo que se registrou ou autorizou produzir ou da prestação de serviço.** É comum verificar empreendimento que, após receber um registro ou autorização passa década sem que uma fiscalização



verifique se a produção e a prestação de serviço estão ocorrendo da forma como foi inicialmente proposta pelo setor privado.

No âmbito municipal, os procedimentos para a emissão de alvarás ilustram bem essa distorção dos papéis. Na maioria das cidades, crie-se um cartório para emitir o alvará e negligencia-se a fiscalização dos estabelecimentos após a emissão do alvará de funcionamento.

Após a reformulação da estrutura de gestão do Estado, seguramente seria mais fácil e menos dispendioso encaminhar as soluções dos gargalos logísticos, o que melhoraria sobremaneira o desempenho da agricultura brasileira.

Por mais de uma década os representantes dos produtores rurais buscam soluções para:

» A falta de **segurança jurídica e paz no campo**. Solicitam maior transparência nos processos de demarcação de terras indígenas e áreas de remanescente de quilombo. Adoção de medidas que coibam as invasões de propriedades e garantam o cumprimento das ações de reintegração de posse de áreas já invadidas.

» Melhorar a competitividade dos produtos agropecuários brasileiros no mercado internacional, que é prejudicada pelos elevados custos de transportes. A causa principal é a ausência de **logística e infraestrutura** que garanta o acesso adequado da região produtora aos terminais portuários ou portos. Nem mesmo uma navegação de cabotagem eficiente e competitiva o Governo conseguiu até hoje viabilizar, mesmo dispondo de 8 mil quilômetros de litoral e uma enorme Região Norte recortada por rios navegáveis. Nesse ponto específico, cabe ressaltar que a construção de uma **infraestrutura espacial** se torna cada dia mais relevante para a produção rural, especialmente no que diz respeito à agricultura de precisão, que tem o como insumo o uso de satélites.

» Restaurar a autonomia e competência negociadora que permita concluir **acordos de livre comércio** com seus principais parceiros, em especial com a União Europeia. Promovendo por exemplo uma avaliação governamental realista sobre o custo benefício da participação no Mercado Comum do Sul – Mercosul para o Brasil. A modalidade na qual participa o Chile, permite-lhe ter acesso aos mercados do Mercosul e não lhe tolhe a iniciativa de firmar acordos comerciais com outros blocos ou países.

» O fortalecimento das instituições que prestam **assistência técnica**, inclusive **assistência para o desenvolvimento de mecanismos de gestão**, que pode representar uma iniciativa



extremamente importante para a modernização e **melhoria da geração de renda no setor rural.**

» Criação efetiva de sistemas de **financiamento e seguro** que efetivamente permitam aos agricultores o acesso rápido e continuo.

Além das demandas consideradas clássicas do setor, a **reformulação do sistema de inovação tecnológica aplicada à agricultura** é fundamental. Em que pese o excelente trabalho realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **Embrapa**. Temos clareza de que a Embrapa não pretende o monopólio da pesquisa agrícola brasileira nem abarca todo o universo de pesquisa e desenvolvimento que são relevantes para a moderna agricultura e pecuária. A Embrapa constitui mais uma instituição de excelência que compõe os sistemas públicos de ciência, tecnologia e inovação. Uma integração dessas instituições dentro de uma política agrícola sistematizada teria reflexo em todos os instrumentos da cadeia produtiva.

Outra ação que seria fundamental para melhorar o ambiente de negócios para a agricultura brasileira seria o redirecionamento das ações do **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**. Nos últimos anos, foi desastrosa a política levada a cabo pelo Banco de Fomento, que optou por emprestar dinheiro com juros subsidiados para grandes conglomerados, alguns em dificuldades financeiras, e para governos duvidosos, em detrimento da opção de financiar a **inovação empresarial e a inovação tecnológica** domésticas. A inovação empresarial e tecnológica é fundamental para fomentar a concorrência, fator que possibilitará ao agricultor acesso a insumos mais baratos e a maior número de compradores para a sua produção.

Administrar o ambiente de negócios doméstico para garantir que a agricultura brasileira possa crescer mais, manter o padrão mundial sendo competitiva, **é um grande desafio para o futuro.**

Equivocadamente no Brasil, ao longo das últimas décadas, aprofundou-se o processo de fragmentação da formulação de políticas para as áreas que compõem o plural ambiente de negócios que é fundamental para o florescimento continuo da agricultura brasileira.

Não dá para planejar uma política para a agricultura sem a efetiva interação realista e aprofundada como, por exemplo, o sistema de inovação tecnológica, a legislação trabalhista, o sistema tributário, a estrutura logística, o turismo rural, a política para a taxa de juros, para a taxa de cambio e a estratégia para o comércio internacional.



Romper com a visão fragmentada de setores que necessariamente devem ser sistematizados requer adequado planejamento e dispensa, inicialmente, grandes investimentos. **Requer inteligência, competência e planejamento.**

Aproveitar a demanda no mercado doméstico e internacional por produtos agrícolas representa uma oportunidade para a geração de empregos no Brasil e riquezas para os brasileiros.



Acesso e desenvolvimento de tecnologias: receita para melhorar a renda dos agricultores.

Com área total de 8,5 milhões de km² o Brasil é um país generoso para o setor produtivo. Nesse vasto território, a agricultura praticada pelos brasileiros compõe um verdadeiro mosaico.

A agricultura é, efetivamente, a atividade que mais ocupa e utiliza o espaço rural. Além da produção de alimentos, tem interação diária e direta com a preservação do meio ambiente e das paisagens, que são cada vez mais aspectos valorizados pelos produtores rurais.

O Brasil efetivamente já domina o conhecimento e a prática de como fazer uma boa agricultura.

Há 50 anos atrás o Brasil era importador de alimentos. De 20 anos para cá o Brasil se tornou um grande exportador de alimentos.

No ranking mundial o Brasil é o 1º exportador de açúcar, café, suco de laranja, carne bovina e de frango. É o 2º exportador de soja em grãos, milho, carne suína e algodão. São dados que confirmam a pujança da produção rural brasileira.

Contudo, a realidade dos produtores rurais quando o foco é direcionado para o rendimento *per capita* das famílias, o campo é também um grande mosaico.

De acordo com dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, atualmente dos cinco milhões de agricultores e pecuaristas brasileiros, 300 mil respondem por mais de 80% da renda do setor. Seria interessante desenvolver o potencial de mais produtores e, assim, distribuir melhor a renda no campo.

O caminho para conseguir esse objeto, efetivamente passa pela estruturação da assistência técnica e a extensão rural de Norte a Sul do Brasil. Muitos produtores rurais no Brasil ainda não adotam as tecnologias já desenvolvidas. Nesses casos, a baixa produção não decorre da falta de tecnologias, mas sim da falta do acesso a elas.

Todavia, embora muitas tecnologias estejam disponíveis, não significa que a inovação não seja necessária. Ao contrário, o desenvolvimento de novas tecnologias para adaptar a atividade agropecuária a fatores climáticos como a seca no Nordeste e de plantas resistentes a pragas e doenças são fundamentais e, inclusive, o desenvolvimento de novas ferramentas de gestão.



Entretanto, de acordo com dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI o investimento nacional em pesquisa e desenvolvimento – P&D não acompanha a pujança da agricultura brasileira.

No ano 2000 o Brasil investia U\$ 16,6 bilhões em P&D (1,04% do PIB), em 2013 investiu U\$ 39,7 (1,24% do PIB).

A China, no mesmo período, saiu de U\$ 32,6 bilhões (0,9% do PIB) para U\$ 336,5 bilhões (2,8% do PIB).

A Coréia do Sul saiu de U\$ 18,5 bilhões (2,18% do PIB) para U\$ 68,9 bilhões (4,15% do PIB).

A Alemanha, de U\$ 52,4 bilhões (2,4% do PIB) para U\$ 101 bilhões (2,85% do PIB).

Verifica-se, portanto, que os países que estão conseguindo destaque no campo do desenvolvimento econômico e social, aportam cada vez mais recursos em atividades de P&D em percentuais mais elevados que o Brasil.

Além da necessidade de ampliar os serviços de assistência técnica e a extensão rural, aportes em pesquisa e desenvolvimento, é fundamental a realização de um choque de marketing, uma pancada de mercadologia, para transformar em verdadeira grife a expressão - Produzido no Brasil - quando associada aos produtos da agricultura brasileira. A expressão *Made in Italy* - Feito na Itália - tem muito peso e credibilidade. Ferrari e Armani são referências.

Esse grau de excelência da produção brasileira já existe. Cada Região, cada Estado, cada Município, cada produtor brasileiro se orgulha de ter uma produção local pujante e de ver sua região ser identificada com seus produtos. Não desagrada os convidados aquele que servir queijos produzidos na região da Serra da Canastra em MG, costelas de tambaqui produzidos na Região Norte, frutas produzidas na Região Nordeste, espumantes produzidos na Região Sul, uma picanha bovina da Região Centro-Oeste, um excelente café ou uma saborosa moqueca capixaba. Trata-se, portanto, de melhor comunicar o que já temos.

Outra vertente que merece atenção especial do Governo é o investimento em logística: Portos, rodovias, ferrovias e hidrovias são fundamentais para o desenvolvimento e viabilidade econômica do agronegócio.

A falta de estrutura portuária adequada custou aos que utilizam o Porto de Paranaguá, de 2005 a 2015, US\$ 815,4 milhões em demurrage, que é o aluguel do navio que fica parado no porto esperando para carregar



ou descarregar. Valor que representa um acréscimo desnecessário de US\$ 9,91 por tonelada de carga. É o custo Brasil em ação.

Segundo dados da CNA, o custo do transporte da produção brasileira da lavoura ao porto é monumental. Em 2013, na Argentina o custo por tonelada era de US\$ 20, nos EUA US\$ 23, no Brasil US\$ 92. Efetivamente a falta de uma estrutura logística favorável além de reduzir a renda do agricultor, diminui a competitividade dos produtos brasileiros.

Cabe ressaltar também, que a agricultura não se limita à produção de alimentos no campo, ela está diretamente ligada às comunidades rurais e àqueles que nelas vivem e, também, aos que se deslocam diariamente das cidades para o trabalho diário ou semanal no campo. Trata-se de um setor que fomenta significativos mercados a montante e a jusante da produção agropecuária.

Proporcionar que mais agricultores aproveitem melhor o potencial de sua estrutura produtiva (sua fazenda, seu sítio), seguramente promoverá a produção de riqueza regional e a ampliação do mercado para mão de obra qualificada.

Temos o *know-how*. Temos tecnologia. Precisamos de melhor gestão, principalmente gestão pública, para fazer avançar mais rapidamente a ascensão do padrão de renda dos produtores que ainda padecem com a baixa renda.



Mensagem do Presidente da República

SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 87, DE 2016

(nº 482/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Serviços de Infraestrutura

A large, faint watermark or background graphic on the right side of the page depicts a stylized plant or leaf motif, possibly a palm frond, with several five-pointed stars integrated into its design.



Mensagem nº 482

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 e da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende.

Brasília, 8 de setembro de 2016.



ESTE DOCUMENTO NÃO FAZ PARTE DO PROCESSO



Aviso nº 569 - C. Civil.

Em 8 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



DECLARAÇÃO

Declaro e demonstro para os devidos fins, minha experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para o exercício do mandato de Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), conforme discriminação a seguir:

Nascido em 30 de janeiro de 1944, em Belém do Pará, sou Engenheiro Eletricista (CREA 1.682-D), graduado em 1970, pela Universidade Federal do Pará, onde comecei minha carreira profissional no Sistema Telebrás. Realizei cursos e estágios no Brasil e no Exterior. Tenho sido colaborador de jornais e autor de artigos publicados em livros, revistas e sites especializados.

Sou autor dos livros: "Neyde Quadros: memórias", onde registro a história de vida de minha mãe (edição do autor, 2013, ISBN 978-85-916711-0-6); "Artigos, análises e tutoriais de telecomunicações", onde reúno textos publicados em diferentes veículos (edição do autor, 2014, ISBN 978-85-916711-1-3); e "Discursos, pronunciamentos e policy statements", onde transcrevo textos pronunciados em fóruns nacionais e internacionais (edição do autor, 2016, ISBN 978-85-916711-20). Há, ainda, o livro "Juarez Quadros", editado em depoimento à Liana Forte, coleção Gente, série Telecomunicações, Universidade Estácio de Sá, onde relato à autora partes importantes de minha biografia (Editora Rio, 2006, ISBN 857579-250-4).

Possuo as seguintes condecorações e títulos: Medalha do Mérito Santos Dumont, Ministério da Aeronáutica, 1993; Ordem da Estrela do Acre, grau Grande Oficial, 1994; Ordem do Rio Branco, grau Grande Oficial, Ministério das Relações Exteriores, 1998; Ordem da Estrela do Acre, grau Grã-Cruz, 1999; Ordem do Mérito da Defesa, grau Grande Oficial, Ministério da Defesa, 2002; Ordem do Mérito das Comunicações, grau Grã-Cruz, Ministério das Comunicações, 2002; Ordem do Mérito Grão Pará, grau Grã-Cruz, 2002; Engenheiro do Ano, Clube de Engenharia do Pará, 2002 e Personalidade do Ano das Telecomunicações Brasileiras, Futurecom, 2002; Possuo, também, o título de "Associado Honorário" da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), concedido em 17/07/2014.

Fui Ministro de Estado das Comunicações do Brasil, de 04 de abril a 31 de dezembro de 2002. Antes de assumir essa posição fui Ministro Interino, acumulando a função de Secretário Executivo, de 13 a 29 de abril de 1998 e de 25 de novembro a 31 de dezembro de 1998.

No Ministério das Comunicações fui também Secretário Executivo (05/11/1997 a 03/04/2002), Secretário de Fiscalização e Outorgas (18/12/1995 a 05/11/1997) e Diretor de Serviços Públicos (04/04/1995 a 17/12/1995). Fui Coordenador da Comissão Especial de Supervisão, para coordenar os procedimentos relativos ao Processo de Desestatização das Empresas Federais de Telecomunicações no Brasil, finalizado em 1998.

Fui Presidente do Conselho Curador da Fundação CPqD (1998 a 2003) e do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico de Telecomunicações (2001 a 2002). Na Telebrás, fui Gerente de Departamento

(1985 a 1986), Diretor de Coordenação de Operações (1990 a 1995) e Presidente do Conselho de Administração (1998 a 2003). Na Telepará, fui Gerente de Departamento (1973 a 1980) e Diretor de Operações (1982 a 1985). Na Teleacre, fui Diretor Técnico-Operacional (1980 a 1982) e Presidente (1986 a 1990). Fui também Conselheiro de Administração de empresas do Sistema Telebrás: Telerj (1991 a 1993), Telebahia (1995 a 1996), Teleamapá (1995 a 1996), Telesp (1993 a 1995 e 1997 a 1998), Teleceará (1995 a 1996) e Embratel (1996 a 1997), da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (1997 a 2002) e da Embraer (1995 a 2004).

Brasília, DF, 08 de setembro de 2016.


Juarez Martinho Quadros do Nascimento

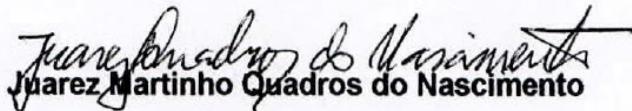
CPF 003.722.772-68



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que não atuei, nos últimos cinco anos, contados retroativamente à presente data, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Brasília, DF, 08 de setembro de 2016.


Juarez Martinho Quadros do Nascimento

CPF 003.722.772-68



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, a não existência de parentes meus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a minha atividade profissional.

Brasília, DF, 08 de setembro de 2016.

Juarez Quadros do Nascimento
Juarez Martinho Quadros do Nascimento
CPF 003.722.772-68

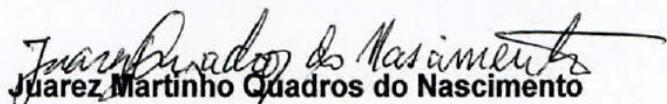


DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que nos últimos anos participei de empresas ou entidades não governamentais, conforme discriminação a seguir:

- 1) Sócio da empresa Orion Consultores Associados em Comunicações e Energia Ltda., CNPJ 05.628.024/0001-03, no período de 05/05/2003 a 19/07/2016.
- 2) Membro do Conselho Curador da Fundação para Inovações Tecnológicas – FITec, CNPJ 01.955.808/0001-95, no período de 11/01/2006 a 12/08/2016.
- 3) Membro Externo do Conselho Consultivo (Advisory Board) da Nokia Networks Ltda., CNPJ 01.108.177/0034-37, no período de 17/11/2008 a 01/09/2016.
- 4) Conselheiro Especial do Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite – Sindisat, CNPJ 07.427.211/0001-54, no período de 08/03/2013 a 15/08/2016.

Brasília, DF, 08 de setembro de 2016.


Juarez Martinho Quadros do Nascimento

CPF 003.722.772-68

08/09/2016

www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm imprimir

**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA**

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 269-01.116.959/2016
NOME : JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
ENDERECO : SQSW 101 101 BL G AP 502
CIDADE : SETOR SUDOESTE
CPF : 003.722.772-68
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 07 de Dezembro de 2016.

Brasília, 08 de Setembro de 2016.

Certidão emitida via internet às 18:06:17 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

Setembro de 2016

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 13 95

08/09/2016

www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm imprimir

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 269-01.117.153/2016
NOME : JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
ENDERECO : SQSW 101 101 BL G AP 502
CIDADE : SETOR SUDESTE
CPF : 003.722.772-68
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 07 de Dezembro de 2016.

Brasília, 08 de Setembro de 2016.

Certidão emitida via internet às 19:47:52 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

08/09/2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
CPF: 003.722.772-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 18:00:22 do dia 08/09/2016 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/03/2017.

Código de controle da certidão: **1846.8EA7.729D.5AFD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, a existência de ação judicial na qual figuro como autor, de rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica (imposto com exigibilidade suspensa por decisão judicial, porém depositado judicialmente), conforme Processo nº 2004.34.00.005348-2/Vara: 22ª/Seção: R.

Declaro ainda a não existência de ação judicial na qual figure como réu.

Brasília, DF, 08 de setembro de 2016.



CPF 003.722.772-68



Projetos de Lei do Senado

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2016 (Complementar)

Dispõe sobre instrumento de cooperação federativa para transferência à União de competências educacionais de Estados, Distrito Federal e Municípios.

AUTORIA: Senador Cristovam Buarque

DESPACHO: Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° DE 2016- COMPLEMENTAR

Dispõe sobre instrumento de cooperação federativa para transferência à União de competências educacionais de Estados, Distrito Federal e Municípios.

SF/16912.32/31-70
III

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece, como instrumento de cooperação federativa, a transferência à União de competências educacionais de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Parágrafo único. A transferência de competências educacionais objetiva assegurar o acesso dos estudantes à educação básica de qualidade, independentemente de local de residência ou classe social.

Art. 2º A transferência de competências educacionais à União será feita mediante lei específica do ente transferidor, observada esta Lei Complementar.

§ 1º A transferência ficará condicionada ao aceite da União.

§ 2º Após o aceite, a União realizará todas as ações necessárias ao alcance do Padrão Nacional Mínimo de Qualidade da Educação Básica pelo sistema de ensino pelo qual passou a ser responsável.

§ 3º O ente transferidor repassará à União os recursos que seriam por ele destinados à educação, caso não houvesse a transferência.

§ 4º A transferência poderá ser revogada a qualquer tempo pelo ente transferidor, após notificação à União com antecedência mínima de



noventa dias e desde que a revogação não gere prejuízo às atividades do ano letivo.

Art. 3º A União dará prioridade de aceite da transferência de competência educacional aos entes federados em situação crítica de desempenho.

Parágrafo único. Considerar-se-á em situação crítica de desempenho o ente que:

I – tiver o desempenho dos estudantes de seu sistema público de ensino abaixo da média nacional, consideradas as avaliações nacionais da educação básica conduzidas pela União;

II – não alcançar o Padrão Nacional Mínimo de Qualidade da Educação Básica.

Art. 4º O Padrão Nacional Mínimo de Qualidade da Educação Básica considerará:

I – a estrutura física, os equipamentos escolares e a adoção de tecnologias da informação e do conhecimento nas práticas pedagógicas escolares;

II – as condições do corpo docente quanto a plano de carreira, remuneração condigna e formação inicial e continuada; e

III – a adoção de regime de aulas em horário integral.

Art. 5º A transferência de competências educacionais à União poderá ser pactuada com previsão de implantação progressiva, desde que sejam considerados conjuntos de escolas públicas de uma mesma cidade.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SF/16912.32131-70



JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu art. 23, inciso V, estabelece como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à educação. Em adição, determina, no parágrafo único do mesmo dispositivo, que normas para a cooperação entre os entes federados devem ser fixadas por leis complementares, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Ademais, especificamente na parte da Constituição que trata da educação, há previsão de que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar seus sistemas de ensino em regime de colaboração (art. 211, CF).

Partindo dessas premissas, o mérito da inovação legislativa que ora propomos consiste em estabelecer como instrumento de cooperação federativa a transferência de atribuições em matéria educacional pelos Estados, Distrito Federal e Municípios em favor da União. Em qualquer caso, essa transferência deve ocorrer por lei específica do ente federado e fica condicionada ao aceite da União, a quem caberá atuar em substituição ao respectivo sistema de ensino, com prioridade para os que se encontram em situação crítica.

Para chegar a esse instrumento de cooperação federativa, partimos do pressuposto de que alcançar uma educação básica de qualidade, como todos queremos, com um padrão mínimo aceitável em todo território nacional, somente será possível se a União puder agir mais incisivamente para sanar as grandes desigualdades da educação no País. Assim, buscamos criar meios para que a União possa atuar diretamente para alcançarmos uma educação básica de qualidade, sem ferir o pacto federativo, já que essa função substitutiva somente poderá ser exercida nos sistemas de ensino dos entes que optarem por adjudicar suas competências em favor da União.

Com esse projeto, a exemplo das escolas federais de educação básica, pretendemos assegurar que toda escola pública tenha um padrão mínimo de qualidade, com estrutura física e equipamentos escolares modernos; regime de aulas em horário integral; e um corpo docente

SF/16912.32131-70
III



especializado, com plano de carreira, formação continuada e remuneração compatível com as praticadas nas escolas públicas federais.

Feitos esses apontamentos, e considerando a relevância educacional deste projeto, pedimos e contamos com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

SF/16912.32131-70
|||||



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 338, DE 2016

Altera a Lei nº 7.474, de 8 de março de 1986, para determinar que as medidas de segurança aos ex-presidentes da República também se aplicam aos presidentes afastados segundo o art. 86, §1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Lasier Martins

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

Altera a Lei nº 7.474, de 8 de março de 1986, para determinar que as medidas de segurança aos ex-presidentes da República também se aplicam aos presidentes afastados segundo o art. 86, §1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.

SF/16384.54459-82

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.474, de 8 de março de 1986, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

“Art. 1º

.....
§ 3º Os benefícios e prerrogativas previstos neste Lei aplicam-se também ao Presidente da República afastado em razão do disposto no art. 86, § 1º, da Constituição Federal.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto tem por objetivo superar lacuna existente no ordenamento jurídico brasileiro. Hoje, não se sabe com clareza quais são os benefícios e prerrogativas a que tem direito o Presidente da República afastado do exercício de seu mandato em razão do art. 86, §1º, da Constituição Federal.

Essa omissão legislativa pode levar a situações esdrúxulas, em que o Presidente afastado mantenha prerrogativas tais que venham a produzir dois efeitos negativos: o primeiro é o de debilitar a estrutura necessária ao bom funcionamento da Presidência da República, em momento de estresse político para o país. Em razão do próprio princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos, parece-nos que deva existir equilíbrio justo e preciso. Em segundo lugar, os benefícios ao Presidente afastado devem ser





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

suficientes para assegurar o seu bem-estar e segurança, mas não podem se tornar excessivos ao ponto de criar uma corte paralela, que tenha acesso a bens onerosos e que ofendem à ética e ao devido decoro do cargo de Presidente da República.

Parece-nos bastante adequado que nesse caso de afastamento usemos, como analogia, o que já é previsto em casos de ex-Presidentes da República. Se àqueles as prerrogativas já previstas em lei são aceitas de maneira pacífica, podemos considerar que, em caso de afastamento, devemos seguir o mesmo padrão de conduta.

A República, nunca é demais lembrar, não pode se tornar fonte de privilégios e benesses. A República deve se portar pelo decoro, ética e contrição. De tal modo, pelo exposto peço aos ilustres pares apoio a essa iniciativa.

SF/16884.54459-82

Sala das Sessões,

Senador LASIER MARTINS

PDT-RS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
 - parágrafo 1º do artigo 86
- Lei nº 7.474, de 8 de Maio de 1986 - 7474/86
 - artigo 1º





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 339, DE 2016

Dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas de natureza jurídica de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues

DESPACHO: Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

SF/16740.87524-43

Dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas de natureza jurídica de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regula os contratos de terceirização celebrados por pessoas de natureza jurídica de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes.

§ 1º O disposto nesta Lei aplica-se às empresas privadas, como também às empresas públicas, às sociedades de economia mista e a suas subsidiárias e controladas, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que explorem diretamente atividade econômica em sentido estrito, em regime de competição com o mercado, e não se viole o princípio do acesso ao serviço público por meio de concursos de provas e títulos.

§ 2º A presente lei não se aplica à administração pública direta, autárquica e fundacional, nem tampouco às empresas públicas, às sociedades de economia mista e a suas subsidiárias e controladas, inclusive de prestação de serviços públicos ou em regime de monopólio, que não desenvolvam atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços em sentido estrito.

§ 3º Aplica-se subsidiariamente ao contrato entre a contratante e a contratada, no que couber, o disposto no Código Civil, instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – terceirização: a transferência, pela contratante, da execução de atividades não-inerentes, assim consideradas as atividades econômicas que não integrem o seu objeto social, ou que não componham a sua essência econômica ou negocial, ou que possam ser dissociadas, em linha lógica de desdobramento causal, das atividades integrantes do seu objeto social, à contratada, para que esta a realize na forma prevista nesta Lei;

II – contratante ou tomadora de serviços: a pessoa jurídica que celebra contrato de prestação de serviços determinados e específicos com empresa especializada na prestação dos serviços contratados, nos locais determinados no contrato ou em seus aditivos, relacionados a parcela de atividades passíveis de terceirização nos termos do inciso I, , ou, na forma da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, a parcela de suas atividades inerentes, observando-se, em todo caso, os termos e garantias desta Lei;

III – contratada ou prestadora de serviços: a pessoa jurídica que, possuindo qualificação técnica bastante e capacidade econômica compatível com a execução contratada, presta serviços determinados e específicos, relacionados a parcela a parcela de atividades passíveis de terceirização nos termos do inciso I, ou, na forma da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, de suas atividades inerentes, observando-se, em todo caso, os termos e garantias desta Lei;

IV – atividades inerentes: as atividades econômicas integrantes do objeto social descrito nos atos constitutivos da contratante e todas as demais atividades que, realizando-se ou não nas dependências da contratante:

a) componham a essência econômica ou negocial da empresa e definam o seu posicionamento e classificação no contexto empresarial e econômico;

b) não possam ser dissociadas, em linha lógica de desdobramento causal, das atividades integrantes do objeto social; ou

c) sejam permanentemente necessárias para o funcionamento da empresa, ressalvados os serviços de vigilância, nos termos da Lei nº 7.102, de 20.06.1983, e os serviços de conservação e limpeza;





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

SF/16740.87524-43

V – atividades não-inerentes: todas as atividades econômicas não compreendidas no inciso anterior, realizadas ou não nas dependências da contratante.

§ 1º Não podem figurar como contratante ou como contratado, nos termos dos incisos II e III do caput deste artigo, a pessoa física ou natural, incluídos o produtor rural pessoa física e o profissional liberal no exercício de sua profissão.

§ 2º Também não podem figurar como contratada, nos termos do inciso III do caput deste artigo:

I – a pessoa jurídica cujos titulares ou sócios, de fato ou de direito, sejam administradores ou equiparados da contratante;

II – a pessoa jurídica cujos titulares ou sócios, de fato ou de direito, guardem, cumulativamente, com o contratante de serviços, relação de pessoalidade, subordinação e não-eventualidade;

III – a pessoa jurídica cujos titulares ou sócios, de fato ou de direito, tenham prestado serviços a contratante na qualidade de empregado ou trabalhador, sem vínculo empregatício, exceto se referidos titulares ou sócios sejam aposentados.

§ 3º A contratada deverá ter objeto social único, compatível com o serviço contratado, sendo permitido mais de um objeto quando este se referir a atividades que recaiam na mesma área de especialização.

§ 4º A qualificação técnica da contratada para a prestação do serviço contratado deverá ser demonstrada mediante:

I – a comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do contrato;

II – a indicação das instalações, dos equipamentos e do pessoal adequados e disponíveis para a realização do serviço;





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

III – a indicação da qualificação dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, quando for o caso.

§ 5º Tratando-se de atividade para a qual a lei exija qualificação específica, a contratada deverá comprovar possuir o registro de empresa e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, nos termos da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980.

§ 6º A comprovada dissonância entre o objeto social dos atos constitutivos da empresa contratante e as suas atividades econômicas habituais configura fraude à lei, com os efeitos do artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 7º A inidoneidade da empresa contratada ou do contrato de terceirização, pela inobservância dos requisitos descritos nos incisos e parágrafos anteriores, determinará a formação do vínculo empregatício diretamente com a empresa contratante.

§ 8º Configurar-se-á também vínculo empregatício entre o empregado da empresa prestadora de serviços com a tomadora de serviços quando:

I – presentes os requisitos previstos no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho; ou

II – realizadas funções diferentes das descritas nos contratos regidos por esta Lei.

§ 9º Configura-se ato de improbidade, nos termos do art. 11, V da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, permitir que o empregado terceirizado realize funções diferentes das descritas nos contratos regidos por esta Lei, não se configurando, nesse caso, o vínculo empregatício nos termos do § 8º, e observado o disposto no art. 5º, § 2º.

Art. 3º. Ressalvadas as hipóteses previstas na Lei nº. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, os serviços de vigilância, nos termos da Lei nº 7.102, de 20.06.1983, e os serviços de conservação e limpeza, é vedada a contratação de serviços terceirizados nas atividades inerentes da empresa

SF/16740.87524-43





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

tomadora de serviços, conforme definidas nos termos do inciso IV do art. 2º.

Art. 4º. A contratada é responsável pelo planejamento e pela execução dos serviços, nos termos previstos no contrato com a contratante.

§ 1º A contratada contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus empregados.

§ 2º É vedada a terceirização, pela contratada, da totalidade ou de parcela específica da execução do objeto do contrato, caso em que o vínculo empregatício formar-se-á diretamente com a empresa contratada, sem prejuízo da responsabilidade solidária da empresa contratante.

Art. 5º. Ressalvados os casos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, os serviços de vigilância, nos termos da Lei nº 7.102, de 20.06.1983, e os serviços de conservação e limpeza, somente será lícito o contrato de terceirização quando estiver relacionado às atividades não-inerentes da contratante, nos termos do inciso I do art. 2º, desde que obedecidos os requisitos previstos nesta Lei.

§ 1º Na hipótese do caput, não haverá vínculo de emprego entre a contratante e os empregados da contratada, exceto se configurados os requisitos dos artigos 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º A exceção prevista na parte final do § 1º, no que se refere à formação de vínculo empregatício, não se aplica quando a contratante for empresa pública ou sociedade de economia mista que explore atividade econômica em sentido estrito, bem como suas subsidiárias e controladas, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ressalvando-se ao prejudicado, em todo caso, o direito a uma indenização correspondente aos consectários trabalhistas sonegados.

§ 3º É vedada a intermediação de mão de obra, salvo as exceções previstas em legislação específica.

Art. 6º. Para a celebração dos contratos previstos nesta Lei, a empresa tomadora de serviços deverá comunicar à entidade sindical

SF/16740.87524-43





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

representativa da categoria profissional preponderante, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias:

SF/16740.87324-43

I – os motivos técnicos ou econômicos que recomendam a terceirização;

II – os serviços e atividades que pretende terceirizar;

III – a quantidade de trabalhadores diretos e indiretos envolvidos na terceirização;

IV – a redução de custos ou as metas pretendidas; e

V – os locais da prestação dos serviços dos trabalhadores terceirizados.

Art. 7º. Além das cláusulas inerentes a qualquer contrato, deve constar do contrato de terceirização:

I – a especificação do serviço a ser prestado e do objeto social da empresa contratante;

II – o local e o prazo para realização dos serviços;

III – a exigência de prestação de garantia em valor correspondente a quatro por cento do valor do contrato, limitada a cinquenta por cento do valor equivalente a um mês de faturamento do contrato em que ela será prestada;

IV – o controle mensal documentado, pela empresa tomadora de serviços, do pagamento da remuneração aos empregados da empresa prestadora de serviços que participem da execução dos serviços, individualmente identificados, bem como dos respectivos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e de contribuição previdenciária;

V – a obrigatoriedade de fiscalização, pela contratante, do cumprimento das demais obrigações trabalhistas decorrentes do contrato,





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

na forma do art. 17 desta Lei, e a responsabilidade pelo equivalente em caso de descumprimento;

VI - o padrão de saúde e segurança compatível com a natureza do trabalho e de risco da empresa tomadora de serviços, mediante apresentação de programa específico;

VII - a possibilidade de interrupção do pagamento dos serviços contratados e de resolução do contrato, por parte da contratante, se for constatado o inadimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pela contratada; e

VIII - a possibilidade de retenção, em conta específica, das verbas necessárias ao adimplemento das obrigações referidas no art. 17 desta Lei.

§ 1º Para contratos nos quais o valor de mão de obra seja igual ou superior a cinquenta por cento do total, a garantia a que se refere o inciso III do caput deste artigo será correspondente a quatro por cento do valor do contrato, limitada a cento e trinta por cento do valor equivalente a um mês de faturamento do contrato em que ela será prestada.

§ 2º Para atendimento da exigência de prestação de garantia, a que se refere o inciso III do caput deste artigo, cabe às partes optar por uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

§ 3º É facultada a substituição das modalidades previstas no § 2º deste artigo pela retenção mensal de seis por cento do valor da fatura, cujo montante será depositado em conta específica, em nome da contratada, vinculada e bloqueada, que somente pode ser movimentada por ordem da contratante.

SF/16740.87524-43





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

§ 4º É nula de pleno direito cláusula que proíba ou imponha condição à contratação, pela contratante, de empregado da contratada.

Art. 8º Integrarão os contratos de terceirização os seguintes documentos comprobatórios da regularidade da empresa prestadora de serviços, a serem apresentados no momento da respectiva celebração, dentre outros que poderão ser exigidos pela tomadora de serviços:

SF/16740.87524-43

I – registro como pessoa jurídica, na forma da lei;

II – inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda;

III – alvará de localização e funcionamento;

IV – comprovante de entrega da última Relação Anual de Informações Sociais – RAIS devida;

V – Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND);

VI – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VII – contrato social atualizado, com capital social integralizado considerado, pela empresa tomadora de serviços, compatível com a execução do serviço, não podendo ser inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

VIII – certificado de capacitação do trabalhador, fornecido pela empresa prestadora de serviços, para a execução de atividades em que se exijam, por conta de sua natureza, necessidade de treinamento específico;

IX – certidão de infrações trabalhistas expedida pelo órgão local do Ministério do Trabalho;





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

X – certidão negativa de execução trabalhista, expedida pela Justiça do Trabalho.

Art. 9º É assegurada ao empregado da empresa prestadora de serviços a percepção dos direitos que integram convenção ou acordo coletivo de trabalho vigentes celebrados pelo sindicato da categoria profissional preponderante da empresa tomadora de serviços, desde que mais benéficos que o instrumento coletivo de sua categoria.

§ 1º. Em nenhuma hipótese os empregados da empresa contratada que estiverem prestando serviços à empresa contratante poderão receber piso salarial inferior àquele previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho para a categoria profissional preponderante na empresa contratante.

§ 2º Nas terceirizações em atividades inerentes, praticadas na forma da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, os empregados da empresa contratada que estiverem prestando serviços à empresa contratante não poderão receber remuneração inferior àquela praticada em favor dos empregados da empresa contratante que desempenharem idênticas funções.

§ 3º Caso a convenção ou acordo coletivo de trabalho mencionado no caput preveja remuneração para os empregados da empresa tomadora de serviços superior à remuneração dos empregados da empresa prestadora de serviços, deverá esta complementá-la, por meio de abono, que integrará a sua remuneração para todos os efeitos legais, durante a execução do contrato.

§ 4º Convenção ou acordo coletivo de trabalho disciplinará a comunicação dos contratos de terceirização ao sindicato profissional.

§ 5º Quando figurar como contratante empresa pública ou sociedade de economia mista que explore atividade econômica em sentido estrito, a comunicação de que trata este artigo deverá ser feita na forma prevista na legislação do respectivo ente controlador.

Art. 10 Os valores provisionados para o pagamento de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária dos trabalhadores que

SF/16740.87524-43





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

tenham sua atividade integralmente voltada para a execução do serviço contratado serão depositados, pela contratante, em conta vinculada aberta no nome da contratada e em face do contrato, que somente poderá ser movimentada por ordem da contratante.

Parágrafo único. Entende-se por serviços continuados, para os fins deste artigo, aqueles cuja necessidade de contratação estenda-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

Art. 11 Para fins de liberação da garantia de que tratam o inciso III e o § 3º do art. 7º desta Lei, a contratada deverá comprovar à contratante a quitação das obrigações previdenciárias e das trabalhistas relativas aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços contratados.

Parágrafo único. A garantia terá validade por até cento e oitenta dias após o encerramento do contrato, para fins de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Art. 12 É vedada à contratante a utilização dos empregados da contratada em atividades distintas daquelas que são objeto do contrato, sob pena de responder diretamente pela formação do vínculo empregatício e por seus consectários.

Art. 13 São deveres da empresa tomadora de serviços, dentre outros previstos em leis, convenções ou acordos coletivos de trabalho, ou normas regulamentadoras:

I – garantir e manter ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento, pela empresa prestadora de serviços, das normas de segurança e saúde no trabalho quando o serviço for executado em suas dependências ou local por ela designado;

II – assegurar aos empregados da empresa prestadora de serviços o acesso às instalações disponíveis, de forma geral, a seus empregados, no que se refere à alimentação, transporte, alojamento, atendimento ambulatorial, condições sanitárias e medidas de proteção à saúde e segurança;

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues – Anexo II – Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 7

Página 11 de 25

Parte integrante do Avulso do PLS nº 339 de 2016.

SF/16740.87524-43





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

SF/16740.87524-43

III - comunicar à empresa prestadora de serviços e ao sindicato da categoria profissional a ocorrência de todo acidente do trabalho, quando a vítima for trabalhador que participe direta ou indiretamente da execução do serviço objeto do contrato;

IV - fornecer o treinamento adequado e específico ao trabalhador, quando a atividade assim o exigir.

Parágrafo único. Nos contratos que impliquem mobilização de empregados da contratada em número igual ou superior a vinte por cento dos empregados da contratante, esta poderá disponibilizar aos empregados da contratada os serviços de alimentação e atendimento ambulatorial em outros locais apropriados e com igual padrão de atendimento, com vistas a manter o pleno funcionamento dos serviços existentes.

Art. 14 A empresa tomadora de serviços deve garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos empregados da contratada enquanto estes estiverem a seu serviço, em suas dependências ou em local por ela designado, ou ainda no trajeto para a prestação dos respectivos serviços, respondendo objetiva e solidariamente pelos danos derivados de más condições de trabalho.

Art. 15 Na hipótese de contratação sucessiva para a prestação dos mesmos serviços terceirizados, com admissão de empregados da antiga contratada, a nova contratada deve assegurar a manutenção do salário e demais direitos previstos no contrato anterior.

§ 1º Para os empregados de que trata este artigo, o período concessivo das férias deve coincidir com os últimos seis meses do período aquisitivo, não se aplicando o caput do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º Havendo a rescisão do contrato de trabalho antes de completado o período aquisitivo, a compensação devida será feita no momento da quitação das verbas rescisórias, observado o disposto no art. 477, § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho.





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

§ 3º É vedada a redução do percentual da multa prevista no art. 18, § 1º, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, na rescisão contratual dos empregados de que trata este artigo.

Art. 16 A empresa tomadora de serviços é solidariamente responsável, independentemente de culpa, pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e quaisquer outras decorrentes do contrato, inclusive no caso de falência da empresa prestadora de serviços, referente ao período do contrato.

SF/1670.87524-43

Parágrafo único. A empresa tomadora de serviços será responsável solidária pelos danos causados aos trabalhadores por acidente de trabalho, nos termos dos arts. 20, 21 e 21-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ocorrido em decorrência do contrato celebrado com a empresa prestadora de serviços.

Art. 17 Entende-se por fiscalização, para os efeitos desta Lei, a exigência mensal, pela contratante, da comprovação do cumprimento das seguintes obrigações, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução dos serviços terceirizados, direta ou indiretamente, durante o período e nos limites da execução dos serviços contratados:

I – pagamento de salários e remunerações em geral, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

II – concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

III – concessão do vale-transporte, quando for devido;

IV – depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

V – pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato de terceirização;

VI – recolhimento de obrigações previdenciárias; e





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

SF/16740.87524-43

VII – regular registro de ponto, quando couber, atendendo-se às regras e limites dos artigos 58 e 59 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º Caso não seja comprovado o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias a que se refere o caput deste artigo, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º deste artigo, a contratante deve efetuar diretamente o pagamento dos salários, os recolhimentos fiscais e previdenciários e o depósito do FGTS.

§ 3º Os valores depositados na conta de que trata o art. 10 desta Lei poderão ser utilizados pela contratante para o pagamento direto das verbas de natureza trabalhista e previdenciária.

§ 4º O sindicato representante da categoria do trabalhador deve ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das verbas referidas nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 5º Os pagamentos previstos nos §§ 2º e 3º deste artigo não configuram vínculo empregatício entre a contratante e os empregados da contratada.

Art. 18 Ficam mantidas as retenções na fonte previstas no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e nos artigos 7º e 8º da Lei nº. 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

§ 1º. Nos contratos de terceirização não abarcados pela legislação referida no caput, fica a contratante obrigada a reter o equivalente a 20% (vinte por cento) da folha de salários da contratada, que, para tanto, deverá informar até o 5º (quinto) dia útil do mês o montante total de sua folha de salários referente ao serviço prestado à contratada no mês anterior.





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

§ 2º. A contratante deverá recolher, em nome da empresa contratada, a importância retida até o dia 20 do mês subsequente anterior, se não houver expediente bancário naquele dia.

§ 3º. O valor retido de que tratam o caput e o parágrafo 1º deste artigo, que deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, poderá ser compensado por qualquer estabelecimento da empresa contratada, por ocasião do recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social.

§ 4º. Na impossibilidade de haver compensação integral no mês da retenção, o saldo remanescente poderá ser objeto de compensação nos meses subsequentes ou de pedido de restituição.

§ 5º. Na ausência de retenção ou retenção a menor do que o valor devido, ficará a contratante solidariamente responsável pelo pagamento integral da contribuição previdenciária devida pela contratada sobre a folha de salários dos empregados envolvidos na execução do contrato, ressalvada a preferência do crédito trabalhista.

Art. 19 A par das retenções do artigo 18, a empresa contratante de serviços executados nos termos desta Lei deverá ainda reter, sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço, a título de:

I - imposto de renda na fonte, a alíquota de 1,5% (um e meio por cento), ou alíquota menor prevista no artigo 55 da Lei n. 7.713, de 22 de dezembro de 1998;

II – contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, a alíquota de 1% (um por cento);

III – contribuição para o PIS/PASEP, a alíquota de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento); e

IV – contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS, a alíquota de 3% (três por cento).

§ 1º. As alíquotas de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 3% (três por cento) aplicam-se inclusive na hipótese de a

SF/16740.87524-43





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

prestadora do serviço enquadrar-se no regime de não-cumulatividade na cobrança da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

SF/16740.87524-43

§ 2º. No caso de pessoa jurídica beneficiária de isenção, na forma da legislação específica, de uma ou mais das contribuições de que trata este artigo, a retenção dar-se-á mediante a aplicação da alíquota específica correspondente às contribuições não alcançadas pela isenção.

§ 3º. Os valores retidos no mês deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional pela pessoa jurídica que efetuar a retenção ou, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, até o último dia útil do segundo decêndio do mês subsequente àquele mês em que tiver ocorrido o pagamento ou crédito à pessoa jurídica prestadora de serviço.

§ 4º. Os valores retidos na forma do caput deste artigo serão considerados como antecipação do que for devido pelo contribuinte que sofreu a retenção, em relação ao imposto de renda e às respectivas contribuições.

§ 5º. Na impossibilidade de haver compensação integral, no mês, pela contratada, o saldo poderá ser compensado com recolhimentos de tributos nos meses subsequentes ou ser objeto de pedido de restituição.

Art. 20 A retenção de má-fé do pagamento devido pela contratante à contratada caracteriza-se como apropriação indébita, na forma do art. 168 do Código Penal, aprovado pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Art. 21 As exigências de especialização e de objeto social único, previstas no art. 2º desta Lei, aplicam-se às atividades de prestação de serviços realizadas por correspondentes contratados por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, até a edição de lei específica acerca da matéria.

Art. 22 O disposto nesta Lei não se aplica à relação de trabalho doméstico.





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

Art. 23 O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita a empresa infratora às seguintes penalidades administrativas:

I – por violação das obrigações previstas no inciso I do art. 13, multa administrativa, à empresa tomadora de serviços, na forma prevista no artigo 201 da Consolidação das Leis do Trabalho;

II – por violação aos demais dispositivos, multa administrativa correspondente ao valor mínimo para inscrição na dívida ativa da União, por trabalhador prejudicado ou sem situação irregular.

§ 1º. Em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei, o valor da multa será dobrado.

§ 2º. A cobrança dos valores previstos nos incisos I e II iniciará-se sempre com o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 3º. A fiscalização, a autuação e o processo de imposição de multas reger-se-ão pelo Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 24 O descumprimento do disposto nesta Lei com o propósito de frustrar direito trabalhista sujeitará os responsáveis às penas do artigo 203 do Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal brasileiro, ou do preceito legal que vier a substituí-lo.

Art. 25 Para fins do enquadramento ao disposto nesta Lei, no que se refere à garantia de direitos dos trabalhadores, contratante e contratada devem adequar o contrato existente no prazo de cento e oitenta dias a partir da sua publicação.

Parágrafo único. A contratante e a contratada não poderão prorrogar contratos em vigor que não atendam ao disposto nesta Lei.

Art. 26 O Ministério do Trabalho editará normas regulamentares necessárias à execução desta Lei, assim como instruções à fiscalização.

Art. 27 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

SF/16740.87524-43

JUSTIFICAÇÃO

Em 22 de abril de 2015, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 4.330-C/2004, da relatoria do Deputado Arthur Oliveira Maia, SD/BA. No dia 27 de abril de 2015, o projeto foi remetido ao Senado Federal e recebeu o número PLC 30/2015.

Trata-se de projeto de autoria do Deputado Sandro Mabel, PL 4330/04, que dispõe sobre contratos de terceirização e as relações de trabalho dele decorrentes. Várias Centrais Sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores, CUT, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB, a Nova Central Sindical, NCST, a União Geral dos Trabalhadores, UGT, a Intersindical, manifestaram-se contrárias ao projeto, apontando seus malefícios. Essas Centrais integram o FÓRUM PERMANENTE EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES AMEAÇADOS PELA TERCEIRIZAÇÃO – FÓRUM, que congrega entidades e estudiosos do mundo do trabalho de diversos segmentos, como é o caso das Centrais já referidas, da Força Sindical, da Federação Única dos Petroleiros, FUP, da Confederação Nacional dos Bancários, CONTRAF, de movimentos sociais como MHuD, MAM, MST, da União Nacional dos Estudantes, UNE, e de entidades de representação de operadores do direito, como a Associação Latino Americana de Advogados Laborais, ALAL; a Associação Latino Americana de Juízes do Trabalho, ALJT; a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, ANAMATRA; a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, ABRAT; a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ANPT; a Ordem dos Advogados do Brasil, OAB; o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, SINAIT; e pesquisadores acadêmicos junto e grupos de pesquisa, como o Grupo de Pesquisa "Trabalho, Constituição e Cidadania" da Universidade de Brasília, entre outros.

Nota Técnica da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP atribui às atuais limitações legais o fato de que os terceirizados serem os trabalhadores em segmentos vulneráveis e afirma que a ampliação da terceirização permitirá sejam constituídas empresas especializadas em serviços de maior valor agregado, com trabalhadores

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues – Anexo II – Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 7

Página 18 de 25

Parte integrante do Avulso do PLS nº 339 de 2016.





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

SF/16740.87524-43

mais qualificados e melhores condições de trabalho, elevando a produtividade da economia. Tais análises, porém, não são corretas. Igualmente, é ilusória a afirmação de que com a lei teremos segurança jurídica e irreal a promessa de que a aprovação do projeto trará benefícios à população brasileira. Disse o relator na Câmara, Deputado Arthur Maia, que a aprovação do projeto de lei trará avanços importantes para a proteção dos milhões de trabalhadores terceirizados do Brasil, que hoje não dispõem de nenhuma legislação protetora dos seus direitos. Na realidade, a situação é outra e os malefícios serão enormes, com ampliação das desigualdades e das iniquidades, sem que se proteja, ao contrário, a população trabalhadora e sem que se lhes assegure vida mais digna e trabalhos mais inclusivos.

Convém assinalar que o tema de segurança jurídica esbarra na própria Súmula 331 do TST, que define as atividades que podem ou não ser terceirizadas e as responsabilidades no caso de terceirizações que não infrinjam o entendimento. Por outro lado, há leis que disciplinam a contratação dos trabalhadores terceirizados. No caso da Súmula 331 do TST, a terceirização é lícita em quatro hipóteses: na contratação de trabalhadores por empresa de trabalho temporário (Lei nº 6.019/74), mesmo nas atividades-fim; na contratação de serviços de vigilância, ex vi da Lei n. 7.102, de 20.06.1983; na contratação de serviços de conservação e limpeza; e na contratação de serviços ligados à atividade-meio do tomador.

Ainda, define como subsidiária a responsabilidade da tomadora nas terceirizações “lícitas” e a formação de vínculo de emprego direto com esta quando, na prática, se evidenciar trabalho pessoal a ela prestado diretamente, de forma subordinada. Se o Parlamento efetivamente deseja melhorar a vida dos terceirizados rumo a uma sociedade menos desigual, ao invés de liberar essa forma de contratar indiscriminadamente para quaisquer atividades, como o faz, sob o eufemismo de empresas especializadas e permitindo, inclusive, a quarteirização e a contratação de pessoas jurídicas, individuais, cooperativas, avançaria em relação à Súmula 331 do TST, para colocar mais claramente os limites a essa forma de contratar, definindo como solidária a responsabilidade das contratantes, assegurando igualdade de direitos e condições de trabalho e definindo a representação sindical pela atividade preponderante. Mas não.





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

SF/16740.87524-43

Tanto o PL 4330, como, agora, o PLC 030, substitui o critério em vigor, baseado na distinção entre atividade-fim - ou seja, permanentemente necessária à tomadora - e atividade-meio por outro baseado na ideia de “especialização” da atividade. E o fazendo, permite a terceirização em quaisquer atividades, desde que empresas especializadas sejam contratadas. Em outras palavras, o empregador poderá terceirizar quaisquer atividades, inclusive as essenciais ao seu objeto social, desde que por intermédio de uma “empresa especializada, que presta serviços determinados e específicos, relacionados a parcela de qualquer atividade da contratante”. No limite, poderemos ter empresas sem empregados, e trabalhadores sem os direitos assegurados pela CLT como conquista histórica e verticalizados pela Constituição de 1988, na medida em que todos poderão ser terceirizados e contratados, inclusive, via contratos de natureza civil, sem direitos trabalhistas e com sérios ônus à cidadania, bem como à constituição de fundos públicos. É que ao retirar os freios colocados pela jurisprudência a essa forma de contratar, libera-a para quaisquer atividades, mercantilizando o trabalho humano e fragmentando os já precários laços de solidariedade que costuram o processo civilizatório. Foi o que registrou Nota Oficial do Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho, de 10 de abril de 2015, “[a]lém de isolar o Brasil dos cânones internacionais de tutela ao trabalho”. Terceirização que, se perversa no campo do privado, no campo do público impacta a alocação de servidores, escancarando as possibilidades da contratação sem concurso público, conquista da cidadania brasileira.

Defensores do projeto dizem que além da melhoria da condição dos terceirizados, as demandas trabalhistas serão reduzidas, pois não mais haverá insegurança jurídica que a dicotomia entre atividade-fim e atividade-meio estabelece. Nada mais falso. Primeiro, o projeto não prevê mais direitos para os terceirizados. Depois, a Súmula 331 é clara na redação. Ainda, toda a norma é interpretada e são distintas as interpretações que a jurisprudência faz. Por fim, o litígio apenas migrará. As cortes trabalhistas não mais discutirão se a atividade terceirizada é finalística ou acessória. Mas discutirão se ela é, de fato, fornecida por empresa “especializada” que detenha know-how diferenciado para aquela atividade (i.e., se oferece mesmo “serviços técnicos especializados”) ou se é apenas simulacro, sem especialização técnica, constituída para fornecer





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

mão de obra comum à(s) tomadora(s) e reduzir os custos do trabalho. Assim, a dita insegurança jurídica triplicará.

Dizem seus defensores, também, que a produtividade será ampliada. Igualmente nada mais ilusório. Não há evidências empíricas de que terceirizando ou de que flexibilizando direitos se conquistem patamares de maior produtividade e de melhor competitividade. Aliás, recentes estudos do FMI mostram exatamente o contrário. Ademais, no Brasil dos anos 1990 muito se flexibilizou e se terceirizou e em nada se evoluiu em termos de emprego, produtividade e competitividade. Não é, de resto, na regulação do trabalho que avançaremos nesse sentido, mas na dinamização da economia. O que a legislação pode oferecer são patamares civilizatórios mais avançados os quais, aliás, serão objeto de retrocesso acaso aprovado o projeto de lei agora no Senado.

SF16740.87524-43

Por outro lado, a utilização de empresas especializadas será na realidade eufemismo para liberar os freios a essa forma de contratar, mudando as formas consolidadas no país, legalizando o deslocamento de parte dos processos de trabalho para prestadoras de serviço que atuam de forma dispersa e fragmentada, sem que a falsa ideia do aumento da competitividade e da produtividade se concretize. Veja-se que nos anos 1990 a defesa da terceirização era centrada na geração de postos de trabalho. Hoje, diante da melhoria dos dados do emprego, a defesa é o aumento da competitividade, a indução do crescimento econômica e a “modernização” das relações de trabalho. Como referido em texto recente (BIAVASCHI; OLIVEIRA, 2015), sob a alegação de obsoletas e excessivamente rígidas as noções de funcionalidade associadas à produtividade e à eficiência, são criadas redes. Nessa dinâmica, as empresas mantêm um núcleo de trabalhadores mais qualificados como empregados diretos seus, terceirizando os demais, os menos qualificados e com baixos salários, em piores condições de trabalho e com alta informalidade e rotatividade. E o que é bastante grave, perdem os trabalhadores, mais cindidos ainda, o sentimento de pertencimento de classe. Suas organizações sindicais fragmentam-se e, cindidos, suas demandas perdem força. Essa realidade derruba a tese da especialização, alternativa encontrada para liberar a terceirização a todas as atividades, mesmo as essenciais à empresa principal, limite, aliás, definido pela Súmula 331, antes referida (BIAVASCHI; SANTOS, 2014). O que se quer mostrar é que o projeto, acaso aprovado, legaliza formas predatórias de

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues – Anexo II – Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 7

Página 21 de 25	Parte integrante do Avulso do PLS nº 339 de 2016.
-----------------	---





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

organização do trabalho dos trabalhadores, sendo as terceirizadas apenas gestoras de mão de obra treinada e qualificada no próprio ambiente de trabalho (BIAVASCHI; OLIVEIRA, 2015) Até porque a especialização não está na prestadora de serviços, mas no trabalho que cria valor.

Defendem, ainda, que o projeto trará a "modernidade" para as relações de trabalho. "Modernizar" seria terceirizar a mão de obra que integra o processo produtivo, junto à maquinaria e às tecnologias, em regra propriedade da empresa principal, ganhando salários menores e em piores condições de trabalho do que os contratados diretamente. O que as pesquisas acadêmicas têm demonstrado é que as terceirizações têm encontrado freios no entendimento jurisprudencial consolidado pelo TST na Súmula 331.

SF/16740.87524-43

Já o projeto de lei, PLC 030, ao invés de avançar em relação a esse entendimento, retrocede e, ao ampliar a terceirização para qualquer tipo atividade, faz com que a exceção se possa tornar a regra, abrindo, assim, a possibilidade de que todos os trabalhadores brasileiros sejam terceirizados, sem os direitos históricos – FGTS, 13º salário, férias, repouso, direito à jornada, entre outros. Assim, cai por terra a tese de que trará avanços na proteção dos terceirizados.

Ledo engano. Esse modelo de terceirização fere de morte as garantias constitucionais da isonomia. Ampliando desigualdades reais, admite que, em uma linha de produção, haja trabalhadores desempenhando idênticas funções com diferentes salários. O texto autoriza que a própria empresa contratada para prestar serviços em uma determinada linha de montagem subcontrate o objeto do seu contrato sucessivamente, sem limites, desde que faça uso de "serviços técnicos especializados". Ainda, possibilita a burla à garantia constitucional da irredutibilidade de salários. Não bastasse isso, viola direta ou obliquamente a diversas convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, como é o caso das Convenções 98 e 151 da OIT, que tratam da proteção contra atos antissindicais e da sindicalização no serviço público. Isso porque a contratação de empregados e servidores terceirizados enfraquece os sindicatos, rompendo o vínculo social básico, com impactos na capacidade de mobilização e na formação da consciência de classe.





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

O fato é que a terceirização instituiu nova dinâmica, degradando o trabalho e interferindo nas relações de cooperação, contribuindo para fragmentar a organização sindical, realidade que o Projeto de Lei 030, se aprovado, aprofundará ao permitir, inclusive, a quarteirização dos serviços, não incluir as garantias de iguais condições de trabalho em relação aos trabalhadores diretos e sem resolver a questão representação sindical.

Ao mais, serão certos os prejuízos para a própria sociedade como um todo; e, particularmente, para os consumidores de serviços. A vingar a ideia subjacente ao PLC 030, pode-se em alguns anos, necessitando-se de serviços médico-hospitalares, não se saber se o médico que atende ou opera foi selecionado pela instituição buscada e, ainda, ao se entrar em um avião não se terá qualquer garantia de que o piloto ou copiloto tenha sido selecionado, contratado e treinado pela companhia aérea escolhida, ou se foi deslocado por prestadora de “serviços técnicos especializados” de pilotagem.

SF/16740-87524-43

Ainda, provocará mais prejuízos aos consumidores piorando a qualidade dos serviços, como já ocorre nas áreas de telefonia, serviços bancários, energia e água. As empresas de prestação de serviços, de curta vida e notórios desaparecimentos, deixam desamparados trabalhadores e causam prejuízos à sociedade à constituição dos fundos públicos, como é o caso da Seguridade Social e do FGTS, criando mais dificuldades para a construção de uma sociedade mais igual (BIAVASCHI; OLIVEIRA, 2015).

Diante do exposto, o projeto que ora apresento, como forma de contribuir ao debate da terceirização e aprimorar o projeto que encontra-se tramitando no Senado, propõe:

1. positivar, com segurança jurídica, o critério da distinção entre atividades essenciais (ou inerentes) e atividades não-essenciais (ou não-inerentes, ou ainda atividades-meio) como fator de legitimação legal da terceirização de serviços no Brasil;

2. estabelecer a regra da responsabilidade solidária da empresa tomadora de serviços em relação aos direitos dos trabalhadores terceirizados, inclusive nos acidentes de trabalho e nas doenças profissionais e do trabalho;





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

SF16740.87524-43

3. estabelecer a representação sindical pelo sindicato da categoria profissional predominante no âmbito da empresa tomadora;
4. estabelecer mínima isonomia salarial entre trabalhadores terceirizados e trabalhadores efetivos (empregados da empresa tomadora).
5. normatizar o princípio da norma mais benéfica em favor dos trabalhadores terceirizados, no âmbito da concorrência de normas estatais e convencionais, inclusive quanto às convencionadas no âmbito da tomadora dos serviços;
6. vedar a “quarteirização” e todas as subcontratações sucessivas;
7. vedar a terceirização por pessoas físicas, ainda que profissionais liberais ou produtores rurais;
8. proteger trabalhadores especialmente vulneráveis e reforçar a correspondente fiscalização.

É, pois, para essa necessária evolução do texto legislativo que se pede a atenção e o apoio dos Senhores Parlamentares, com vista à aprovação deste texto em substituição àquele do PLC n. 30/2014.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - CÓDIGO PENAL - 2848/40
 - artigo 203
- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - 5452/43
 - artigo 2º
 - artigo 3º
 - artigo 9º
 - artigo 58
 - artigo 59
 - artigo 134
 - artigo 201
 - parágrafo 5º do artigo 477
- Lei nº 6.019, de 3 de Janeiro de 1974 - Lei do Trabalho Temporário - 6019/74
- Lei nº 6.839, de 30 de Outubro de 1980 - 6839/80
- Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990 - LEI DO FGTS - 8036/90
 - parágrafo 1º do artigo 18
- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - LEI DE CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL - 8212/91
 - artigo 31
- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - LEI DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - 8213/91
 - artigo 20
 - artigo 21
 - artigo 21-
- Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992 - LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - 8429/92
- urn:lex:br:federal:lei:1998;7713
 - artigo 55
- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - CÓDIGO CIVIL - 10406/02
- urn:lex:br:federal:lei:2004;4330-3
- Lei nº 12.546, de 14 de Dezembro de 2011 - 12546/11
 - artigo 7º
 - artigo 8º



Proposta de Emenda à Constituição

SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 46, DE 2016

Modifica o art. 86 da Constituição Federal, para explicitar a possibilidade de responsabilização do Presidente da República por atos praticados em mandato anterior.

AUTORIA: Senador Aécio Neves (1º signatário), Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Alvaro Dias, Senador Antonio Anastasia, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Ataídes Oliveira, Senador Cidinho Santos, Senador Deca, Senador Eduardo Braga, Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador Flexa Ribeiro, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador José Aníbal, Senador José Medeiros, Senador Lasier Martins, Senadora Lúcia Vânia, Senador Omar Aziz, Senador Otto Alencar, Senador Paulo Bauer, Senador Pedro Chaves, Senador Reguffe, Senador Ricardo Ferraço, Senador Roberto Muniz, Senador Romário, Senador Ronaldo Caiado, Senadora Simone Tebet, Senador Vicentinho Alves, Senador Waldemir Moka

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° , DE 2016

Modifica o art. 86 da Constituição Federal, para explicitar a possibilidade de responsabilização do Presidente da República por atos praticados em mandato anterior.

SF/16578.93-86-84

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 86 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“**Art. 86.**

.....
§ 5º O disposto no § 4º não impede que, no caso de reeleição, o Presidente da República seja processado por crimes de responsabilidade praticados no mandato anterior.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O § 4º do art. 86 da Constituição Federal (CF) prevê a chamada imunidade processual temporária, segundo a qual o Presidente da República não pode ser processado, durante a vigência do mandato, por atos estranhos ao exercício das funções.

Esse dispositivo já constava da redação original da Carta Magna. Porém, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 17, de 4 de junho de 1997, instituiu-se a reeleição para esse mandato eletivo, sem que se tenha feito qualquer alteração formal na imunidade processual do Chefe de Estado.

A partir daí, desenharam-se duas interpretações. A primeira, mais atenta à finalidade da norma, de que o mandato da pessoa reeleita é prorrogado, o que não impede a investigação, no segundo período, de ilícitos cometidos, em tese, quando dos primeiros quatro anos de presidência. Há, contudo, quem sustente – com base numa leitura literalista e, a nosso ver, reducionista – que, havendo reeleição, simplesmente são “superados” os ilícitos cometidos no primeiro mandato, só podendo ser investigados quando o mandatário deixar a Presidência da República.

Defendemos que a primeira leitura é a única compatível com a forma republicana e o Estado de Direito, uma vez que maximiza aquele que é um verdadeiro dogma do sistema representativo – a possibilidade de responsabilização dos eleitos por atos cometidos no exercício da função. Os fatos do primeiro mandato não são “estranhos ao exercício de suas funções” presidenciais. Ademais, em se tratando de norma que restringe a responsabilização, obviamente deve ser, também, interpretada de forma restritiva.

Por reconhecermos, entretanto, que o texto constitucional não é claro ao tratar da questão – especialmente após o instituto da reeleição –, estamos a apresentar esta Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Seu objetivo declarado é explicitar no texto constitucional, por meio daquilo que a doutrina chama de “interpretação autêntica”, que a cláusula do § 4º do art. 86 não impede a investigação, o processamento e a consequente responsabilização por atos praticados no exercício das funções, mas em mandato presidencial anterior.

Logicamente, como se trata de norma meramente declarativa e que apenas explica uma interpretação, a vigência da PEC é prevista, no art. 2º, como imediata.

Certos de estarmos contribuindo para o aperfeiçoamento do texto constitucional, além de fortalecermos o princípio republicano e o Estado de Direito, apresentamos esta PEC, esperando contar com o decisivo apoio dos nobres Pares em sua rápida tramitação.

Sala das Sessões,

Senador AÉCIO NEVES



Modifica o art. 86 da Constituição Federal, para explicitar a possibilidade de responsabilização do Presidente da República por atos praticados em mandato anterior.

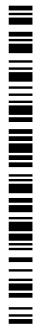
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	


SF/16578.93-86-84

14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	


SF/16578.93.86-84

28.	
29.	
30.	
31.	
32.	
33.	
34.	
35.	
36.	
37.	
38.	
39.	
40.	
41.	


SF/16578.93.86-84

42.	
43.	
44.	
45.	
46.	
47	
48.	
49.	


SF/16578.93-86-84

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
 - parágrafo 3º do artigo 60
 - artigo 86
 - parágrafo 4º do artigo 86
- Emenda Constitucional nº 17, de 1997 - 17/97



Requerimentos**SENADO FEDERAL**
REQUERIMENTO
Nº 680, DE 2016

Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2016, além da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Sociais.,

AUTORIA: Senador Paulo Paim

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SF/16570.22065-10
III

REQUERIMENTO Nº DE 2016

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, **REQUEIRO** que além da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, seja ouvida também, a Comissão de Assuntos Sociais, acerca do PLS 211/2016 que *"Altera a Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008 para determinar que os sindicatos, federações e confederações de categorias econômicas ou profissionais prestem contas ao Tribunal de Contas da União sobre a aplicação da contribuição sindical; e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para explicitar que suas disposições se aplicam às entidades destinatárias da contribuição sindical"*.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROBERTO MUNIZ

REQUERIMENTO N° 681, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Sessão Parlamentar por ocasião do Fórum Público na OMC, que será realizado no período de 27 a 29 de setembro de 2016, em Genebra - Suíça.

Por oportuno, comunico na forma do disposto no art. 39, I, do Regimento acima citado, que estarei ausente do País no período de 23 a 30 de setembro de 2016.

Sala das Sessões, em de setembro de 2016.

Senador **ROBERTO MUNIZ**



GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Ofício 049/16

Brasília, 30 de agosto de 2016

Ao
Exmo. Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência que será realizado em Genebra, Suíça, a Sessão Parlamentar por ocasião do Fórum Público na OMC, no período de 27 a 29 de setembro do corrente ano.

Muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de autorizar, na forma da alínea “a” inciso II do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a participação dos Senadores relacionados em anexo que integrarão a delegação brasileira da União Interparlamentar no referido evento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Senador Ciro Nogueira
Presidente

Presidência do Senado Federal
Rivania Campos - Mat. 300862
Recebi o original
Em 06/09/16 Hs 13:44
Rivania

**GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR****SESSÃO PARLAMENTAR por ocasião do****FÓRUM PÚBLICO NA OMC****GENEBRA, SUÍÇA, 27 a 29 de SETEMBRO de 2016****DELEGAÇÃO****SENADORES:** 1. Roberto Muniz

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
Senado Federal – Anexo I, 19º Andar, Salas 09 e 10
+55 61 3303-3859/3834 – E-mail: gbuip@senado.gov.br



À Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional.

EM 12 / 9 / 2016.

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO, DE 2016

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro afastamento do país para participar de “Seminário para Líderes Políticos da Confederação Israelita do Brasil (CONIB) e da Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), na qualidade de Representante da Casa, evento a ser realizado **no período de 06 a 13 de novembro de 2016, no Estado de Israel.**

Ainda, com fundamento naquele artigo (art. 40) do RISF, expresso que para tal Missão Oficial, necessito de dois dias adicionais para ida e de dois dias adicionais para retorno, por se tratar de trecho internacional de longo percurso, e, portanto, que a autorização se reporte ao interregno que segue do dia 04 ao dia 15 do mês já citado.

Desse modo, se este Requerimento for aprovado, nos termos do art. 39, I, do mesmo Regimento, comunico ao Senado Federal que, para tomar parte em tais reuniões, deverei estar ausente de minhas atividades parlamentares no período citado.

Sala das sessões, em _____ de setembro de 2016.

Senador HUMBERTO COSTA



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 684, DE 2016

Requer ao Ministro Chefe da Casa Civil, informações sobre sua atuação da demissão do ex-Advogado Geral da União, Fábio Medina Osório.

AUTORIA: Senador Humberto Costa

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

SF/16673.26300-09

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que o presente requerimento seja devidamente processado e encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, para que providencie, no prazo constitucional e sob pena de prática de crime de responsabilidade, as informações referentes à sua atuação na demissão do ex-advogado Geral da União, Fábio Medina Osório.

Foi atribuído ao Ministro de Estado o fato de agir para “Abaifar a Lava Jato”, motivo que teria levado à demissão do ex-advogado geral da União, sendo necessário que, nos termos da legislação em vigor esclareça:

- Por quantas vezes Vossa Excelência esteve em reunião com o Advogado Geral da União? E em quantas delas tratou de assuntos referentes à Operação Lava Jato?

- Qual o papel da Casa Civil da Presidência da República na assistência ao Presidente da República (art. 2º, I, da Lei 10.683, de 2003) em relação às orientações dadas ao ex-advogado geral da União, quanto à atuação daquele órgão relativamente à Operação Lava Jato?

- Houve deliberação por parte da Casa Civil, ou cumprimento de ordem emanada do Presidente da República, para que não fossem promovidas ações por parte da Advocacia Geral da União em face de agentes políticos envolvidos na Operação Lava Jato?

- Houve articulação junto à então Secretaria Geral de Contencioso da AGU, e atual Advogada Geral da União, para que não subsidiasse a atuação do ex-advogado geral da União junto à Operação Lava Jato?

JUSTIFICATIVA

A lei 10.683,de 2.003, define dentre as competências da Casa Civil:

Art. 2º À Casa Civil da Presidência da República compete: (Redação dada pela Lei nº 12.462, de 2011)

I - assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente: (Incluído pela Lei nº 12.462, de 2011)

a) na coordenação e na integração das ações do Governo;

SF/16673.26300-09

Nos últimos dias publicações de diversos órgãos de imprensa dão conta da intervenção do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil no episódio e demissão do ex-advogado geral da União.

Em entrevista à Revista Veja, Fábio Medina Osório, inclusive, associa a atuação do Ministro de Estado à tentativa de “Abafar a Lava Jato”.

Destaca-se o seguinte trecho:

O governo quer abafar a Lava Jato ou tem receio da Lava Jato?

As duas coisas.

Por que?

Por um receio de que houvesse alguma ação que atingisse interesses que talvez não devessem ser atingidos. Coisas que fogem do nosso controle.

Por exemplo?

Qual é o problema em tentar ressarcir aos cofres públicos o dinheiro desviado pelas empreiteiras? No caso dos políticos, a lei de improbidade administrativa existe para isso.

O que o senhor pretendia fazer?

Ajuizar uma ação de improbidade contra os políticos e, se necessário, solicitar a indisponibilidade de seus bens. Improbidade administrativa, é bom lembrar, também resulta em inelegibilidade.

O senhor diria que o governo tem compromisso com o combate à corrupção?

Acho que essa meta ficou enfraquecida. Basta ver quem é que foi escolhida para me substituir no cargo. Ela é a assessora que não consegue encontrar um HD.

SF/16673.26300-09

Como enredo de tal intento depreende-se a iniciativa do ex-advogado geral da União de ajuizar ações em face de agentes políticos envolvidos com a Operação Lava Jato, o que contou com a contrariedade expressa do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil.

As graves declarações e as dúvidas suscitadas em relação à conduta do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, exigem que em cumprimento de seu mister fiscalizatório, este Senado Federal seja munido das informações necessárias ao esclarecimento destes graves fatos a ele atribuídos.

Sala das Sessões,

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 685, DE 2016

Requer seja encaminhado à Advogada Geral da União, o pedido de informação sobre sua participação nos episódios que culminaram com a demissão do ex-advogado geral da União, Fábio Medina Osório.

AUTORIA: Senador Humberto Costa

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)

SENADO FEDERAL **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que o presente requerimento seja devidamente processado e encaminhado à Sra. Advogada Geral da União, para que providencie, no prazo constitucional e sob pena de prática de crime de responsabilidade, as informações referentes à sua participação nos episódios que culminaram com a demissão do ex-advogado Geral da União, Fábio Medina Osório.

SF/16/19.15343-09

Foi atribuído ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil o fato de agir para “Abaifar a Lava Jato”, tendo contado, inclusive com a ajuda da então Secretária Geral de Contencioso da AGU, e atual advogada geral da União, para evitar que o ex-advogado geral da União levasse adiante o intento de processar políticos por improbidade administrativa.

Diante desses fatos, se faz necessário que, nos termos da legislação em vigor esclareça:

- Por quantas vezes Vossa Senhoria esteve em reunião com o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil? E em quantas delas tratou de assuntos referentes à Operação Lava Jato?

- Esclareça o papel da Advocacia Geral da União na responsabilização de agentes políticos pela prática de atos de improbidade administrativa revelados por meio da Operação Lava Jato



- Há algum tipo de ordem ou orientação emanada pela Casa Civil, ou diretamente, da Presidência da República, que disponha sobre a atuação da Advocacia Geral da União relativamente à Operação Lava Jato?

- Houve deliberação por parte da Casa Civil, ou cumprimento de ordem emanada do Presidente da República, para que não fossem promovidas ações por parte da Advocacia Geral da União em face de agentes políticos envolvidos na Operação Lava Jato?

- Quais os motivos para não encaminhar ao ex-advogado geral da União o material disponibilizado pelo Supremo Tribunal Federal relativamente a investigações da Operação Lava Jato?

JUSTIFICATIVA

A lei 10.683, de 2.003, define dentre as competências da Casa Civil:

Art. 2º À Casa Civil da Presidência da República compete: (Redação dada pela Lei nº 12.462, de 2011)

I - assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente: (Incluído pela Lei nº 12.462, de 2011)

a) na coordenação e na integração das ações do Governo;



Nos últimos dias publicações de diversos órgãos de imprensa dão conta da intervenção do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil no episódio e demissão do ex-advogado geral da União.

Em entrevista à Revista Veja, Fábio Medina Osório, inclusive, associa a atuação do Ministro de Estado à tentativa de “Abafar a Lava Jato”.

Destaca-se o seguinte trecho:

O governo quer abafar a Lava Jato ou tem receio da Lava Jato?

As duas coisas.

Por que?

Por um receio de que houvesse alguma ação que atingisse interesses que talvez não devessem ser atingidos. Coisas que fogem do nosso controle.

Por exemplo?

Qual é o problema em tentar ressarcir aos cofres públicos o dinheiro desviado pelas empreiteiras? No caso dos políticos, a lei de improbidade administrativa existe para isso.

O que o senhor pretendia fazer?

Ajuizar uma ação de improbidade contra os políticos e, se necessário, solicitar a indisponibilidade de seus bens. Improbidade administrativa, é bom lembrar, também resulta em inelegibilidade.

SF/16/19.15343-09



O senhor diria que o governo tem compromisso com o combate à corrupção?

Acho que essa meta ficou enfraquecida. Basta ver quem é que foi escolhida para me substituir no cargo. Ela é a assessora que não consegue encontrar um HD.

SF/16/19.15343-09

Como enredo de tal intento depreende-se a iniciativa do ex-advogado geral da União de ajuizar ações em face de agentes políticos envolvidos com a Operação Lava Jato, o que contou com a contrariedade expressa do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil.

As graves declarações e as dúvidas suscitadas em relação à conduta do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil também envolveram menção expressa à atuação da atual advogada geral da União, na ação para inviabilizar a atividade de ajuizamento de ações de improbidade administrativa contra políticos envolvidos na Operação Lava Jato.

Tais fatos, portanto, exigem que, em cumprimento de seu mister fiscalizatório, este Senado Federal seja munido das informações necessárias ao esclarecimento destes graves fatos atribuídos à atual advogada geral da União.

Brasília, data

Senador Humberto Costa



19/09
REQUERIMENTO N° 686, DE 2016

INCLUA-SE
ORDEN
DO
OPORTUNAMENTE.

EM
DIA

Em 12/19/16

(Plenário)

Com base no disposto no *caput* do art. 50, da Constituição Federal, e do art. 397 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO seja CONVOCADA a advogada geral da União, GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito da notícia veiculada pela Revista semanal “VEJA”, do dia 10 de setembro de 2016, segundo a qual o ex Advogado-Geral da União, Fabio Medina Osorio, afirma foi demitido da AGU porque o Governo Federal quer “abafar a Operação Lava Jato”.

SF/6400.379328-69

JUSTIFICAÇÃO

O ex- Advogado-Geral da União Fábio Medina Osorio anunciou, em entrevista para a revista semanal “VEJA”, publicada no último sábado (10 de setembro de 2016), que foi demitido porque o governo quer abafar a Operação Lava Jato e tem muito receio de até onde as investigações possam chegar, como se observa do seguinte trecho da publicação:

O governo quer abafar a Lava Jato ou tem receio da Lava Jato?

As duas coisas.

Por que?

Por um receio de que houvesse alguma ação que atingisse interesses que talvez não devessem ser atingidos. Coisas que fogem do nosso controle.

Por exemplo?

Qual é o problema em tentar ressarcir aos cofres públicos o dinheiro desviado pelas empreiteiras? No caso dos políticos, a lei de improbidade administrativa existe para isso.

O que o senhor pretendia fazer?

Ajuizar uma ação de improbidade contra os políticos e, se necessário, solicitar a indisponibilidade de seus bens. Improbidade administrativa, é bom lembrar, também resulta em inelegibilidade.

O senhor diria que o governo tem compromisso com o combate à corrupção?

Página: 1/2 12/09/2016 16:17:57

80549551afcd9be4fa994a82b4b1b6877secdb4



Acho que essa meta ficou enfraquecida. Basta ver quem é que foi escolhida para me substituir no cargo. Ela é a assessora que não consegue encontrar um HD.

O Senhor Fabio Medina Osorio acusa, ainda, na sua entrevista, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Lemos Padilha, de ter criado o clima que acabou culminando na sua demissão. Ele reclamou de ter sido “fritado” por conta de declarações e informações passadas à imprensa por Padilha, que tem concentrado superpoderes na Casa Civil.

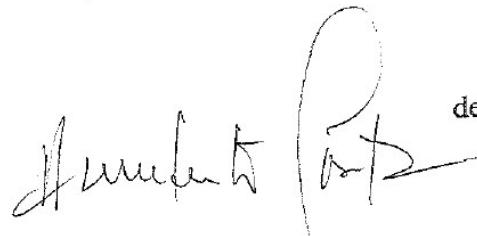
O ex Advogado-Geral da União, Fábio Medina Osorio, afirmou que as divergências entre ele e o governo federal teriam começado há três meses, quando ele pediu que as empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção na Petrobras devolvessem dinheiro aos cofres públicos.

Na entrevista, o mesmo afirma que a divergência com o governo Temer e o ministro Eliseu Padilha começou há cerca de três meses, quando pediu às empreiteiras do petróleo que ressarcissem o Erário pelo dinheiro desviado da Petrobras.

De acordo com a publicação semanal, a atual Ministra foi acusada pelo antigo chefe de estar articulada com o Ministro Chefe da Casa Civil para inviabilizar o trabalho do então Advogado Geral da União de ajuizamento de ações contra políticos envolvidos na Operação Lava, inclusive deixando de viabilizar o seu acesso ao material disponibilizado, pela suposta falta de um *HD externo*.

Ante o exposto, consideramos essencial que o Ministro-Chefe da Casa Civil venha a esta Comissão prestar os devidos esclarecimentos.

Sala das Sessões, em



de 2016

SF/16400.37928-69

Página: 2/2 12/09/2016 16:17:57

80549551afcd9be4fa994a82b4b1bc877eecdbb4

2




RANDOLFE



10/09

INCLUA-SE
ORDEN
DO
OPORTUNAMENTE.

EM
DIA

REQUERIMENTO N° 687, DE 2016

Em 12/9/2016

(Plenário)



Com base no disposto no *caput* do art. 50, da Constituição Federal, e do art. 397 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO seja CONVOCADO o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, ELISEU LEMOS PADILHA, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito da notícia veiculada pela Revista semanal “VEJA”, do dia 10 de setembro de 2016, segundo a qual o ex Advogado-Geral da União, Fabio Medina Osorio, afirma foi demitido da AGU porque o Governo Federal quer abafar a operação Lava Jato.

JUSTIFICAÇÃO

O ex- Advogado-Geral da União Fábio Medina Osorio anunciou, em entrevista para a revista semanal “VEJA”, publicada no último sábado (10 de setembro de 2016), que foi demitido porque o governo quer abafar a Operação Lava Jato e tem muito receio de até onde as investigações possam chegar, como se observa do seguinte trecho da publicação:

O governo quer abafar a Lava Jato ou tem receio da Lava Jato?

As duas coisas.

Por que?

Por um receio de que houvesse alguma ação que atingisse interesses que talvez não devesssem ser atingidos. Coisas que fogem do nosso controle.

Por exemplo?

Qual é o problema em tentar ressarcir aos cofres públicos o dinheiro desviado pelas empreiteiras? No caso dos políticos, a lei de improbidade administrativa existe para isso.

O que o senhor pretendia fazer?

Ajuizar uma ação de improbidade contra os políticos e, se necessário, solicitar a indisponibilidade de seus bens. Improbidade administrativa, é bom lembrar, também resulta em inelegibilidade.

Página: 1/2 12/09/2016 15:27:41

dfbb131bac88771ac81e507e704cc68c35af39a8

1



O senhor diria que o governo tem compromisso com o combate à corrupção?

Acho que essa meta ficou enfraquecida. Basta ver quem é que foi escolhida para me substituir no cargo. Ela é a assessora que não consegue encontrar um HD.

O Senhor Fabio Medina Osorio acusa, ainda, na sua entrevista, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Lemos Padilha, de ter criado o clima que acabou culminando na sua demissão. Ele reclamou de ter sido “fritado” por conta de declarações e informações passadas à imprensa por Padilha, que tem concentrado superpoderes na Casa Civil.

O ex Advogado-Geral da União, Fábio Medina Osorio, afirmou que as divergências entre ele e o governo federal teriam começado há três meses, quando ele pediu que as empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção na Petrobras devolvessem dinheiro aos cofres públicos.

Na entrevista, o mesmo afirma que a divergência com o governo Temer e o ministro Eliseu Padilha começou há cerca de três meses, quando pediu às empreiteiras do petróleo que ressarcissem o Erário pelo dinheiro desviado da Petrobras.

Ante o exposto, consideramos essencial que o Ministro-Chefe da Casa Civil venha a esta Casa prestar os devidos esclarecimentos.

Sala das Sessões, em

de 2016


Senador Humberto Costa


*(ANNO 2016)
REDE*

2



SF16190.14564-50

Página: 2/2 12/09/2016 15:27:41

dfbb131bac888771ad81e507e704cc68c35af39a8



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 688, DE 2016

Tendo sido convidado pela Aliança Progressista do Parlamento Europeu para participar da Conferência da Aliança Parlamentar Progressista, a se realizar em Bruxelas (Bélgica), requer, nos termos do art. 13 c/c art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, com ônus, em 17 e 18 de outubro 2016. Comunica ainda, nos termos do art. 39 do RISF, ausência do País no período de 16 a 18 de outubro de 2016.

AUTORIA: Senador Lindbergh Farias



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO N° 688 , de 2016

*A Publicação
Com 12/9/2016
L.P.
L.P.*

Tendo sido convidado pela Aliança Progressista do Parlamento Europeu para participar da Conferência da Aliança Parlamentar Progressista, a se realizar em Bruxelas (Bélgica), requeiro, nos termos do art. 13 c/c art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa, com ônus, em **17 e 18 de outubro 2016**, conforme convocatória anexa.

Portanto, nos termos do art. 39 do RISF, comunico que estarei ausente do País no período de **16 a 18 de outubro de 2016**.

Sala das Sessões, em _____ de setembro de 2016.


Senador **Lindbergh Farias**

Página: 1/4 08/09/2016 13:44:19

e6d1be29b3e01d9a2712e82324acbdb77acf1f7c



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 210/2015**SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 683, DE 2016**

Requer, nos termos regimentais, a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLC nº 210, de 2015.

AUTORIA: Senador Aloysio Nunes Ferreira



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

*Aprovado.
Em 12/09/16
Requerimento n° 683 - PLS*

Nos termos regimentais,
solicitamos que o PLC 210, de 2015,
seja apreciado pela Comissão
de Assuntos Econômicos - CAE.

Sala das Sessões,

Brasília 12/09/2016

Alexio Nunes



Aprovada
Sen 12/09/16

EMENDA N° 2 – PLEN (REDAÇÃO)

(ao Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015)

Dê-se ao parágrafo 2º do artigo 9º da Lei 11.350, de 5 de outubro de 2006, incluído pelo artigo 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 210 de 2015, a seguinte redação:

“Art. 9º

§1º

§ 2º O tempo prestado nas condições dispostas no § 1º deste artigo, independentemente da forma de vínculo dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias e desde que tenha sido efetuado o devido recolhimento da contribuição previdenciária, será considerado para fins de concessão de benefícios e contagem recíproca pelos regimes previdenciários.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda apenas sugere uma melhor redação sem alterar a essência da proposta e as condições nela estabelecidas.

Sala das Sessões,

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Líder do Governo no Senado





SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PARECER N° 765, DE 2016

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015 (nº 1.628, de 2015, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015 (nº 1.628, de 2015, na Casa de origem), que *altera as Leis nºs 11.350, de 5 de outubro de 2006, e 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, consolidando as Emendas de redação aprovadas pelo Plenário.*

Senado Federal, em 12 de setembro de 2016.

JORGE VIANA, PRESIDENTE

VICENTINHO ALVES, RELATOR

ANGELA PORTELA

SÉRGIO PETECÃO



ANEXO AO PARECER N° 765, DE 2016.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015 (nº 1.628, de 2015, na Casa de origem).

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a formação profissional e sobre benefícios trabalhistas e previdenciários dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, e a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a prioridade de atendimento desses agentes no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

“Art. 7º-A. Os cursos técnicos de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias poderão ser financiados pelo Fundo Nacional de Saúde, conforme regulamentação do Poder Executivo, mediante aprovação de projeto pedagógico apresentado pelas instituições de ensino habilitadas a ministrar os cursos.

§ 1º Os cursos técnicos de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias serão desenvolvidos conforme o disposto no art. 36-B da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

§ 2º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias que ainda não tiverem concluído o ensino médio serão incluídos em programas que ampliem a escolaridade e ofereçam profissionalização, conforme o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

§ 3º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias, quando estiverem participando de cursos técnicos ou de capacitação profissional, farão jus a ajuda de custo para seu transporte até o local do curso e de volta à sua residência, conforme legislação aplicável.”



Art. 2º O art. 9º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 9º

§ 1º

§ 2º O tempo prestado pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias enquadrados na condição prevista no § 1º deste artigo, independentemente da forma de seu vínculo e desde que tenha sido efetuado o devido recolhimento da contribuição previdenciária, será considerado para fins de concessão de benefícios e contagem recíproca pelos regimes previdenciários.”
(NR)

Art. 3º O art. 9º-A da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 9º-A.

.....
§ 3º O exercício de trabalho de forma habitual e permanente em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo federal, assegura aos agentes de que trata esta Lei a percepção de adicional de insalubridade, calculado sobre o seu vencimento ou salário-base:

I – nos termos do disposto no art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, quando submetidos a esse regime;

II – nos termos da legislação específica, quando submetidos a vínculos de outra natureza.” (NR)

Art. 4º O *caput* do art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 3º

.....
VI – prioridade de atendimento aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias, nos termos de regulamento.

.....” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Deca* (S)
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Gilberto Piselo** (S)

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Deca.	PSDB / PB
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Aníbal.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13

PT-10 / PDT-3

Angela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gilberto Piselo.	PDT / RO
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR

Bloco Moderador - 11

PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zeze Perrella.	PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	19
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	13
Bloco Moderador.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Deca* (Bloco-PSDB-PB)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Eduardo Braga* (PMDB-AM)
 Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)

Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
 Gilberto Piselo** (Bloco-PDT-RO)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 Kátia Abreu** (PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)

Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
 Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13 Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes Lindbergh Farias (34,69,72,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,94) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95) Regina Sousa (40) Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,69,72,101) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95) Líder do PDT - 3 Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,94)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16 Líder José Agripino - DEM (37,61) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (89,96) Davi Alcolumbre (85,98) Ataídes Oliveira (86) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (22) Vice-Líder do PSDB José Aníbal (93) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (9) Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder Randolfe Rodrigues - REDE (24,28,103) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,80) Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (60,80) Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,100) Roberto Rocha (43,63) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28,103)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Omar Aziz - PSD (11,52) Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11 Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,83) Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,82) Elmano Férrer (78,79) Eduardo Amorim (81) Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,79) Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84) Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,82) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54) Líder do PSC - 2 Eduardo Amorim (81) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (92) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,83)	PMDB - 19 Líder Eunício Oliveira - PMDB Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87)
Governo Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,100) José Medeiros (10,18,27,99) Davi Alcolumbre (85,98) Hélio José (49,57,97) Ricardo Ferraço (89,96)	Minoria Líder Lindbergh Farias - PT (34,69,72,101)	



Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRRD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).



60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
66. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
72. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
79. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
80. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
81. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
82. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
103. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
104. O senador Cássio Cunha Lima está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 08/09/2016 a 04/01/2017.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros: 11****PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 30/09/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 03/10/2016 a 17/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 18/10/2016 a 24/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 25/10/2016 a 01/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



10) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB)	
1.	
2.	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
1.	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
1.	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
1.	



11) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figueiredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br



13) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁶⁾

Instalação: 26/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Magno Malta (PR-ES) ^(11,14)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁴⁾	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁹⁾	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-T0) ⁽⁹⁾
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,10)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-T0) ^(12,13)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ^(1,3)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽¹⁾	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55/2016-GLPMDB);

**. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

***. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Moraes e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24/2016-BLSDEM);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrella; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindberg Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32/2016-GLDBAG);

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.
2. Em 20.04.2016, o Senador Raimundo Lira foi indicado pelo Bloco da Maioria para a Presidência da Comissão (Of. 56/2016-GLPMDB).
3. Em 22.04.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 33/2016-GLDBAG).
4. Em 22.04.2016, o Senador Dário Berger foi indicado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à indicação do Senador José Maranhão (Of. 57/2016 - GLPMDB).
5. Em 22.04.2016, o Senador João Capiberibe foi indicado pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia como membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 25/2016-BLSDEM).
6. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 - CEI2016).
7. Em 01.06.2016, foi eleita a Senadora Lúcia Vânia para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário (Of. 36/2016-GLBSD).
8. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
9. Em 07.06.2016, foram eleitos os Senadores Ricardo Ferraço e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão como membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 34/2016-GLPSDB).
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
11. Em 23.06.2016, a Senadora Rose de Freitas renunciou à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco da Maioria.
12. Em 28.06.2016, o Senador José Pimentel renuncia à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática (Of. 105/2016).
13. Em 28.06.2016, foi eleita a Senadora Kátia Abreu para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 76/2016-GLPRD)
14. Em 28.06.2016, foi eleito o Senador Magno Malta para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco da Maioria, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Moderador (Of. 126/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá e Leandro Bueno

Telefone(s): 33033511

E-mail: coceti@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimyr Vinyctius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimyr Vinyctius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinyctius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinyctius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514



15) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (4,8)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (7)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (6)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1.
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)	3.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (10)
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10)
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalírio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.

***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).

1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).

2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).
9. Em 22.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 52/2016-GLBSD).
10. Em 01.09.2016, os Senadores Ciro Nogueira, Gladson Cameli e Sérgio Petecão foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 31/2016-BLDPRO).



16) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)

1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)

4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)

5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br



17) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPP).

1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).

2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD).

3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



18) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO (6)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)



2) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
Maoria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

- *. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).
- **. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).
- ***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).
- ****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).
- *****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).
- *****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.
- *****. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.
- 1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).
- 2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).
- 3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).
- 4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).
- 5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).
- 6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
	1. 2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO ⁽⁵³⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO ⁽⁵⁸⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,28,34,45)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(47,51)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores

Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).



***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcidio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)



37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB)
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB)
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM)
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo , deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/20156-GLDBAG)
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB)
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/20156-GLDBAG)
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD)
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD)
58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB)

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁴⁾	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽³⁰⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,31)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15,23,27)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(29,32)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nº's 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-T0)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27,39,45)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (46,49)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).



- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edíson Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO ⁽²¹⁾	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO ^(18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,29)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15,20,26)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).



- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
 26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM)
 27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
 28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
 29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
 30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG)
 31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
 32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO (20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Álvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, e o Senador Fernando Bezzerino, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Álvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB).
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scocomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO (5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO (9)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: socomema@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).
- *. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
- **. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
- ***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).
- ****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
VAGO (23)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20)
 Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,18,22,24)	1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (15,25,27)

Notas:

- *. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizetti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).
- 1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).
- 2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).
- 3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).
- 4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).
- 6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).
- 7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).
- 8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).



9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM).
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(23,25)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB)
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD)
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (21)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (18,33)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) (15,16,33)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO (18,28)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO (24)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,31)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (6,13,17,26,30,31)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permudam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB)
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).



10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (22)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(21,24)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD)
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO (13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (22)	1. VAGO (14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).



19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
 Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:

1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).
2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	4.
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
VAGO ⁽²⁴⁾	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)	1. VAGO ^(5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(6,25)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾	

Atualização: 08/09/2016

Notas:

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
- 1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSRSOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
- 2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
- 3. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
- 4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
- 5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
- 6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
- 7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 8. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.
- 10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.
- 11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR,datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Oficio nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Oficio nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.
25. O Senador Cássio Cunha Lima licenciou-se por 119 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF e art. 56, inciso II, da Constituição Federal, a partir do dia 08 de setembro de 2016, conforme Requerimento nº 646, de 2016, deferido em 06.09.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)⁽¹⁾

- 1^a Designação:** 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS**PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ)⁽²⁾**Atualização:** 26/11/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

- O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)

VICE-PRESIDENTE: ⁽³⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

VAGO ⁽²⁾

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

VAGO ^(4,6)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,8)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017

Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(2,4)

VICE-PRESIDENTE: ⁽²⁾

- 1^a Designação: 30/11/2010
- 2^a Designação: 14/03/2011
- 3^a Designação: 21/03/2012
- 4^a Designação: 11/03/2013
- 5^a Designação: 20/05/2014
- 6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽³⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,5)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
5. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 12/09/2012

2^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

1^a Designação: 22/08/2013

2^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(2,4)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1^a Designação:** 20/12/2013**2^a Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEMVAGO ⁽³⁾**PP**

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,4)**REDE**

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE:Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 26/03/2014

5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,3)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
- 1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
- 2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.
- 3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
- 4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

